

**Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras e controladas**  
(Tradução livre do original em inglês)

**Demonstrações Contábeis Consolidadas  
em 31 de dezembro de 2006, 2005 e 2004  
com Parecer dos Auditores Independentes  
Registrados no PCAOB**

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO SOBRE CONTROLES INTERNOS REFERENTES AO PROCESSO DE PREPARAÇÃO E DIVULGAÇÃO DE DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

*(Tradução livre do original em inglês)*

A Administração da PETRÓLEO BRASILEIRO - **PETROBRAS** e subsidiárias (“a Companhia”) é responsável pelo estabelecimento e manutenção de controles internos eficazes referentes à preparação e divulgação de demonstrações contábeis consolidadas, bem como a avaliação de eficácia dos controles internos referentes ao processo de preparação e divulgação de demonstrações contábeis consolidadas.

Os controles internos da Companhia referentes à preparação e divulgação das demonstrações contábeis consolidadas são processos desenvolvidos pelo ou sob a supervisão do Comitê de Auditoria da Companhia, do Presidente e do Diretor Financeiro e executados pelos administradores e outros funcionários para fornecer segurança razoável relativamente à confiabilidade do processo de preparação e divulgação dos relatórios financeiros e à preparação das demonstrações contábeis para uso externo, de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos nos Estados Unidos da América. Os controles internos da Companhia sobre o processo de preparação e divulgação de demonstrações contábeis consolidadas incluem as políticas e os procedimentos que (1) se referem à manutenção dos registros que, com detalhe razoável, refletem com exatidão e satisfatoriamente as transações e disposições dos ativos da Companhia; (2) fornecem segurança razoável de que as transações sejam registradas conforme necessário para permitir a preparação das demonstrações contábeis conforme os princípios contábeis geralmente aceitos nos Estados Unidos da América e que os recebimentos e gastos da Companhia somente sejam feitos com autorizações da administração e dos diretores da Companhia e (3) fornecem segurança razoável relativa à prevenção ou detecção oportuna da aquisição, uso ou destinação não autorizada dos ativos da Companhia que possam afetar de maneira relevante as demonstrações contábeis consolidadas.

Devido às limitações próprias, os controles internos sobre o processo de preparação e divulgação das demonstrações contábeis consolidadas podem não evitar ou detectar erros oportunamente. Portanto, mesmo os sistemas estabelecidos e considerados eficazes podem fornecer somente segurança razoável relativa ao processo de preparação e apresentação das demonstrações contábeis consolidadas. Também as futuras avaliações da eficácia dos controles internos estão sujeitas ao risco de que os controles possam se tornar inadequados devido às mudanças nas condições ou de que o grau de cumprimento das políticas ou procedimentos possa se deteriorar.

A Administração avaliou a eficácia dos controles internos da Companhia referente ao processo de preparação e divulgação das demonstrações contábeis consolidadas em 31 de dezembro de 2006, com base nos critérios estabelecidos no documento Controle Interno – Estrutura Integrada emitido pelo Conselho da Organização Patrocinadora (COSO) da Comissão de *Treadway*. Com base nesta avaliação, a Administração concluiu que, em 31 de dezembro de 2006, os controles internos da Companhia referente à preparação das demonstrações contábeis consolidadas são eficazes.

A avaliação da Administração sobre a eficácia dos controles internos da Companhia sobre o processo de preparação e divulgação das demonstrações contábeis consolidadas foi examinada pela KPMG Auditores Independentes, firma de Auditores Independentes Registrados da Companhia, conforme parecer datado de 5 de abril de 2007, em anexo.

---

José Sergio Gabrielli de Azevedo

Presidente

5 de abril de 2007

---

Almir Guilherme Barbassa

Diretor Financeiro

5 de abril de 2007

(Tradução Livre Do Original Em Inglês)

# **PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. – PETROBRAS E CONTROLADAS**

## **DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS**

### **Índice**

Parecer dos Auditores Independentes Registrados no PCAOB.....	1
Balanços Patrimoniais Consolidados .....	3
Demonstrações Consolidadas do Resultado.....	5
Demonstrações Consolidadas dos Fluxos de Caixa .....	7
Demonstrações Consolidadas das Mutações do Patrimônio Líquido.....	9

### **Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas**

<b>1. A Companhia e suas Operações .....</b>	<b>13</b>
<b>2. Sumário das Principais Práticas Contábeis .....</b>	<b>14</b>
<b>3. Imposto de Renda e Contribuição Social .....</b>	<b>30</b>
<b>4. Caixa e Equivalentes a Caixa .....</b>	<b>35</b>
<b>5. Títulos e Valores Mobiliários .....</b>	<b>35</b>
<b>6. Contas a Receber, Líquidas .....</b>	<b>37</b>
<b>7. Estoques.....</b>	<b>38</b>
<b>8. Impostos a Recuperar .....</b>	<b>39</b>
<b>9. Imobilizado, Líquido .....</b>	<b>40</b>
<b>10. Participações em Companhias não Consolidadas e Outros Investimentos.....</b>	<b>50</b>
<b>11. Conta Petróleo e Álcool - Créditos junto ao Governo Federal.....</b>	<b>53</b>
<b>12. Financiamentos .....</b>	<b>54</b>
<b>13. Receitas (Despesas) Financeiras, Líquidas.....</b>	<b>65</b>
<b>14. Projetos Estruturados .....</b>	<b>66</b>
<b>15. Arrendamento Mercantil.....</b>	<b>73</b>
<b>16. Obrigações com Benefícios Pós-Aposentadoria e Outros Benefícios.....</b>	<b>74</b>
<b>17. Patrimônio Líquido .....</b>	<b>93</b>
<b>18. Aquisições no Brasil e no Exterior .....</b>	<b>104</b>
<b>19. Compromissos e Contingências.....</b>	<b>113</b>
<b>20. Instrumentos Derivativos, Hedging e Atividades de Gerenciamento de Riscos .....</b>	<b>136</b>
<b>21. Instrumento Derivativo Utilizado em Operações de Gás Natural .....</b>	<b>142</b>
<b>22. Instrumentos Financeiros.....</b>	<b>144</b>
<b>23. Informações sobre Segmentos de Negócios .....</b>	<b>145</b>
<b>24. Transações com Partes Relacionadas .....</b>	<b>158</b>
<b>25. Contabilização dos Custos de Abandono de Poços Exploratórios .....</b>	<b>160</b>
<b>26. Eventos Subseqüentes .....</b>	<b>165</b>

Informações Adicionais sobre Atividades de Exploração e Produção de Petróleo e Gás (Não Auditadas).....	157
--	-----

## Parecer dos auditores independentes registrados no PCAOB (\*)

(Tradução livre do original em inglês)

Ao Conselho de Administração e aos Acionistas da  
Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras

Auditamos o balanço patrimonial consolidado da Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras (e subsidiárias) em 31 de dezembro de 2006, e as respectivas demonstrações de resultado, do patrimônio líquido, e os fluxos de caixa para o exercício findo em 31 de dezembro de 2006. Também examinamos a avaliação da administração, incluída no Relatório da Administração sobre controles internos referente ao processo de preparação e divulgação de demonstrações contábeis (ICOFR), de que a Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras (e subsidiárias) manteve controle efetivo sobre as demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2006 com base no critério estabelecido em Controle Interno – Estrutura Integrada emitido pelo Conselho da Organização Patrocinadora (COSO) da Comissão de *Treadway*. A administração da Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras é responsável por essas demonstrações contábeis consolidadas, por manter controle interno efetivo sobre as demonstrações contábeis e pela avaliação da efetividade do controle interno sobre as demonstrações contábeis. Nossa responsabilidade é expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis consolidadas, uma opinião sobre avaliação da administração e uma opinião sobre a efetividade dos controles internos da Companhia sobre o processo de preparação e elaboração de demonstrações contábeis com base em nossa auditoria. O balanço patrimonial consolidado da Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras em 31 de dezembro de 2005 e as respectivas demonstrações dos resultados consolidadas, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para cada um dos exercícios no período encerrado em 31 de dezembro de 2005 e 2004, foram auditadas por outros auditores independentes que, sobre elas, emitiram um parecer sem ressalvas, datado de 17 de fevereiro de 2006.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas do Conselho de Supervisão de Contabilidade das Companhias Abertas nos Estados Unidos da América (PCAOB - Public Company Accounting Oversight Board). Estas normas requerem que uma auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis não contêm erros materiais e de que os controles internos sobre as demonstrações contábeis são efetivos em todos os aspectos materiais. Nossa auditoria das demonstrações contábeis compreende ainda a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados nas demonstrações contábeis, a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela Administração da Companhia, bem como da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Nossa auditoria sobre os controles internos sobre o processo de preparação e divulgação de demonstrações contábeis incluem obter um entendimento dos controles internos sobre demonstrações contábeis, análise da avaliação da administração, teste e avaliação do desenho e da efetividade operacional dos controles internos, e realização de outros procedimentos que consideramos necessários nas circunstâncias. Acreditamos que nossos exames proporcionam uma base adequada para emitirmos nossa opinião.

O processo de controles internos sobre as demonstrações contábeis de uma companhia é elaborado para garantir segurança razoável quanto à confiabilidade sua preparação para fins externos de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos. Os controles internos sobre o processo de preparação e divulgação de demonstrações contábeis incluem aquelas políticas e procedimentos que (1) se referem à manutenção dos registros que, com detalhe razoável, refletem com exatidão e satisfatoriamente as transações e vendas dos ativos; (2) forneçam segurança razoável de que as transações são registradas conforme necessário para permitir a preparação das demonstrações contábeis de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos, e que recebimentos e gastos vêm sendo feitos somente com autorizações da administração e seus diretores; e (3) forneçam segurança razoável relativa à prevenção ou a detecção oportuna da aquisição, uso ou venda não autorizada dos ativos que possam ter um efeito significativo sobre as demonstrações contábeis.

Devido às suas limitações inerentes, os controles internos sobre o processo de preparação e divulgação de demonstrações contábeis podem não evitar ou detectar erros. Além disso, projeções de qualquer avaliação de efetividade para futuros períodos estão sujeitas ao risco de que os controles possam tornar-se inadequados devido a mudanças nas condições, ou devido ao fato de que o grau de conformidade com as políticas e procedimentos pode diminuir.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis consolidadas referidas anteriormente representam, adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição financeira da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras em 31 de dezembro de 2006, e os resultados de suas operações e seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos nos EUA. Adicionalmente, em nossa opinião, a avaliação da administração de que a Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras manteve controles internos efetivos sobre o processo de preparação e divulgação de demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2006, está adequadamente apresentada, em todos os aspectos relevantes, com base no critério estabelecido em Controle Interno—Estrutura Integrada emitido pelo Conselho da Organização Patrocinadora (COSO) da Comissão de *Treadway*. Adicionalmente, em nossa opinião, a Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras manteve, em todos os aspectos relevantes, controles internos efetivos sobre o processo de preparação e divulgação de demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2006, com base no critério estabelecido em Controle Interno—Estrutura Integrada emitido pelo Conselho da Organização Patrocinadora (COSO) da Comissão de *Treadway*.

Conforme discutido na Nota 2(k) das demonstrações contábeis consolidadas, a Companhia adotou em 31 de dezembro de 2006 a norma sobre o reconhecimento e divulgações conforme disposto no Pronunciamento FASB N° 158, Contabilização pelos Empregadores dos Planos de Previdência de Benefícios Definidos e Outros Planos Pós-aposentadoria.

KPMG Auditores Independentes

Rio de Janeiro, Brasil  
5 de abril de 2007

(\*) Conselho de Supervisão de Contabilidade das Companhias abertas nos Estados Unidos da América (PCAOB – Public Company Accounting Oversight Board).

(Tradução livre do original em inglês)

## **PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. – PETROBRAS E CONTROLADAS**

### **BALANÇOS PATRIMONIAIS CONSOLIDADOS**

31 de dezembro de 2006 e 2005

(Em milhões de dólares norte-americanos)

	31 de dezembro	
	2006	2005
<b>Ativo</b>		
<b>Circulante</b>		
Caixa e equivalentes a caixa (Nota 4)	12.688	9.871
Títulos e valores mobiliários (Nota 5)	346	456
Contas a receber, líquidas (Nota 6)	6.311	6.184
Estoques (Nota 7)	6.573	5.305
Imposto de renda diferido (Nota 3)	653	479
Impostos a recuperar (Nota 8)	2.593	2.087
Adiantamentos a fornecedores	948	652
Outros ativos circulantes	843	750
	<b>30.955</b>	<b>25.784</b>
<b>Imobilizado, líquido (Nota 9)</b>	<b>58.897</b>	<b>45.920</b>
<b>Participações em empresas não consolidadas e outros investimentos (Nota 10)</b>	<b>3.262</b>	<b>1.810</b>
<b>Outros ativos</b>		
Contas a receber, líquidas (Nota 6)	513	642
Adiantamentos a fornecedores	852	462
Conta petróleo e álcool – créditos junto ao Governo Federal (Nota 11)	368	329
Títulos governamentais	479	364
Títulos e valores mobiliários (Nota 5)	94	129
Depósitos vinculados para processos judiciais e garantias (Nota 19 (a))	816	775
Impostos a recuperar (Nota 8)	1.292	639
Imposto de Renda Diferido (Nota 3)	61	7
Ágio (Nota 18)	243	237
Despesas antecipadas	244	246
Estoques (Nota 7)	210	236
Valor justo de operações de hedge para gás natural (Nota 20)	-	547
Outros ativos	394	511
	<b>5.566</b>	<b>5.124</b>
<b>Total do ativo</b>	<b>98.680</b>	<b>78.638</b>

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações contábeis consolidadas.

(Tradução livre do original em inglês)

## PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. – PETROBRAS E CONTROLADAS

BALANÇOS PATRIMONIAIS CONSOLIDADOS (Continuação)

31 de dezembro de 2006 e 2005

(Em milhões de dólares norte-americanos)

	31 de dezembro	
	2006	2005
<b>Passivo e Patrimônio Líquido</b>		
<b>Passivo Circulante</b>		
Fornecedores	5.418	3.838
Financiamentos de curto prazo (Nota 12)	1.293	950
Parcela circulante dos financiamentos de longo prazo (Nota 12)	2.106	1.428
Parcela circulante dos projetos estruturados (Nota 14)	2.182	2.413
Parcela circulante das obrigações de arrendamento mercantil (Nota 15)	231	239
Juros provisionados	247	221
Imposto de renda e contribuição social a pagar	235	409
Outros impostos a pagar	3.122	3.014
Imposto de renda diferido (Nota 3)	8	6
Salários e encargos sociais	1.192	918
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar (Nota 17)	3.693	3.068
Contingências (Nota 19)	25	72
Adiantamentos de clientes	880	609
Benefícios pós-aposentadoria aos funcionários - Plano de pensão (Nota 16)	198	206
Outras contas a pagar e provisões	956	770
	<b>21.786</b>	<b>18.161</b>
<b>Exigível a longo prazo</b>		
Financiamentos de longo prazo (Nota 12)	10.510	11.503
Projetos estruturados (Nota 14)	4.192	3.629
Obrigações de arrendamento mercantil (Nota 15)	824	1.015
Benefícios pós-aposentadoria aos funcionários – Plano de pensão (Nota 16)	4.645	3.627
Benefícios pós-aposentadoria aos funcionários – Plano de saúde (Nota 16)	5.433	3.004
Imposto de renda diferido (Nota 3)	2.916	2.166
Provisão para abandono de poços (Nota 9 (d))	1.473	842
Contingências (Nota 19)	208	238
Incentivo de prazo de pagamento estendido (Nota 21)	-	144
Outros passivos	428	318
	<b>30.629</b>	<b>26.486</b>
<b>Participação minoritária</b>	<b>1.966</b>	<b>1.074</b>
<b>Patrimônio líquido</b>		
Ações autorizadas e emitidas (Nota 17)		
Ações preferenciais – 2006 – 1.850.394.698 ações e 2005 - 1.849.478.028 ações	7.718	4.772
Ações ordinárias - 2006 e 2005 – 2.536.673.672 ações	10.959	6.929
Reserva de capital - incentivos fiscais (Nota 17)	174	159
Lucros acumulados:		
Apropriados (Nota 17)	23.704	20.095
A apropriar	10.541	11.968
Outros resultados abrangentes acumulados		
Ajustes de conversão acumulados	(6.202)	(9.432)
Ajuste de reservas de benefícios pós-aposentadoria, líquidos de impostos – plano de pensão	(2.052)	(1.930)
Ajuste de reservas de benefícios pós-aposentadoria, líquidos de impostos – plano de saúde	(987)	-
Ganhos a realizar sobre títulos, disponíveis para venda líquidos de impostos	446	356
Perda não realizada no <i>hedge</i> de fluxo de caixa	(2)	-
	<b>44.299</b>	<b>32.917</b>
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>	<b>98.680</b>	<b>78.638</b>

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações contábeis consolidadas.

(Tradução livre do original em inglês)

## PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. – PETROBRAS E CONTROLADAS

### DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DO RESULTADO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2006, 2005 e 2004

(Em milhões de dólares norte-americanos, exceto a quantidade e valores por ação)

	Exercício findo em 31 de dezembro		
	2006	2005	2004
<b>Vendas de produtos e serviços</b>	<b>93.893</b>	74.065	51.954
Menos:			
ICMS e outros impostos sobre vendas e serviços	<b>(17.906)</b>	(14.694)	(10.906)
Contribuição de intervenção no domínio econômico – CIDE	<b>(3.640)</b>	(3.047)	(2.620)
<b>Receita operacional líquida</b>	<b>72.347</b>	56.324	38.428
Custo das vendas	<b>40.061</b>	29.828	21.279
Depreciação, exaustão e amortização	<b>3.673</b>	2.926	2.481
Exploração, incluindo poços exploratórios secos	<b>934</b>	1.009	613
Despesas de vendas, gerais e administrativas	<b>4.989</b>	4.474	2.901
Perda com ativos (“impairment”) (Nota 9 (e))	<b>21</b>	156	65
Despesas com pesquisa e desenvolvimento	<b>727</b>	399	248
Outras despesas operacionais	<b>1.081</b>	1.453	480
<b>Total de custos e despesas</b>	<b>51.486</b>	40.245	28.067
Participação no resultado de empresas não consolidadas (Nota 10)	<b>28</b>	139	172
Receita financeira (Nota 13)	<b>1.165</b>	710	956
Despesa financeira (Nota 13)	<b>(1.340)</b>	(1.189)	(1.733)
Variações monetárias e cambiais sobre os ativos e passivos monetários, líquidas (Nota 13)	<b>75</b>	248	450
Despesa com benefícios aos participante aposentados (Nota 16)	<b>(1.017)</b>	(994)	(650)
Outros tributos	<b>(594)</b>	(373)	(440)
Outras despesas, líquidas	<b>(17)</b>	(28)	(181)
	<b>(1.700)</b>	(1.487)	(1.426)
Lucro antes do imposto de renda, da contribuição social, da participação minoritária e do item extraordinário	<b>19.161</b>	14.592	8.935

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações contábeis consolidadas.

(Tradução livre do original em inglês)

## PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. – PETROBRAS E CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DO RESULTADO (Continuação)

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2006, 2005 e 2004

(Em milhões de dólares norte-americanos, exceto a quantidade e valores por ação)

	Exercício findo em 31 de dezembro		
	2006	2005	2004
<b>Despesa de imposto de renda (Nota 3)</b>			
Corrente	(5.011)	(4.223)	(2.114)
Diferido	(680)	(218)	(117)
	<u>(5.691)</u>	<u>(4.441)</u>	<u>(2.231)</u>
<b>Participação minoritária no resultado de empresas consolidadas</b>	<u>(644)</u>	<u>35</u>	<u>(514)</u>
<b>Lucro antes dos itens extraordinários</b>	<u>12.826</u>	<u>10.186</u>	<u>6.190</u>
Ganhos extraordinários, líquidos de impostos (Nota 10 (b))	<u>-</u>	<u>158</u>	<u>-</u>
<b>Lucro líquido do exercício</b>	<u>12.826</u>	<u>10.344</u>	<u>6.190</u>
<b>Lucro líquido aplicável a cada classe de ações</b>			
Ordinárias	7.417	5.982	3.580
Preferenciais	5.409	4.362	2.610
<b>Lucro líquido do exercício</b>	<u>12.826</u>	<u>10.344</u>	<u>6.190</u>
<b>Lucro básico e diluído por ação (Nota 17 (c))</b>			
Ordinárias e preferenciais			
Antes do efeito dos itens extraordinários	2,92	2,32	1,41*
Depois do efeito dos itens extraordinários	2,92	2,36	1,41*
<b>Lucro básico e diluído por ADS</b>			
Antes do efeito dos itens extraordinários	11,68	9,28	5,64*
Depois do efeito dos itens extraordinários	11,68	9,44	5,64*
<b>Média ponderada da quantidade de ações em circulação</b>			
Ordinárias	2.536.673.672	2.536.673.672	2.536.673.672*
Preferenciais	1.849.903.144	1.849.478.028	1.849.478.028*

(\*) Atualizado considerando o efeito do desdobramento das ações em quatro, ocorrido em 1º de setembro de 2005 (Ver Nota 17).

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações contábeis consolidadas.

(Tradução livre do original em inglês)

## PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. – PETROBRAS E CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DOS FLUXOS DE CAIXA  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2006, 2005 e 2004  
(Em milhões de dólares norte-americanos)

	Exercício findo em 31 de dezembro		
	2006	2005	2004
<b>Fluxos de caixa de atividades operacionais</b>			
Lucro líquido do exercício	12.826	10.344	6.190
Ajustes para conciliação do lucro líquido com o caixa líquido gerado pelas atividades operacionais:			
Depreciação, exaustão e amortização	3.673	2.926	2.481
Custos com poços secos	493	597	520
Perda com imobilizado	225	292	231
Participação minoritária no resultado de empresas consolidadas	644	(35)	514
Imposto de renda e contribuição social diferidos	680	218	117
Perdas (ganhos) cambiais e monetárias	465	140	23
Juros sobre provisão para abandono	32	51	33
Perda com ativos da área de óleo e gás (“impairment”)	21	156	65
Provisão para devedores duvidosos	78	118	164
Participação no resultado de empresas não consolidadas	(28)	(139)	(172)
Receitas(despesas) financeiras de operações de hedge	434	170	(466)
Outros	-	(8)	23
<b>Redução (aumento) no ativo operacional</b>			
Contas a receber	308	(1.510)	(1.027)
Conta petróleo e álcool	(7)	(9)	(20)
Juros a receber sobre títulos governamentais	4	3	(38)
Estoques	(533)	38	(1.527)
Adiantamentos a fornecedores	(552)	(167)	3
Despesas antecipadas	32	38	(70)
Impostos a recuperar	(552)	(540)	(578)
Outros	261	82	173
<b>Aumento (redução) no passivo operacional</b>			
Contas a pagar a fornecedores	1.385	275	838
Salários e encargos sociais	200	215	(20)
Outros impostos a pagar	(133)	566	(65)
Imposto de renda e contribuição social a pagar	(190)	(56)	120
Benefícios pós-aposentadoria aos funcionários – Plano de pensão	489	647	353
Benefícios pós-aposentadoria aos funcionários – Plano de saúde	656	557	380
Juros incorridos	21	8	18
Contingências	(79)	(65)	81
Provisão para abandono	(57)	325	(171)
Outros passivos	281	(122)	(18)
<b>Caixa líquido gerado por atividades operacionais</b>	<b>21.077</b>	<b>15.115</b>	<b>8.155</b>

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações contábeis consolidadas.

(Tradução livre do original em inglês)

## PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. – PETROBRAS E CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DOS FLUXOS DE CAIXA (Continuação)  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2006, 2005 e 2004  
(Em milhões de dólares norte-americanos)

	Exercício findo em 31 de dezembro		
	2006	2005	2004
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimento</b>			
Adições ao imobilizado	(14.643)	(10.365)	(7.718)
Investimentos em empresas não consolidadas	(187)	(71)	(142)
Títulos e valores mobiliários	205	169	678
Aquisição da Liquegás Distribuidora S.A.	-	-	(511)
Aquisição de empresas comerciais e de refino dos EUA	(416)	-	-
Recursos provenientes de investimentos na Nigéria	199	-	-
Dividendos recebidos de empresas não consolidadas	130	60	53
Depósitos judiciais	31	-	(103)
<b>Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento</b>	<b>(14.681)</b>	<b>(10.207)</b>	<b>(7.743)</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades de financiamento</b>			
Financiamentos a curto prazo, líquidos de captações e pagamentos	228	(1.058)	(680)
Captações de financiamentos a longo prazo	2.251	1.697	1.457
Pagamentos do principal sobre financiamentos a longo prazo	(2.555)	(1.120)	(1.160)
Recompra de título - “Notes” (Nota 12(c))	(1.046)	-	-
Captações de projetos estruturados	1.524	1.492	971
Pagamentos relativos a projetos estruturados	(1.209)	(1.392)	(652)
Pagamentos de obrigações de arrendamento mercantil	(334)	(134)	(331)
Dividendos pagos aos acionistas	(3.144)	(2.104)	(1.785)
Dividendos pagos a acionistas minoritários	(69)	(6)	(24)
<b>Caixa líquido utilizado em atividades de financiamento</b>	<b>(4.354)</b>	<b>(2.625)</b>	<b>(2.204)</b>
Aumento (redução) de caixa e equivalentes a caixa	2.042	2.283	(1.792)
Efeito das variações cambiais sobre caixa e equivalentes a caixa	775	732	304
Caixa e equivalentes a caixa no início do exercício	9.871	6.856	8.344
<b>Caixa e equivalentes a caixa no final do exercício</b>	<b>12.688</b>	<b>9.871</b>	<b>6.856</b>
	Em 31 de dezembro		
	2006	2005	2004
<b>Informações adicionais aos fluxos de caixa:</b>			
<b>Valores pagos durante o exercício a título de</b>			
Juros, líquidos do montante capitalizado	877	1.083	995
Imposto de renda e contribuição social	4.686	3.843	2.054
Imposto de renda retido na fonte sobre aplicações financeiras	26	29	69
<b>Transações que não envolvem desembolso de caixa durante o exercício</b>			
Provisão para abandono – SFAS 143	632	356	158
Consumação de ativo de operação de hedge para gás natural com incentivo de compra diferido passivo	-	-	169

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações contábeis consolidadas.

(Tradução livre do original em inglês)

## PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. – PETROBRAS E CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2006, 2005 e 2004  
(Em milhões de dólares norte-americanos, exceto os valores por ação)

	Exercício findo em 31 de dezembro		
	2006	2005	2004
<b>Ações preferenciais</b>			
Saldo em 1º de janeiro	4.772	4.772	2.973
Aumento de capital com reserva de lucros a distribuir (Nota 17 (a))	2.939	-	1.799
Aumento de capital com emissão de ações preferenciais (Nota 17 (b))	7	-	-
<b>Saldo em 31 de dezembro</b>	<b>7.718</b>	<b>4.772</b>	<b>4.772</b>
<b>Ações ordinárias</b>			
Saldo em 1º de janeiro	6.929	6.929	4.289
Aumento de capital com reserva de lucros a distribuir (Nota 17 (c))	4.030	-	2.640
<b>Saldo em 31 de dezembro</b>	<b>10.959</b>	<b>6.929</b>	<b>6.929</b>
<b>Reserva de capital – incentivo fiscal</b>			
Saldo em 1º de janeiro	159	134	118
Transferência de (para) lucros acumulados não apropriados	15	25	16
<b>Saldo em 31 de dezembro</b>	<b>174</b>	<b>159</b>	<b>134</b>
<b>Outros resultados negativos abrangentes acumulados</b>			
<b>Ajustes de conversão acumulados</b>			
Saldo em 1º de janeiro	(9.432)	(12.539)	(14.450)
Varição no exercício	3.230	3.107	1.911
<b>Saldo em 31 de dezembro</b>	<b>(6.202)</b>	<b>(9.432)</b>	<b>(12.539)</b>
<b>Ajuste de reservas de benefícios pós-aposentadoria, líquidos de impostos – Plano de pensão</b>			
Saldo em 1º de janeiro	(1.930)	(1.975)	(1.588)
Mudança de Prática Contábil - SFAS 158	(131)	-	-
Outras reduções (aumentos)	(38)	68	(586)
Efeito tributário	47	(23)	199
<b>Saldo em 31 de dezembro</b>	<b>(2.052)</b>	<b>(1.930)</b>	<b>(1.975)</b>
<b>Ajuste de reservas de benefícios pós-aposentadoria, líquidos de impostos – Plano de saúde</b>			
Saldo em 1º de janeiro	-	-	-
Mudança de Prática Contábil - SFAS 158	(987)	-	-
<b>Saldo em 31 de dezembro</b>	<b>(987)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações contábeis consolidadas.

(Tradução livre do original em inglês)

## PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. – PETROBRAS E CONTROLADAS

### DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (Continuação)

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2006, 2005 e 2004

(Em milhões de dólares norte-americanos, exceto os valores por ação)

	Exercício findo em 31 de dezembro		
	2006	2005	2004
<b>Ganhos (perdas) a apropriar sobre títulos disponíveis para venda, líquidos de impostos</b>			
Saldo em 1º de janeiro	356	460	157
Ganhos (perdas) a realizar	137	(158)	459
Efeito tributário	(47)	54	(156)
<b>Saldo em 31 de dezembro</b>	<b>446</b>	<b>356</b>	<b>460</b>
<b>Perda não reconhecida em hedge de fluxo de caixa, líquida de impostos (Nota 20 (e))</b>			
Saldo em 1º de janeiro	-	-	-
Perdas a realizar	(3)	-	-
Efeito tributário sobre o anterior	1	-	-
<b>Lucros acumulados apropriados</b>	<b>(2)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Reserva legal</b>			
Saldo em 1º de janeiro	2.225	1.520	1.089
Transferência de lucros acumulados não apropriados, líquidos de ganho ou perda na conversão	820	705	431
<b>Saldo em 31 de dezembro</b>	<b>3.045</b>	<b>2.225</b>	<b>1.520</b>
<b>Reserva de lucros a distribuir</b>			
Saldo em 1º de janeiro	17.439	9.688	9.372
Aumento de capital	(6.969)	-	(4.439)
Transferência de lucros acumulados não apropriados, líquidos de ganho ou perda na conversão	9.604	7.751	4.755
<b>Saldo em 31 de dezembro</b>	<b>20.074</b>	<b>17.439</b>	<b>9.688</b>
<b>Reserva estatutária</b>			
Saldo em 1º de janeiro	431	318	235
Transferência de lucros acumulados não apropriados, líquidos de ganho ou perda na conversão	154	113	83
<b>Saldo em 31 de dezembro</b>	<b>585</b>	<b>431</b>	<b>318</b>
<b>Total de lucros acumulados apropriados</b>	<b>23.704</b>	<b>20.095</b>	<b>11.526</b>
<b>Lucros acumulados a apropriar</b>			
Saldo em 1º de janeiro	11.968	13.199	14.141
Lucro líquido do exercício	12.826	10.344	6.190
Dividendos (por ação: 2006 – US\$0,83 a ações ordinárias e preferenciais; 2005 – US\$0,68 a ações ordinárias e preferenciais; 2004 – US\$0,42 a ações ordinárias e preferenciais)	(3.660)	(2.982)	(1.847)
Apropriação para reserva de incentivos fiscais	(15)	(24)	(16)
Apropriação para reservas	(10.578)	(8.569)	(5.269)
<b>Saldo em 31 de dezembro</b>	<b>10.541</b>	<b>11.968</b>	<b>13.199</b>
<b>Total do patrimônio líquido</b>	<b>44.299</b>	<b>32.917</b>	<b>22.506</b>

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações contábeis consolidadas.

(Tradução livre do original em inglês)

## **PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. – PETROBRAS E CONTROLADAS**

### **DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (Continuação)**

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2006, 2005 e 2004

(Em milhões de dólares norte-americanos, exceto os valores por ação)

---

	<b>Exercício findo em 31 de dezembro</b>		
	<b>2006</b>	<b>2005</b>	<b>2004</b>
<b>O lucro (prejuízo) abrangente é composto como segue:</b>			
Lucro líquido do exercício	<b>12.826</b>	10.344	6.190
Ajustes acumulados de conversão	<b>3.230</b>	3.107	1.911
Ajuste de reservas de benefícios pós-aposentadoria, líquidos de impostos - planos de pensão	<b>(25)</b>	45	(387)
Ganhos (perdas) a realizar sobre títulos disponíveis para venda	<b>90</b>	(104)	303
Perda não reconhecida em <i>hedge</i> de fluxo de caixa	<b>(2)</b>	-	-
	<hr/>	<hr/>	<hr/>
<b>Lucro abrangente total</b>	<b>16.119</b>	13.392	8.017

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações contábeis consolidadas.

(Tradução livre do original em inglês)

## **PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. – PETROBRAS E CONTROLADAS**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS  
Em milhões de dólares norte-americanos  
(exceto quando especificamente indicado)

---

### **1. A Companhia e suas Operações**

A PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS é a companhia petrolífera estatal brasileira e, diretamente ou por meio de suas controladas (denominadas, em conjunto, “Petrobras” ou a “Companhia”), dedica-se à exploração, prospecção e produção de petróleo, de xisto betuminoso e de outros minerais, e ao refino, processamento, comercialização e transporte de petróleo, derivados de petróleo, gás natural e outros hidrocarbonetos fluidos, além de outras atividades relacionadas à energia. Adicionalmente a Petrobras pode ainda empreender pesquisa, desenvolvimento, produção, transporte, distribuição e comercialização de todas as formas de energia, bem como outras atividades correlatas ou afins.

A Petrobras foi constituída em conformidade com a Lei Nº 2.004, de 3 de outubro de 1953. Até novembro de 1995, a Petrobras era o agente exclusivo do Governo Federal do Brasil (o "Governo Federal") que detinha controle constitucional e estatutário sobre as atividades de exploração, produção, refino, distribuição, importação, exportação, comercialização e transporte de hidrocarbonetos e derivados de petróleo no Brasil e em suas águas continentais. Quando adotados em 1953, os dispositivos relevantes da lei estatutária e da constituição conferiram ao Governo Federal o monopólio nessas áreas. As empresas então estabelecidas no Brasil somente poderiam exercer atividades de refino e de distribuição de petróleo e seus derivados sobre tais áreas. Portanto, exceto pela concorrência limitada dessas empresas nas atividades então existentes, a Petrobras deteve monopólio sobre a atividade de petróleo por aproximadamente 42 anos. Como resultado da mudança na Constituição Brasileira, em novembro de 1995, e a subsequente mudança adotada ainda sendo implementada, a Petrobras, deixou de ser o agente exclusivo do Governo Federal no setor de hidrocarbonetos no Brasil e, desde 2001, vem operando em um ambiente de desregulamentação gradativa e de crescente concorrência.

De acordo com a Lei Nº 9.478 (“Lei do Petróleo”) e Lei Nº 9.990, de 6 de agosto de 1997 e de 21 de julho de 2000, respectivamente, o mercado de petróleo e gás foi totalmente liberado à concorrência no Brasil, a partir de 1º de janeiro de 2002, permitindo a outras companhias a produção e a venda de produtos no mercado local, além da importação e exportação de derivados de petróleo.

A Companhia também possui atividades de óleo e gás no exterior, sendo que as operações internacionais mais significativas estão localizadas em outros países da América Latina.

(Tradução livre do original em inglês)

## **PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. – PETROBRAS E CONTROLADAS**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS

(Continuação)

Em milhões de dólares norte-americanos

(exceto quando especificamente indicado)

---

### **2. Sumário das Principais Práticas Contábeis**

Na preparação destas demonstrações contábeis consolidadas, a Companhia adotou práticas contábeis que estão de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos nos Estados Unidos da América (“U.S. GAAP”). A preparação destas demonstrações contábeis requer que sejam utilizadas estimativas e premissas que afetam o ativo, o passivo, as receitas e as despesas apresentadas nas demonstrações contábeis, bem como os valores incluídos nas notas mencionadas.

As estimativas efetuadas pela administração incluem: reservas de petróleo e gás, passivos de planos de pensão e de saúde, obrigações ambientais, depreciação, exaustão e amortização, custos de abandono, contingências, imposto de renda e contribuição social. Embora a Companhia utilize suas melhores estimativas e julgamentos, os resultados reais podem apresentar variações em relação às mencionadas estimativas, em decorrência de eventos futuros que possam ocorrer.

Alguns valores relativos aos exercícios anteriores foram reclassificados para melhor comparabilidade com o exercício atual. Estas reclassificações não tiveram impacto no lucro líquido da Companhia.

#### **(a) Base de preparação das demonstrações contábeis**

As demonstrações contábeis consolidadas da PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. – PETROBRAS (a Companhia) foram elaboradas de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos nos Estados Unidos (U.S. GAAP) e as normas e regulamentações promulgadas pela Comissão de Valores Mobiliários e Câmbio dos Estados Unidos da América (“*Securities and Exchange Commission*” - SEC). Os princípios contábeis geralmente aceitos nos Estados Unidos da América diferem, em certos aspectos das práticas contábeis adotadas no Brasil aplicadas pela Petrobras em suas demonstrações contábeis societárias, preparadas de acordo com a Lei das Sociedades por Ações e as regulamentações promulgadas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

(Tradução livre do original em inglês)

## **PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. – PETROBRAS E CONTROLADAS**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS

(Continuação)

Em milhões de dólares norte-americanos

(exceto quando especificamente indicado)

---

### **2. Sumario das Principais Práticas Contábeis (Continuação)**

#### **(a) Base de preparação das demonstrações contábeis (Continuação)**

Os valores expressos em dólares norte-americanos para os períodos apresentados foram convertidos com base nos valores em reais de acordo com o Pronunciamento sobre Normas de Contabilidade Financeira SFAS N° 52 - Conversão de Moeda Estrangeira (“SFAS 52”), aplicável a entidades que operam em economias não hiper-inflacionárias. Transações ocorridas em moeda estrangeira são primeiramente remensuradas para reais e então convertidas para dólares norte-americanos, com os ganhos e perdas sendo reconhecidos no resultado. Embora a Petrobras tenha adotado o dólar norte-americano para a apresentação de suas demonstrações contábeis, sua moeda funcional, assim como a de todas as suas controladas brasileiras é o real. A moeda funcional da PIFCo e de algumas das sociedades de propósito específico é o dólar norte-americano; a moeda funcional da Petrobras Energia Participaciones S.A. - PEPSA é o peso argentino.

A Companhia converteu todos os ativos e passivos para dólares norte-americanos à taxa de câmbio corrente (R\$2,138 e R\$2,3407 para US\$1,00 em 31 de dezembro de 2006 e de 2005, respectivamente), e todas as contas nas demonstrações do resultado e do fluxo de caixa (inclusive valores relativos à indexação à moeda local e variações de câmbio sobre ativos e passivos em moeda estrangeira) às taxas médias vigentes durante o exercício. O ganho líquido de conversão no montante de US\$3,230 em 2006 (2005 - US\$3,107 e 2004 - US\$1,911), resultante deste processo de remensuração, foi excluído do resultado do exercício e apresentado como ajustes acumulados de conversão (“CTA”) em Outros Resultados Abrangentes nas demonstrações consolidadas de mutações do patrimônio líquido.

#### **(b) Base de consolidação**

As demonstrações contábeis consolidadas incluem as contas da Companhia e de todas as empresas controladas nas quais (a) a Companhia mantém o controle acionário direto ou indireto ou administrativo, ou (b) a Companhia se considera a principal beneficiária de uma entidade com participações variáveis, de acordo com FIN 46 (R).

(Tradução livre do original em inglês)

## **PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. – PETROBRAS E CONTROLADAS**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS  
(Continuação)

Em milhões de dólares norte-americanos  
(exceto quando especificamente indicado)

---

### **(b) Base de consolidação (Continuação)**

A seguir são apresentadas as empresas controladas e entidades com participações variáveis, que são incluídas na consolidação:

<b>Empresas controladas</b>	<b>Atividade</b>
Petrobras Química S.A. – PETROQUISA e subsidiárias	Petroquímica
Petrobras Distribuidora S.A. – BR e subsidiárias	Distribuição
BRASPETRO Oil Services Company – BRASOIL e subsidiárias	Operações Internacionais
BRASPETRO Oil Company – BOC e subsidiárias	Operações Internacionais
Petrobras International BRASPETRO B.V. – PIB e subsidiárias (1)	Operações Internacionais
Petrobras Gás S.A. – GASPETRO e subsidiárias	Transporte de Gás
Petrobras International Finance Company – PIFCo e subsidiárias	Financeira
Petrobras Transporte S.A. – TRANSPETRO e subsidiárias	Transporte
Downstream Participações Ltda. e subsidiárias	Refino e Distribuição
Petrobras Netherlands BV – PNBV e subsidiárias	Exploração e Produção
Petrobras Comercializadora de Energia Ltda. – PCEL	Energia
Petrobras Negócios Eletrônicos S.A. – E-PETRO e subsidiárias	Corporativa
5283 Participações Ltda.	Corporativa
Fundo de Investimento Imobiliário RB Logística – FII	Corporativa
UTE Nova Piratininga Ltda.	Energia
FAFEN Energia S.A.	Energia
Baixada Santista Energia Ltda.	Energia
Sociedade Fluminense de Energia Ltda. – SFE (2)	Energia
TERMOAÇU S.A.	Energia
TERMOBAHIA Ltda. (3)	Energia
TERMOCEARÁ Ltda.	Energia
TERMORIO S.A. (3)	Energia
TERMOMACAÉ Ltda. (4)	Energia
TERMOMACAÉ Comerc. de Energia Ltda. (4)	Energia
Ibiritermo S.A.	Energia
<b>Entidades de Propósito Específico consolidadas de acordo com o FIN46 (R)</b>	<b>Atividade</b>
Albacora Japão Petróleo Ltda.	Exploração e Produção
Barracuda & Caratinga Holding Company B.V.	Exploração e Produção
Companhia Petrolífera Marlim	Exploração e Produção
Nova Marlim Petróleo S.A.	Exploração e Produção
Cayman Cabiunas Investments Co.	Exploração e Produção
Cia. De Desenvolvimento e Modernização de Plantas Industriais - CDMPI	Exploração e Produção
Companhia Locadora de Equipamentos Petrolíferos S.A. – CLEP	Exploração e Produção
PDET Off-shore S.A.	Exploração e Produção
Companhia de Recuperação Secundária S.A.	Exploração e Produção
EVM Leasing Corporation	Exploração e Produção
Nova Transportadora do Nordeste S.A.	Transportes
Nova Transportadora do Sudeste S.A.	Transportes
Gasene Participações Ltda.	Transportes
Manaus Geração Termelétrica Participações Ltda.	Energia
Blade Securities Limited.	Corporativa
Codajás Coari Participações Ltda.	Transportes
Charter Development – CDC (5)	Exploração e Produção
Companhia Mexilhão do Brasil (6)	Exploração e Produção

(Tradução livre do original em inglês)

## **PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. – PETROBRAS E CONTROLADAS**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS

(Continuação)

Em milhões de dólares norte-americanos

(exceto quando especificamente indicado)

---

### **(b) Base de consolidação (Continuação)**

- (1) Controladora da Petrobras Energia S.A. - PEPSA e outras companhias internacionais.
- (2) Consolidadas de acordo com ARB 51, a partir de 31 de dezembro de 2005. Consolidadas de acordo com FIN 46 (R), a partir de 31 de dezembro de 2003 até 30 de setembro de 2005. Anteriormente não eram consolidadas nas demonstrações contábeis da Petrobras.
- (3) Consolidadas de acordo com ARB 51, a partir de 31 de dezembro de 2005. Consolidadas de acordo com FIN 46(R), a partir de 31 de dezembro de 2003 até 30 de setembro de 2005. Anteriormente eram contabilizadas como arrendamentos de capital consoante SFAS 13.
- (4) Ex-Macaé Merchant. Consolidada de acordo com ARB 51, a partir de 31 de dezembro de 2005. A Macaé Merchant anteriormente era consolidada de acordo com FIN 46 (R). (ver Nota 18 (1)).
- (5) Consolidadas de acordo com FIN 46 (R). A Companhia é uma nova SPE constituída em 2005 para dar suporte ao financiamento do projeto.
- (6) Consolidadas de acordo com FIN 46 (R). A companhia é uma nova SPE constituída em 2006 para dar suporte ao financiamento do projeto.

### **(c) Caixa e equivalentes a caixa**

Caixa e equivalentes a caixa estão representados por aplicações de alta liquidez, que são prontamente conversíveis em numerário, com vencimento em três meses ou menos da data de aquisição.

(Tradução livre do original em inglês)

## **PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. – PETROBRAS E CONTROLADAS**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS

(Continuação)

Em milhões de dólares norte-americanos

(exceto quando especificamente indicado)

---

### **(d) Títulos e valores mobiliários**

Títulos e valores mobiliários são contabilizados de acordo com o Pronunciamento SFAS Nº 115 - Contabilização de Certos Investimentos em Títulos de Dívida e Patrimoniais (“SFAS 115”), e foram classificados pela Companhia como disponíveis para venda, mantidos até o vencimento ou para negociação, de acordo com as estratégias pretendidas pela administração para esses títulos. Os títulos e valores mobiliários classificados como títulos para negociação são de curto prazo considerando que o investimento poderá ser liquidado, vendido ou utilizado para necessidades de caixa correntes. Os títulos e valores mobiliários classificados como disponíveis para venda são de longo prazo, uma vez que não se espera sua venda ou liquidação dentro do prazo de doze meses. Títulos e valores mobiliários que a administração tem a intenção e capacidade de manter até o vencimento são classificados como mantidos até o vencimento.

Os títulos e valores mobiliários classificados como para negociação são marcados a mercado contra o resultado do exercício, os disponíveis para venda são marcados a mercado contra outros resultados abrangentes e os mantidos até o vencimento são registrados pelo custo amortizado.

A Companhia possui determinados investimentos disponíveis para venda referentes a participações em companhias abertas. A Companhia possui ainda títulos disponíveis para venda e para negociação decorrentes da consolidação de investimentos mantidos em um fundo exclusivo. Não houve transferências entre categorias de investimentos.

(Tradução livre do original em inglês)

## **PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. – PETROBRAS E CONTROLADAS**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS

(Continuação)

Em milhões de dólares norte-americanos

(exceto quando especificamente indicado)

---

### **(e) Contas a receber**

As contas a receber são demonstradas com base em valores estimados de realização. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída em montante considerado suficiente pela administração para fazer face a futuras perdas prováveis decorrentes de contas incobráveis.

### **(f) Estoques**

Os estoques estão demonstrados como segue:

- As matérias-primas compreendem principalmente os estoques de petróleo bruto, que estão demonstrados pelo valor de custo ou mercado, dos dois o menor.
- Os derivados de petróleo e álcool são demonstrados, respectivamente, ao custo médio de refino e de compra, ajustados, quando aplicável, ao valor de realização.
- Os materiais e suprimentos são demonstrados ao custo médio de compra, que não excede ao valor de reposição; as importações em andamento são demonstradas ao custo identificado.

### **(g) Participações em empresas não consolidadas**

A Companhia adota o método de equivalência patrimonial para contabilização de todos os investimentos em que ela detenha entre 20% e 50% do capital votante da investida e/ou exerça influência significativa sobre as políticas operacionais e financeiras da investida. O método de equivalência patrimonial requer ajustes periódicos na conta de investimento para reconhecer a participação proporcional da Companhia nos resultados da investida, reduzida pelo recebimento de dividendos.

(Tradução livre do original em inglês)

## **PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. – PETROBRAS E CONTROLADAS**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS

(Continuação)

Em milhões de dólares norte-americanos

(exceto quando especificamente indicado)

---

### **(h) Imobilizado**

- Custos incorridos em atividades de produção de petróleo e gás

Os custos incorridos com exploração, desenvolvimento e produção de petróleo e gás são registrados de acordo com o método de “esforços bem sucedidos”. Esse método requer que sejam capitalizados os custos incorridos pela Companhia referentes aos trabalhos de perfuração de poços e instalações de desenvolvimento em áreas de produção com reservas provadas e poços exploratórios bem-sucedidos. Além disso, os custos incorridos pela Companhia referentes a atividades geológicas e geofísicas são lançados a resultado no exercício em que foram incorridos e os custos relacionados a poços exploratórios secos em áreas com reservas não comprovadas são lançados a resultado ao serem considerados secos ou inviáveis economicamente.

- Custos capitalizados

Os custos capitalizados são depreciados com base no método de unidades produzidas com base nas reservas provadas desenvolvidas. Essas reservas são estimadas pelos geólogos e engenheiros de petróleo da Companhia de acordo com as normas da SEC e são revisadas anualmente ou com maior frequência sempre que houver indicações de mudanças significativas nas reservas da Companhia.

- Custos de aquisição de ativos

Custos de aquisições de campos desenvolvidos ou a desenvolver, incluindo bônus de assinatura, corretagem e outros encargos, são capitalizados. Os custos de campos a desenvolver que se tornam produtivos são transferidos para uma conta de campos produtivos.

(Tradução livre do original em inglês)

## **PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. – PETROBRAS E CONTROLADAS**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS

(Continuação)

Em milhões de dólares norte-americanos

(exceto quando especificamente indicado)

---

### **(h) Imobilizado** (Continuação)

- Custos de exploração

Poços de exploração nos quais se encontram petróleo e gás em áreas que necessitem de maiores investimentos antes do início da fase de produção são avaliados anualmente de modo a assegurar que uma quantidade de reserva comercializável tenha sido encontrada, ou que atividades de exploração adicionais estejam em andamento ou tenham sido planejadas. Os custos de exploração relativos a áreas com reservas comercializáveis que tenham sido descobertas são capitalizados, e os custos de exploração relativos a áreas para as quais existam atividades de exploração adicionais em andamento ou planejadas continuam a ser capitalizados até nova avaliação. Os custos de exploração de poços que não se enquadrem nesses testes são contabilizados como despesas. Todos os demais custos de exploração (incluindo os custos geológicos e geofísicos) são registrados como despesas, quando incorridos. Custos relativos a poços secos são registrados como despesas.

- Custos de desenvolvimento

Os custos de desenvolvimento de poços, incluindo poços secos, plataformas, equipamentos para exploração de poços e equipamentos acessórios para produção, são capitalizados.

- Custos de produção

Os custos com poços produtivos são contabilizados em estoques e debitados em resultados na venda dos produtos.

(Tradução livre do original em inglês)

## **PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. – PETROBRAS E CONTROLADAS**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS

(Continuação)

Em milhões de dólares norte-americanos

(exceto quando especificamente indicado)

---

### **(h) Imobilizado** (Continuação)

- Custos de abandono

A Companhia efetua sua revisão anual e ajuste de sua estimativa de gastos associados com futuro abandono de poços e desmantelamento de áreas de produção de óleo e gás com base em novas informações sobre a data esperada e estimativas de custo de abandono. As alterações nas obrigações estimadas de desativação de bens possuem relação basicamente com a declaração comercial de novos campos, determinadas alterações de estimativas de custo, e revisões nas informações de abandono relativas a “joint ventures” não operadas.

- Depreciação, exaustão e amortização

A depreciação, exaustão e amortização de custos de instalações de produção são registradas pelo método de unidades produzidas, individualmente por campo, em relação à produção de reservas provadas. As plataformas de produção arrendadas são depreciadas pelo método linear considerando a vida útil estimada das plataformas. A depreciação, exaustão e amortização de todos os demais custos capitalizados (tanto tangíveis quanto intangíveis) relativos às reservas provadas de petróleo e gás são contabilizadas pelo método de unidades produzidas individualmente por campo em relação à produção de reservas provadas e desenvolvidas de cada campo produtor. O método linear é utilizado para ativos cuja vida útil estimada é menor que a do campo.

(Tradução livre do original em inglês)

## **PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. – PETROBRAS E CONTROLADAS**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS  
(Continuação)

Em milhões de dólares norte-americanos  
(exceto quando especificamente indicado)

---

### **(h) Imobilizado** (Continuação)

Os demais bens do imobilizado são depreciados pelo método linear com base nas seguintes vidas úteis estimadas:

Edificações e benfeitorias	25-40 anos
Equipamentos e outros ativos	3-30 anos
Plataformas (1)	15-25 anos
Gasodutos	30 anos

(1) Em 2006, a Companhia revisou a estimativa de depreciação e alterou a taxa de 10 a 25 anos para 15 a 25 anos e o efeito no resultado foi de US\$67.

- **Impairment**

De acordo com o SFAS N° 144 - Contabilização de Perdas na Recuperação de Ativos de Longo Prazo (“SFAS 144”), a administração revisa os ativos de longo prazo, principalmente o imobilizado, a serem utilizados nas operações e custos capitalizados relativos às atividades de exploração de petróleo e gás, quando quaisquer eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil de um ativo ou grupo de ativos pode não ser recuperado com base em fluxos de caixa futuros não-descontados. As revisões são efetuadas ao menor nível de ativos para os quais a Companhia conseguir atribuir fluxos de caixa futuros identificáveis. O valor contábil líquido dos correspondentes ativos é ajustado ao valor justo de mercado com base no modelo de fluxo de caixa descontado futuro, se a soma do fluxo de caixa futuro não descontado esperado for inferior ao valor contábil.

- **Manutenção e reparos**

Os custos efetivos de manutenção, incluindo revisões em refinarias e embarcações, bem como outros gastos de manutenção e reparos, são levados a resultado quando incorridos.

(Tradução livre do original em inglês)

## **PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. – PETROBRAS E CONTROLADAS**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS

(Continuação)

Em milhões de dólares norte-americanos

(exceto quando especificamente indicado)

---

### **(h) Imobilizado** (Continuação)

- Capitalização de juros

Os juros são capitalizados de acordo com o SFAS Nº 34 - Capitalização de Despesa de Juros (“SFAS 34”). Os juros são capitalizados em projetos específicos quando for despendido tempo considerável para construção e quando forem envolvidos maiores gastos. Os juros capitalizados são alocados ao imobilizado e amortizados ao longo das vidas úteis estimadas ou método de unidades produzidas dos respectivos ativos. Os juros são capitalizados pelo custo médio ponderado das taxas captadas nos financiamentos.

### **(i) Receitas, custos e despesas**

As receitas de venda de petróleo bruto, derivados de petróleo, produtos petroquímicos e outros produtos são reconhecidos pelo regime de competência quando da transferência de propriedade para o cliente. As receitas de vendas de gás natural são contabilizadas quando esse produto é transferido ao cliente. Ajustes posteriores decorrentes de diferenças apuradas com base em contratos de produção compartilhada e em volumes entregues não são significativos. Os custos e as despesas são contabilizados pelo regime de competência.

### **(j) Imposto de renda e contribuição social**

A Companhia contabiliza o imposto de renda e a contribuição social de acordo com o SFAS Nº 109 – Contabilização de Imposto de Renda (“SFAS 109”), que estabelece uma abordagem ativa e passiva para registro de impostos correntes e diferidos. Os efeitos das diferenças entre as bases tributárias dos ativos e passivos e os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis foram tratados como diferenças temporárias para fins de contabilização de imposto de renda e contribuição social diferidos.

(Tradução livre do original em inglês)

## **PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. – PETROBRAS E CONTROLADAS**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS

(Continuação)

Em milhões de dólares norte-americanos

(exceto quando especificamente indicado)

---

### **(j) Imposto de renda e contribuição social** (Continuação)

A Companhia contabiliza crédito tributário sobre todos os prejuízos fiscais líquidos como impostos de renda e contribuição social diferidos e reconhece uma provisão para perdas sobre qualquer parcela do imposto que a administração acredita que não será recuperada contra lucro tributável futuro, utilizando o critério de “mais provável do que improvável”.

### **(k) Benefícios pós-aposentadoria de empregados**

A Companhia patrocina um plano de pensão de benefício definido com cobertura substancial a todos seus funcionários, contabilizado de acordo com o SFAS N° 87 - Contabilização de Planos de Pensão por Parte dos Empregadores (“SFAS 87”) e SFAS 158 - “Contabilização pelos Empregadores dos Planos de Aposentadoria com Benefício Definido e outros Planos Pós Aposentadoria - aditamento aos Pronunciamentos FASB Nos. 87, 88, 106, 132(R)” (“SFAS 158”). As divulgações relativas ao plano são feitas de acordo com o Pronunciamento FASB n° 132-R, “Informações Divulgadas pelos Empregadores sobre Aposentadoria e Outros Benefícios Pós-aposentadoria” (“SFAS N° 132-R”) (ver nota 2 (r)).

Adicionalmente, a Companhia proporciona certos benefícios de saúde para funcionários aposentados e seus dependentes. O custo desses benefícios é reconhecido de acordo com o SFAS N° 106 – Benefícios Pós-Aposentadoria, exceto Pensão (“SFAS 106”) e (“SFAS 158”).

A Companhia também contribui para os planos nacionais de pensão e seguridade social de subsidiárias internacionais, cujos percentuais são baseados na folha de pagamento, sendo essas contribuições levadas ao resultado quando incorridas. Demais indenizações podem ser pagas por ocasião de demissões não-voluntárias de funcionários; no entanto, com base nos planos operacionais atuais, a Administração não acredita que quaisquer valores pagos a esse título serão significativos.

(Tradução livre do original em inglês)

## **PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. – PETROBRAS E CONTROLADAS**

### **NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS**

(Continuação)

Em milhões de dólares norte-americanos

(exceto quando especificamente indicado)

---

#### **(l) Custos ambientais e de recuperação de áreas**

Os custos ambientais e de recuperação de áreas referentes às atuais operações são levados a resultado ou capitalizados, dependendo da expectativa de geração de benefícios econômicos futuros. Os passivos são reconhecidos quando os custos são considerados prováveis e podem ser razoavelmente estimados.

#### **(m) Férias remuneradas**

O passivo para futura remuneração de funcionários a título de férias é contabilizado quando o direito é incorrido.

#### **(n) Lucro por ação**

O lucro por ação é computado utilizando-se o método de duas classes, uma fórmula de apropriação de lucros que determina o lucro por ação para as ações preferenciais, consideradas como um título com participação nos lucros, e para as ações ordinárias. As ações preferenciais participam da distribuição dos dividendos e dos lucros a distribuir junto a ações ordinárias com base em uma fórmula predeterminada. Essa fórmula destina o lucro líquido, como se todo o lucro líquido de cada exercício tivesse sido distribuído, primeiro para as ações preferenciais em um montante igual ao dividendo anual mínimo prioritário de 3% das ações preferenciais ou 5% de seu capital integralizado, conforme definido nos registros contábeis estatutários, e em seguida, para as ações ordinárias, em um montante igual ao dividendo prioritário das ações preferenciais, por ação. Qualquer lucro líquido remanescente é destinado igualmente às ações ordinárias e preferenciais. Como resultado do desdobramento de ações ocorrido em 2005, cada *American Depositary Share* (ADS) correspondente a ações ordinárias representa quatro ações ordinárias ou preferenciais da Companhia.

#### **(o) Despesas com pesquisa e desenvolvimento**

As despesas com pesquisa e desenvolvimento são registradas no resultado quando incorridas.

(Tradução livre do original em inglês)

## **PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. – PETROBRAS E CONTROLADAS**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS

(Continuação)

Em milhões de dólares norte-americanos

(exceto quando especificamente indicado)

---

### **(p) Contabilização para instrumentos financeiros derivativos e operações de hedge**

A Companhia adota o Pronunciamento SFAS N° 133 – Contabilização de Instrumentos Financeiros Derivativos e Operações de Hedge, juntamente com suas alterações e interpretações, referidos coletivamente neste instrumento como “SFAS 133”. O SFAS 133 estabelece que todo o instrumento derivativo deve ser contabilizado no balanço da Companhia, tanto no ativo quanto no passivo, e mensurado pelo valor justo. O SFAS 133 estabelece que mudanças ocorridas no valor justo de tais derivativos devem ser contabilizadas na demonstração de resultados a não ser que se cumpram critérios específicos de contabilização de “hedge” e seja definido pela Companhia. No caso dos derivativos denominados “hedge” contábil, os ajustes de valor justo serão registrados na demonstração de resultado ou em Outros Resultados Abrangentes Acumulados, um componente do patrimônio líquido, dependendo do tipo de “hedge” e do grau de efetividade do “hedge”.

A Companhia se utiliza de instrumentos financeiros derivativos para fins de “hedging” econômico com o objetivo de reduzir o risco da ocorrência de variações desfavoráveis nos preços de compra para petróleo bruto. Tais instrumentos são marcados a mercado com os ganhos ou perdas associados reconhecidos como Receita Financeira ou Despesa Financeira.

A Companhia também utiliza instrumentos financeiros derivativos para fins de “hedging” econômico com o intuito de mitigar o risco sobre as variações desfavoráveis que possam ocorrer com as moedas estrangeiras, denominadas “funding”. Ganhos e perdas decorrentes das alterações no valor justo de tais contratos são reconhecidos como receita financeira ou despesa financeira.

Para operações de *hedge* de fluxo de caixa, os ganhos e perdas decorrentes do instrumento derivativo são diferidos e registrados em Outros Resultados Abrangentes Acumulados até o momento em que a transação objeto de hedge tenha impacto sobre os lucros, com exceção do *hedge* sem efetividade; que é registrado diretamente em lucros.

(Tradução livre do original em inglês)

## **PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. – PETROBRAS E CONTROLADAS**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS

(Continuação)

Em milhões de dólares norte-americanos

(exceto quando especificamente indicado)

---

### **(q) Pronunciamentos contábeis recentemente emitidos**

- **Interpretação FASB No. 48, Contabilização da Incerteza no Imposto de Renda, uma Interpretação do Pronunciamento FASB 109 (FIN 48)**

Em julho de 2006, o FASB divulgou a FIN 48, a qual esclarece a contabilização da incerteza no imposto de renda reconhecido nas demonstrações financeiras de uma empresa e determina um limiar de probabilidades para o reconhecimento de benefícios fiscais relativas a situações fiscais incertas adotadas ou que poderão ser adotadas na declaração de imposto de renda. A FIN 48 também oferece a orientação sobre apuração, baixa, classificação, juros, penalidades e divulgação. O disposto na FIN 48 passará a vigorar para a Companhia em 1º de janeiro de 2007, sendo que qualquer efeito cumulativo da alteração dos princípios contábeis deverão ser lançados como ajuste ao lucro em lucros acumulados. A Companhia está avaliando os reflexos da adoção da FIN 48 sobre seus resultados operacionais e situação financeira. A Companhia não acredita que a adoção da FIN 48 resultará em efeito significativo sobre sua posição financeira ou resultados operacionais.

- **Pronunciamento FASB No. 157, Medições do Valor de Mercado (“SFAS 157”)**

Em setembro de 2006 o FASB divulgou o SFAS 157, o qual entrará em vigor para a Companhia a partir de 1º de janeiro de 2008. Esta regra define o valor justo, determina os critérios para apuração do valor justo e amplia as divulgações relativas às apurações de valor justo. A SFAS 157 não exige novas apurações de valor justo, porém regerá os ativos e passivos que devem ser contabilizados pelo valor justo nos termos de outros princípios contábeis. O reflexo, se houver, sobre a Companhia em decorrência da adoção do SFAS 157 em 2008 dependerá dos ativos e passivos da Companhia naquela ocasião, e que deverão ser contabilizados pelo valor justo.

(Tradução livre do original em inglês)

## **PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. – PETROBRAS E CONTROLADAS**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS  
(Continuação)

Em milhões de dólares norte-americanos  
(exceto quando especificamente indicado)

---

### **(q) Pronunciamentos contábeis recentemente emitidos (Continuação)**

- **Pronunciamento FASB 159 “A Opção do Valor de Mercado para os Ativos e Passivos Financeiros.” (“SFAS 159”)**

Em fevereiro de 2007 o FASB divulgou o SFAS 159 “A Opção do Valor Justo para os Ativos e Passivos Financeiros.” (“SFAS 159”), a qual faculta a apuração de determinados instrumentos financeiros a valor justo. As empresas poderão optar pela apuração dos itens em questão a valor justo em datas pré-determinadas, declarando os ganhos e perdas não realizados dos referidos itens a cada relatório do período subsequente. O SFAS 159 entra em vigor para os exercícios iniciados após 15 de novembro de 2007. A Companhia está avaliando o possível impacto da opção do valor justo, porém não é esperado impacto significativo na posição financeira e no resultado da Companhia.

### **(r) Pronunciamentos contábeis recentemente adotados**

- **Pronunciamento FASB 158 - “Contabilização pelos Empregadores dos Planos de Previdência de Benefícios Definidos e de Outros Planos Pós-Aposentadoria - Aditamento aos Pronunciamentos FASB No. 87, 88, 106 e 132(R)” (“SFAS 158”)**

Em setembro de 2006, o FASB divulgou o SFAS 158, o qual passou a vigorar para a Companhia em 31 de dezembro de 2006. Ver a Nota 16(d).

(Tradução livre do original em inglês)

## **PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. – PETROBRAS E CONTROLADAS**

### **NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS**

(Continuação)

Em milhões de dólares norte-americanos

(exceto quando especificamente indicado)

### **3. Imposto de Renda e Contribuição Social**

No Brasil os impostos sobre a renda incluem o imposto de renda federal e a contribuição social, que representa um imposto federal adicional. As alíquotas oficiais para imposto de renda e contribuição social aplicáveis são de 25% e de 9%, respectivamente, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2006, 2005 e 2004.

Praticamente todo o lucro tributável da Companhia é gerado no Brasil estando, portanto, sujeito à alíquota legal brasileira. A seguir, é apresentada a reconciliação entre os impostos calculados com base nas alíquotas nominais e a despesa de imposto de renda apresentada nas demonstrações contábeis consolidadas:

	<b>Exercício findo em 31 de dezembro</b>		
	<b>2006</b>	<b>2005</b>	<b>2004</b>
Lucro antes do imposto de renda, da contribuição social, da participação minoritária e dos itens extraordinários:			
Brasil	<b>18.589</b>	13.739	8.168
Internacional	<b>572</b>	853	767
	<b>19.161</b>	14.592	8.935
Despesa de Imposto de Renda às alíquotas nominais	<b>(6.515)</b>	(4.961)	(3.038)
Ajustes para obtenção da alíquota efetiva			
Benefícios pós-emprego e plano de saúde não dedutíveis	<b>(277)</b>	(244)	(157)
Mudanças em provisão para valor de realização	<b>101</b>	76	159
Benefício fiscal sobre juros sobre capital próprio	<b>994</b>	791	650
Outros	<b>6</b>	(103)	155
Despesa de Imposto de Renda e Contribuição Social apresentada na Demonstração Consolidada do Resultado	<b>(5.691)</b>	(4.441)	(2.231)

(Tradução livre do original em inglês)

## **PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. – PETROBRAS E CONTROLADAS**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS  
(Continuação)

Em milhões de dólares norte-americanos  
(exceto quando especificamente indicado)

---

### **3. Imposto de Renda e Contribuição Social (Continuação)**

A tabela a seguir discrimina o imposto de renda nacional e internacional e despesa (benefício) de contribuição social registrados nessas demonstrações contábeis consolidadas:

	<b>Exercício findo em 31 de dezembro de</b>		
	<b>2006</b>	<b>2005</b>	<b>2004</b>
Despesa com imposto de renda por demonstração consolidada de resultado:			
Brasil			
Corrente	<b>(4.750)</b>	(3.973)	(1.922)
Diferido	<b>(686)</b>	(179)	(258)
	<b>(5.436)</b>	(4.152)	(2.180)
Internacional			
Corrente	<b>(261)</b>	(250)	(192)
Diferido	<b>6</b>	(39)	141
	<b>(255)</b>	(289)	(51)
	<b>(5.691)</b>	(4.441)	(2.231)

Os créditos fiscais diferidos de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro, decorrentes dos prejuízos fiscais acumulados da Transportadora Brasileira Gasoduto Bolívia-Brasil S.A. - TBG, controlada da subsidiária GASPETRO, totalizavam US\$345 em 31 de dezembro de 2006 (US\$377 em 2005). Esses créditos vêm sendo utilizados, mensalmente, na compensação dos tributos a pagar, conforme sistemática prevista na legislação em vigor. Esses créditos, foram acumulados de 1999 a 2002, baseados em estudo técnico, aprovado pelo Conselho de Administração sobre a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros bem como no histórico de rentabilidade dos últimos 3 anos que permite a sua realização em até, no máximo, dez anos.

(Tradução livre do original em inglês)

## **PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. – PETROBRAS E CONTROLADAS**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS

(Continuação)

Em milhões de dólares norte-americanos

(exceto quando especificamente indicado)

---

### **3. Imposto de Renda e Contribuição Social (Continuação)**

A PEPSA também possui créditos fiscais no valor de US\$366 em 31 de dezembro de 2006 (US\$443 em 2005), a serem compensados com lucros tributáveis futuros e para os quais existe uma provisão para perdas reconhecidas nas demonstrações contábeis consolidadas em 31 de dezembro de 2006 e 2005. Em 31 de dezembro de 2006, a PEPSA constituiu uma provisão para perdas de créditos tributáveis sobre prejuízos fiscais a compensar no valor de US\$335 (US\$352 em 2005) porque, naquelas datas, a Administração acredita que os lucros tributários futuros não serão suficientes para absorver diferenças temporárias líquidas e prejuízos fiscais acumulados. Esses prejuízos fiscais a compensar decorrem principalmente de prejuízos operacionais incorridos durante a crise argentina de 2001 e 2002.

A Administração da PEPSA avalia anualmente a possibilidade de recuperação de prejuízos fiscais considerando, entre outros aspectos, a estimativa de lucros futuros, as estratégias de planejamento fiscal, a perspectiva de lucros tributáveis futuros, o prazo de prescrição da compensação de prejuízos fiscais, as reversões futuras das diferenças temporárias existentes e o histórico fiscal do último exercício. Todas as evidências disponíveis, quer positivas ou negativas, são devidamente ponderadas e consideradas nessa avaliação.

Em 31 de dezembro de 2006 e 2005, a Administração da PEPSA reverteu parte da provisão para perdas de créditos tributáveis sobre a compensação de prejuízos fiscais constituída em exercícios anteriores, reconhecendo um ganho de US\$17 e US\$63, respectivamente. A Administração da PEPSA continuará avaliando a possibilidade de compensação de prejuízos fiscais para os quais foi reconhecida uma provisão.

Os impostos diferidos registrados resultam principalmente de transações ocorridas no Brasil, não havendo impostos diferidos em montantes significativos de localidades no exterior. Não existe compensação de impostos entre jurisdições internacionais.

(Tradução livre do original em inglês)

## PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. – PETROBRAS E CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS  
(Continuação)

Em milhões de dólares norte-americanos  
(exceto quando especificamente indicado)

### 3. Imposto de Renda e Contribuição Social (Continuação)

Os principais componentes das contas de imposto de renda e contribuição social diferidos no balanço patrimonial consolidado são os seguintes:

	31 de dezembro	
	2006	2005
<b>Ativo circulante:</b>		
Estoques	101	(12)
Obrigações de arrendamento mercantil	53	58
Provisão para participação nos resultados	159	131
Benefícios pós-aposentadoria de funcionários	65	86
Outras diferenças temporárias	295	219
	<u>673</u>	<u>482</u>
<b>Passivo circulante:</b>		
Outras diferenças temporárias	(28)	(9)
	<u>(28)</u>	<u>(9)</u>
<b>Imposto diferido ativo de curto prazo, líquido</b>	<u>645</u>	<u>473</u>
<b>Imposto diferido passivo de curto prazo</b>	<u>(8)</u>	<u>(6)</u>
<b>Ativos diferidos de curto prazo</b>	<u>653</u>	<u>479</u>
<b>Realizável a longo prazo:</b>		
Obrigações com benefícios pós-aposentadoria, líquido de ajustes das reservas de benefícios pós-aposentadoria acumulados	2.101	1.291
Juros sobre capital próprio	-	159
Encargos diferidos	159	124
Prejuízos fiscais a compensar	514	592
Investimentos	53	102
Obrigações de arrendamento mercantil	51	61
Reavaliação de estoques	37	37
Instrumentos derivativos	11	60
Provisão para devedores duvidosos	47	47
Provisão para contingências	67	28
Projetos estruturados	95	64
Outras diferenças temporárias, individualmente não significativas	328	110
Provisão para perdas no valor de realização	(426)	(524)
	<u>3.037</u>	<u>2.151</u>
<b>Exigível a longo prazo:</b>		
Custos de exploração e desenvolvimento capitalizados	(4.041)	(2.995)
Imobilizado	(1.140)	(584)
Hedge	(21)	(199)
Investimentos	(88)	(81)
Efeito fiscal sobre perdas não realizadas de títulos disponíveis para venda	(186)	(168)
Outras diferenças temporárias, individualmente não significativas	(416)	(283)
	<u>(5.892)</u>	<u>(4.310)</u>
<b>Imposto diferido passivo de longo prazo, líquido</b>	<u>(2.855)</u>	<u>(2.159)</u>
<b>Imposto diferido ativo de longo prazo</b>	<u>61</u>	<u>7</u>
<b>Imposto diferido passivo de longo prazo</b>	<u>(2.916)</u>	<u>(2.166)</u>
<b>Imposto diferido passivo líquido</b>	<u>(2.210)</u>	<u>(1.686)</u>

(Tradução livre do original em inglês)

## **PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. – PETROBRAS E CONTROLADAS**

### **NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS**

(Continuação)

Em milhões de dólares norte-americanos

(exceto quando especificamente indicado)

---

#### **3. Imposto de Renda e Contribuição Social (Continuação)**

Embora não seja garantida a realização dos impostos diferidos ativos líquidos, a administração acredita que, exceto quando tiver sido constituída uma provisão para valor de realização, haverá maior probabilidade de ocorrer a realização. O valor dos impostos diferidos ativos considerados como realizável poderá, no entanto, ser reduzido se forem reduzidas as estimativas de lucro tributável futuro. Os prejuízos fiscais gerados no Brasil não prescrevem e estão disponíveis para compensação com lucro tributável futuro até o limite de 30% do lucro tributável de cada exercício. Os prejuízos fiscais da PEPISA prescrevem principalmente após 2007 e podem ser compensados com lucros tributáveis futuros sem restrições. O quadro a seguir apresenta as flutuações na provisão para valor de realização nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2006, 2005 e 2004:

	<b>Exercício findo em 31 de dezembro,</b>		
	<b>2006</b>	<b>2005</b>	<b>2004</b>
Saldo em 1º de janeiro	<b>(524)</b>	(596)	(749)
Reduções	<b>101</b>	76	159
Ajustes acumulados de conversão	<b>(3)</b>	(4)	(6)
Saldo em 31 de dezembro	<b>(426)</b>	(524)	(596)

A Empresa não reconheceu um passivo fiscal diferido de cerca de US\$190 sobre os resultados não distribuídos de suas operações no exterior, as quais surgiram em 2006 e anos anteriores, visto que a Companhia considera que tais rendimentos serão reinvestidos sem prazo determinado. Um passivo fiscal diferido será reconhecido quando a Companhia deixar de manifestar sua pretensão de reinvestir de forma permanente os lucros não distribuídos. Os lucros não distribuídos destas subsidiárias eram de cerca de US\$560 em 31 de dezembro de 2006.

(Tradução livre do original em inglês)

## **PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. – PETROBRAS E CONTROLADAS**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS  
(Continuação)

Em milhões de dólares norte-americanos  
(exceto quando especificamente indicado)

---

### **4. Caixa e Equivalentes a Caixa**

	<b>Em 31 de dezembro</b>	
	<b>2006</b>	<b>2005</b>
Caixa	<b>1.692</b>	1.539
Fundos de investimento - em reais (1)	<b>4.072</b>	6.280
Fundo de investimento - em dólares norte-americanos (2)	<b>6.924</b>	2.052
	<b>12.688</b>	9.871

(1) Representado basicamente por títulos públicos federais com liquidez imediata e seu portfólio está vinculado à cotação do dólar norte-americano ou ao rendimento dos Depósitos Interbancários - DI.

(2) Composto principalmente de depósitos a prazo e investimentos de renda fixa.

### **5. Títulos e Valores Mobiliários**

	<b>Em 31 de dezembro</b>	
	<b>2006</b>	<b>2005</b>
Classificação:		
Disponíveis para venda	<b>185</b>	163
Para negociação	<b>112</b>	361
Mantidos até o vencimento	<b>143</b>	61
	<b>440</b>	585
Menos: parcela circulante de títulos e valores mobiliários	<b>(346)</b>	(456)
Parcela de longo prazo de títulos e valores mobiliários	<b>94</b>	129

(Tradução livre do original em inglês)

## **PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. – PETROBRAS E CONTROLADAS**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS

(Continuação)

Em milhões de dólares norte-americanos

(exceto quando especificamente indicado)

---

### **5. Títulos e Valores Mobiliários (Continuação)**

Os títulos e valores mobiliários correspondem a valores investidos pela Companhia em um fundo exclusivo, excluindo os títulos próprios da Companhia, que são considerados recomprados. O fundo exclusivo é consolidado, e os títulos de dívida e patrimoniais da carteira são classificados como títulos para negociação ou disponíveis para venda segundo o SFAS 115, de acordo com a intenção da administração. Os títulos para negociação compõem-se principalmente de títulos nacionais comprados e vendidos freqüentemente com o objetivo de criar margens de curto prazo para alterações nos preços de mercado. Os títulos disponíveis para venda compõem-se principalmente de contratos de Título de Crédito Líquido (LCN) e outros papéis para que a Companhia não espera negociar ativamente. Títulos para negociação são apresentados como ativo circulante devido à expectativa de utilização no curto prazo, a fim de fazer face a necessidades de caixa. Os títulos disponíveis para venda são apresentados como “outros ativos”, uma vez que não se espera vendê-los ou liquidá-los nos próximos doze meses.

A Companhia detém Notas do Tesouro Nacional "Série P" (NTN-P) emitidas pelo Governo Federal que são contabilizadas como títulos disponíveis para venda de acordo com SFAS 115.

(Tradução livre do original em inglês)

## PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. – PETROBRAS E CONTROLADAS

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS

(Continuação)

Em milhões de dólares norte-americanos

(exceto quando especificamente indicado)

#### 6. Contas a Receber, Líquidas

As contas a receber são compostas da seguinte forma:

	Em 31 de dezembro	
	2006	2005
Clientes	7.944	7.889
Menos: Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(1.120)	(1.063)
	<b>6.824</b>	6.826
Menos: Contas a receber de longo prazo, líquidas	(513)	(642)
Contas a receber de curto prazo, líquidas	<b>6.311</b>	6.184

	Em 31 de dezembro		
	2006	2005	2004
Provisão para créditos de liquidação duvidosa:			
Saldo em 1º de janeiro	(1.063)	(904)	(780)
Adições	(78)	(118)	(164)
Baixas	60	10	66
Ajustes acumulados de conversão	(39)	(51)	(26)
Saldo em 31 de dezembro	<b>(1.120)</b>	(1.063)	(904)
Provisão para contas a receber de curto prazo	<b>(584)</b>	(196)	(150)
Provisão para contas a receber de longo prazo	<b>(536)</b>	(867)	(754)

Em 31 de dezembro de 2006 e 2005, as contas a receber de longo prazo incluem os montantes de US\$608 e US\$599, respectivamente, referentes a pagamentos efetuados pela Companhia a fornecedores e empreiteiros em nome de algumas construtoras. Estas construtoras haviam sido contratadas pela controlada BRASOIL para a construção/transformação de embarcações em FPSO - “*Floating Production, Storage and Offloading*” (Produção, Armazenamento e Descarregamento Flutuante) e FSO - “*Floating, Storage and Offloading*” (Armazenamento e Descarregamento Flutuante). Tais pagamentos foram efetuados pela Companhia em virtude de não terem sido honrados pelas construtoras e com o objetivo de evitar mais atrasos na construção/transformação das embarcações e conseqüentes prejuízos para a BRASOIL.

(Tradução livre do original em inglês)

## **PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. – PETROBRAS E CONTROLADAS**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS  
(Continuação)

Em milhões de dólares norte-americanos  
(exceto quando especificamente indicado)

---

### **6. Contas a Receber, Líquidas (Continuação)**

Com base em consultas aos consultores jurídicos, a Administração da Companhia entende que, esses pagamentos podem passíveis de restituição, uma vez que representam direitos da BRASOIL com relação às construtoras, razão pela qual foram interpostas ações judiciais em cortes internacionais, solicitando reembolso. Entretanto, tendo em vista a incerteza relacionada à realização desses recebíveis, a Companhia efetuou registro de provisão para perda para todos os créditos não cobertos por garantia. Tal provisão totalizou US\$536 e US\$527, em 31 de dezembro de 2006 e 2005, respectivamente.

### **7. Estoques**

	<b>Em 31 de dezembro</b>	
	<b>2006</b>	<b>2005</b>
Produtos		
Derivados de petróleo	<b>2.220</b>	2.020
Álcool combustível	<b>160</b>	66
	<b>2.380</b>	2.086
Matérias-primas, principalmente petróleo bruto	<b>2.989</b>	2.266
Materiais e suprimentos	<b>1.274</b>	1.047
Outros	<b>140</b>	142
	<b>6.783</b>	5.541
Estoque circulante	<b>6.573</b>	5.305
Estoque de longo prazo	<b>210</b>	236

(Tradução livre do original em inglês)

## **PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. – PETROBRAS E CONTROLADAS**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS  
(Continuação)

Em milhões de dólares norte-americanos  
(exceto quando especificamente indicado)

---

### **8. Impostos a Recuperar**

Os impostos a recuperar são compostos como a seguir:

	31 de dezembro	
	2006	2005
Local:		
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - (ICMS) (1)	2.829	1.830
Imposto de renda e contribuição social	357	275
PASEP/COFINS (2)	291	157
Imposto sobre valor agregado - (IVA)	104	123
Outros impostos a recuperar	304	341
	<u>3.885</u>	<u>2.726</u>
Menos: impostos a recuperar a longo prazo	<u>(1.292)</u>	<u>(639)</u>
Impostos a recuperar a curto prazo	<u>2.593</u>	<u>2.087</u>

(1) Imposto sobre Circulação de Mercadoria e Serviços - (ICMS) são compostos de créditos gerados por operações comerciais e pela aquisição de imobilizado e pode ser compensado com tributos de mesma natureza.

(2) PASEP e COFINS são contribuições sociais incidentes sobre vendas de produtos e serviços e receitas financeiras.

Essas contribuições, assim como o ICMS, não são cumulativas, e o montante pago relativamente a tais tributos na aquisição de produtos e/ou serviços pode ser compensado quando de sua venda, ou seja, ocorre um crédito no momento da compra, compensado no momento da venda ao consumidor final.

O imposto de renda e a contribuição social a recuperar serão compensados com lucros tributáveis futuros.

Como a Petrobras espera recuperar tais impostos integralmente, nenhuma provisão foi constituída.

(Tradução livre do original em inglês)

## PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. – PETROBRAS E CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS (Continuação)

Em milhões de dólares norte-americanos

(exceto quando especificamente indicado)

### 9. Imobilizado, Líquido

#### (a) Composição do saldo

O imobilizado, ao valor de custo, é composto como segue:

	Em 31 de dezembro					
	2006			2005		
	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Custo	Depreciação acumulada	Líquido
Edificações e benfeitorias	2.422	(935)	1.487	1.696	(755)	941
Ativos de petróleo e gás	26.274	(10.605)	15.669	21.500	(9.589)	11.911
Equipamentos e outros ativos	34.654	(16.996)	17.658	28.359	(14.902)	13.457
Arrendamento de imobilizado - plataformas, navios	2.660	(1.322)	1.338	2.651	(1.233)	1.418
Direitos e concessões	1.828	(336)	1.492	1.492	(210)	1.282
Terrenos	262	-	262	226	-	226
Materiais	1.253	-	1.253	820	-	820
Projetos de expansão - Imobilizado em curso:						
Exploração e produção	10.731	-	10.731	9.553	-	9.553
Abastecimento	5.152	-	5.152	4.546	-	4.546
Gás e energia	3.231	-	3.231	1.356	-	1.356
Distribuição	195	-	195	185	-	185
Internacional	5	-	5	-	-	-
Corporativo	424	-	424	225	-	225
	<b>89.091</b>	<b>(30.194)</b>	<b>58.897</b>	<b>72.609</b>	<b>(26.689)</b>	<b>45.920</b>

(Tradução livre do original em inglês)

## **PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. – PETROBRAS E CONTROLADAS**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS

(Continuação)

Em milhões de dólares norte-americanos

(exceto quando especificamente indicado)

---

### **9. Imobilizado, Líquido (Continuação)**

#### **(b) Nova lei dos hidrocarbonetos da Bolívia**

Desde o dia 19 de maio de 2005 está em vigor, na Bolívia, a Nova Lei de Hidrocarbonetos N° 3.058, a qual revoga a antiga Lei de Hidrocarbonetos N° 1.689 de 30 de abril de 1996.

A nova Lei estabelece, entre outros pontos, uma maior carga tributária para as empresas do setor, através de uma porcentagem de 18% de royalties e de um imposto direto sobre os hidrocarbonetos (IDH) de 32%, a ser aplicado de forma direta sobre 100% da produção, os quais se somam aos impostos vigentes através da Lei N° 843. Adicionalmente, a nova legislação determina a migração dos contratos de risco compartilhado, que devem ser substituídos por novos contratos de acordo com as modalidades estabelecidas na Lei, e introduz mudanças na atividade de distribuição de produtos derivados de petróleo.

Em 20 de maio de 2005, foram firmados contratos de associação entre a Yacimientos Petrolíferos Fiscales Bolivianos - YPFB (Companhia estatal boliviana) e as companhias de distribuição de combustíveis, para ampliar o prazo de operação das distribuidoras até que a YPFB disponha de recursos financeiros necessários para desenvolver esse segmento em todo território boliviano. Em 30 de junho de 2006, venceu o prazo dos contratos que regulamentavam a distribuição de hidrocarbonetos na Bolívia. A YPFB conduziu, a partir daquela data, a distribuição nacional. A companhia Petrobras Bolívia Distribución, que mantinha adjudicada grande parte deste negócio, continua atuando no segmento através das estações de serviço de sua propriedade e a comercialização de lubrificantes.

(Tradução livre do original em inglês)

## **PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. – PETROBRAS E CONTROLADAS**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS

(Continuação)

Em milhões de dólares norte-americanos

(exceto quando especificamente indicado)

---

### **(b) Nova lei dos hidrocarbonetos da Bolívia (Continuação)**

A partir de 1º de maio de 2006 entrou em vigor na Bolívia o Decreto Supremo 28.701, que nacionalizou os recursos naturais bolivianos de hidrocarbonetos. Como consequência, as companhias que atualmente realizam atividades de produção de gás e petróleo, terão que transferir a propriedade de toda a produção de hidrocarbonetos à YPFB. Foi também determinado um período de transição de 180 dias a partir da data de início de vigência do decreto supramencionado, pelo qual as companhias atualmente em operação deverão obedecer aos novos contratos estabelecidos pela YPFB. As companhias que não tenham celebrado os referidos contratos até o final deste prazo ficarão impossibilitadas de operar na Bolívia.

O mencionado Decreto estabelece que, para aqueles campos cuja produção certificada média de gás natural do ano de 2005 tenha sido superior a 100 milhões de pés cúbicos diários, tal como o caso dos campos de San Alberto e San Antonio em que opera a Companhia, se pagará uma participação adicional à YPFB de 32% do valor da produção, alcançando um total de 82% de participação do Governo Boliviano. O Ministério de Hidrocarbonetos e Energia da Bolívia determinaria caso a caso por meio de auditoria a parcela final a ser paga às Companhias no contrato a ser firmado. Até 31 de dezembro de 2006, a Companhia registrou uma provisão para pagar a parcela adicional à YPFB de 32% sobre a produção de hidrocarbonetos, totalizando uma soma igual a US\$99. Os decretos reguladores que, entre outras questões, estabelecerão os meios para pagar essa parcela, ainda não foram emitidos.

(Tradução livre do original em inglês)

## **PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. – PETROBRAS E CONTROLADAS**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS

(Continuação)

Em milhões de dólares norte-americanos

(exceto quando especificamente indicado)

---

### **(b) Nova lei dos hidrocarbonetos da Bolívia (Continuação)**

Adicionalmente, de acordo com esse decreto, o Estado nacionaliza as ações necessárias para que a YPFB controle, no mínimo, 50% mais 1 ação, do capital acionário da Petrobras Bolívia Refinación S.A. - PBR, na qual Petrobras detém indiretamente 100% de participação (Petrobras International Braspetro B.V. - 51% e Petrobras Energia S.A. - 49%). A transferência da participação acionária para a YPFB deverá ser realizada quando as partes chegarem a um acordo sobre o valor da compensação econômica a ser paga pela YPFB à Petrobras, além do cumprimento prévio de algumas premissas societárias e legais. O processo de avaliação ainda não foi iniciado pelas partes.

Em 28 de outubro de 2006, a Petrobras Bolívia e seus sócios firmaram contratos de operação com a YPFB para os campos de San Alberto e de San Antonio. Esses contratos estabelecem que as receitas, royalties, participações, IDH, transporte e compressão serão absorvidos pela YPFB, devendo ser reembolsados como remuneração ao titular os custos de produção e investimentos realizados pelas companhias. O diferencial que porventura existir, será distribuído entre a companhia estatal boliviana e as companhias, em porcentagens variáveis em função da produção e do fator de recuperação dos investimentos. Esses contratos entrarão em vigor a partir da aprovação do Congresso Nacional Boliviano e a partir de seus respectivos registros jurídicos.

A Petrobras e seus sócios, em um documento anexo aos contratos denominado “Investimentos realizados”, estabelecem os valores de investimentos líquidos de amortização, que serão revisados tomando-se em conta os resultados das auditorias contratadas pelo Ministério de Hidrocarbonetos, as quais se encontram atualmente em andamento. Até o momento, se desconhece o resultado das mencionadas auditorias e os possíveis efeitos sobre os investimentos da Companhia.

(Tradução livre do original em inglês)

## **PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. – PETROBRAS E CONTROLADAS**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS  
(Continuação)

Em milhões de dólares norte-americanos  
(exceto quando especificamente indicado)

---

### **(b) Nova lei dos hidrocarbonetos da Bolívia (Continuação)**

Por meio do Decreto Supremo 28.900-A de 28 de outubro de 2006, se estabeleceu que as empresas continuarão operando na Bolívia, sob os preceitos do Decreto Supremo 28.701, incluindo o parágrafo I, artº. 3, que estabelece o pagamento adicional de 32% para os campos de San Alberto e San Antonio, até que os mencionados contratos sejam registrados.

Em 28 de novembro de 2006, o Congresso Nacional aprovou os 44 contratos de operação de petróleo (exploração e produção), entre os quais se encontram aqueles em que a Petrobras tem participação e/ou é operadora, onde se incluem, principalmente os campos de San Alberto e San Antonio. Em 11 de janeiro de 2007, foram publicadas as Leis que promulgam a aprovação dos mencionados contratos pelo Poder Legislativo Boliviano, entre as quais se encontram aqueles referentes aos campos de San Alberto e San Antonio. Até o momento, os contratos não foram registrados em cartório, apesar de não existirem razões justificáveis para o atraso. Somente após o registro efetivo dos contratos é que estes passarão a vigorar.

PBR e PEBIS continuam suas operações normais sob o controle e administração da Companhia, e em decorrência, suas demonstrações contábeis consolidadas continuam a integrar as demonstrações contábeis consolidadas da Companhia. Os ativos totais consolidados da PEBIS, em 31 de dezembro de 2006, atingiram US\$1.173.

(Tradução livre do original em inglês)

## **PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. – PETROBRAS E CONTROLADAS**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS

(Continuação)

Em milhões de dólares norte-americanos

(exceto quando especificamente indicado)

---

### **(c) Revisão dos acordos de operação na Venezuela**

Em março de 2006 a PESA, por meio de suas controladas e coligadas na Venezuela, firmou com a PDVSA e a Corporación Venezolana del Petróleo S.A. os (CVP) Memorandos de Entendimento (MOU) com o objetivo de concretizar a migração dos acordos de operação para a modalidade de companhias mistas. Os MOU estabelecem que a participação dos sócios privados nas companhias mistas deve ser limitada a 40% enquanto o governo venezuelano participa com 60% restantes. Logo, a participação indireta da PESA nos campos de Oritupano Leona, La Concepción, Acema e Mata ficou definido em 22%, 36%, 34,5% e 34,5% respectivamente.

De acordo com o que estabelece o MOU, a CVP reconhecerá créditos divisíveis e transferíveis a favor das empresas privadas que participarem das companhias mistas, que não estarão sujeitos a juros e poderão ser utilizados no pagamento de bônus de aquisição novas áreas para atividades de produção e de exploração de petróleo ou para uma licença para o desenvolvimento de operações de exploração e produção de gás.

No período de transição, e até que as companhias mistas se encontrem em condições operacionais, os consórcios têm sido conduzidos e financiados pela Petrobras Energia Venezuela, sob a supervisão de um comitê operacional integrado, com maioria de representantes da PDVSA.

Devido à mudança na estrutura de investimentos em empresas mistas a partir de 1º de abril de 2006 a Companhia não mais consolida os ativos, passivos e resultados referentes às mencionadas operações, mas os apresentam como investimentos societários em coligadas e outros investimentos, fato que aumentou o saldo da referida conta na importância de US\$878.

(Tradução livre do original em inglês)

## **PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. – PETROBRAS E CONTROLADAS**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS

(Continuação)

Em milhões de dólares norte-americanos

(exceto quando especificamente indicado)

---

### **(d) Nova Lei dos Hidrocarbonetos no Equador**

No Equador, foi promulgada a Lei que aditou a Lei dos Hidrocarbonetos (Ley de Hidrocarburos) em abril de 2006, a qual determina que o Governo deverá ter uma participação mínima de 50% das receitas extraordinárias geradas pelos aumentos do preço de venda do petróleo Equatoriano (o preço médio de venda efetivo mensal FOB), em comparação com o preço médio de venda mensal estabelecido no contrato, denominado na moeda do mês da liquidação. Foi publicada em julho de 2006, a regulamentação da referida Lei, a qual a Ecuadortlc S.A., subsidiária da PESA, e a Petroecuador interpretaram de modo diferente. A vigência desta lei está sendo contestada pela Ecuadortlc e a Petroecuador.

### **(e) SFAS No. 143 – Contabilização de obrigações por desativação de bens**

A Petrobras, desde 1º de janeiro de 2003, adota o SFAS no. 143 - “Contabilização das obrigações por desativação de bens” (“SFAS 143”). Nos termos do SFAS 143, os valores justos das obrigações por desativação de bens são registrados como passivo em base descontada à medida que as mesmas ocorrem, o que tipicamente acontece por ocasião da instalação dos referidos bens. Os valores lançados, relativos aos referidos bens, serão aumentados pelo valor destas obrigações e depreciados no decorrer da respectiva vida útil destes bens. Com o tempo, as importâncias reconhecidas como passivos serão aumentadas em virtude da alteração do seu valor presente até a venda ou desativação dos bens em questão.

A apuração das obrigações por desativação de bens tem como base as leis e regulamentos atualmente em vigor, a tecnologia existente e os custos de cada local específico. Não há ativos com restrições legais a serem utilizados na liquidação das obrigações por desativação de bens.

(Tradução livre do original em inglês)

## **PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. – PETROBRAS E CONTROLADAS**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS

(Continuação)

Em milhões de dólares norte-americanos

(exceto quando especificamente indicado)

---

**(e) SFAS No. 143 - Contabilização de obrigações por desativação de bens  
(Continuação)**

Segue abaixo um resumo das alterações anuais na provisão de abandono:

	<u>Passivo</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2004	<u>403</u>
Depreciação e perda de valor na recuperação de ativos	-
Aumento das despesas	51
Obrigações incorridas	356
Obrigações liquidadas	(4)
Revisão da provisão	(21)
Ajuste acumulado de conversão	<u>57</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2005	<u>842</u>
Depreciação e perda de valor na recuperação de ativos	-
Aumento das despesas	32
Obrigações incorridas	632
Obrigações liquidadas	(4)
Revisão da provisão	(112)
Ajuste acumulado de conversão	<u>83</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2006	<u>1.473</u>

(Tradução livre do original em inglês)

## **PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. – PETROBRAS E CONTROLADAS**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS

(Continuação)

Em milhões de dólares norte-americanos

(exceto quando especificamente indicado)

---

### **9. Imobilizado, Líquido (Continuação)**

#### **(f) Perda de valor na recuperação de ativos - “Impairment”**

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2006, 2005 e 2004, a Companhia registrou despesas com provisão para perda no valor de recuperação de ativos totalizando US\$21, US\$156 e US\$65, respectivamente. Durante 2006 a perda de valor na recuperação de ativos foi principalmente atribuída aos ativos em produção no Brasil, principalmente ao campo terrestre Córrego de Pedras, da Petrobras. Durante o exercício de 2005, tais despesas estiveram relacionadas principalmente a investimentos na Venezuela (US\$134), devido às mudanças legais e tributárias implementadas pelo Ministério de Energia e Petróleo (MEP) daquele país, conforme mencionado anteriormente. Durante o exercício de 2004, tais despesas estão relacionadas principalmente a propriedades produtivas no Brasil, principalmente ao campo terrestre Cioba (US\$30). A despesa com perda de valor na recuperação de ativos registrada em 2004 referiu-se, principalmente, à capitalização realizada durante o ano para campos produtivos com reservas apenas marginais.

#### **(g) Devolução à ANP de áreas na fase de exploração**

Durante o exercício de 2006, a Petrobras devolveu para a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP os direitos sobre:

- A concessão exploratória BCE-5 - devolução total da área retida para avaliação;
- A concessão exploratória BT-POT- 26, blocos POT-T-210, POT-T-211 e POT-T-257 - devolução total antecipada dos 3 blocos;
- A concessão exploratória BT-POT-35, bloco POT-T-563 - devolução total antecipada do bloco;
- A concessão exploratória REC-T-41, bloco BT-REC-11 - devolução total da área retida para avaliação; e

(Tradução livre do original em inglês)

## **PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. – PETROBRAS E CONTROLADAS**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS  
(Continuação)

Em milhões de dólares norte-americanos  
(exceto quando especificamente indicado)

---

### **(g) Devolução à ANP de áreas na fase de exploração (Continuação)**

- As concessões exploratórias BC-60, BES-100, BC-20, BC-30, BS-400, BS-500 e BC-50 - devoluções totais dos blocos, excluídas as áreas retidas por Declaração de Comercialidade ou anexação.

### **(h) Devolução à ANP de campos na Fase de Produção, operados pela Petrobras**

Durante o exercício de 2006, a Petrobras devolveu para a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP os direitos sobre os Campos de Beija-Flor, Dias D'Ávila, Fazenda Gameleira, Miranga Leste e Vale do Quiricó, todos localizados no Estado da Bahia.

### **(i) 8ª licitação de blocos exploratórios da ANP**

Em novembro de 2006, a Petrobras adquiriu vinte e um novos blocos exploratórios, das vinte e duas áreas que disputou na 8ª Rodada de Licitações promovida pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP.

A Petrobras adquiriu sete blocos com exclusividade e outros catorze em consórcio com outras empresas, sendo operadora em dois destes.

Os bônus oferecidos pela Petrobras e seus parceiros totalizaram US\$130, ficando a parcela da Companhia em US\$116. Esta Licitação foi totalmente suspensa, devido à liminar determinada pelos Tribunais Federais do Distrito Federal. As bonificações serão pagas quando essa questão for resolvida.

(Tradução livre do original em inglês)

## **PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. – PETROBRAS E CONTROLADAS**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS  
(Continuação)

Em milhões de dólares norte-americanos  
(exceto quando especificamente indicado)

---

### **10. Participações em Companhias não Consolidadas e Outros Investimentos**

Parte das atividades da Petrobras é conduzida através da participação societária em empresas contabilizadas com base nos métodos de custo e da equivalência patrimonial. Essas companhias não consolidadas dedicam-se principalmente aos ramos petroquímico e de transporte de produtos.

	Total da participação	Investimentos	
		2006	2005
Equivalência patrimonial	20 % - 50 % (1)	<b>1.883</b> (2)	974
Participações disponíveis para venda	8% - 17 %	<b>715</b>	647
Participações avaliadas ao custo		<b>664</b>	189
Total		<b>3.262</b>	1.810

(1) Como mencionado mais adiante nesta Nota, determinadas termelétricas com participação da Petrobras entre 10% e 50% também são avaliadas pelo método de equivalência patrimonial devido a particularidades de influência na participação.

(2) Inclui US\$878 relacionados aos investimentos na Venezuela excluídos da consolidação em 2006. (Ver Nota 9 (c)).

Em 31 de dezembro de 2006 e 2005, a Companhia mantinha participações em companhias de capital aberto: BRASKEM S.A., Petroquímica União S.A. - PQU e Companhia Petroquímica do Sul S.A. – COPESUL. As participações da Companhia nessas empresas com ações negociáveis em bolsa, equivalentes a até 20% do capital votante das mesmas, são classificadas como disponíveis para venda e registradas pelo valor de mercado. A Companhia registrou, sobre essas participações, ganhos (perdas) a realizar referentes à diferença entre o valor justo de mercado e o custo de aquisição desses investimentos no total de US\$548 e US\$494 em 31 de dezembro de 2006 e 2005, respectivamente. Esses ganhos não realizados estão refletidos como componente do patrimônio líquido, líquido de impostos, sendo que as alterações no saldo a realizar foram registradas como componente do lucro abrangente.

(Tradução livre do original em inglês)

## **PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. – PETROBRAS E CONTROLADAS**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS

(Continuação)

Em milhões de dólares norte-americanos

(exceto quando especificamente indicado)

---

### **10. Participações em Companhias não Consolidadas e Outros Investimentos** (Continuação)

A Companhia possui ainda investimentos em outras empresas com o objetivo de desenvolver, construir, operar, manter e explorar usinas termelétricas pertencentes ao Programa Prioritário de Termelétricidade instituído pelo Governo Federal, com participações entre 10% e 50%. O saldo destes investimentos relacionados às termelétricas, em 31 de dezembro de 2006 e 2005, é de US\$20 e US\$179, respectivamente, e foi registrado como investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial, devido à influência significativa que a Companhia exerce sobre suas operações.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2006, a Companhia registrou um ganho (perda), em função da participação em empresas não consolidadas no valor de US\$28 (2005 – US\$139; 2004 - US\$172).

#### **(a) Aquisição de participação na CEG-RIO**

A Petrobras, através da sua subsidiária PETROBRAS GÁS S.A. - GASPETRO, concluiu em 11 de julho de 2005 a aquisição de 12,41% das ações (ordinárias e preferenciais) da Distribuidora de Gás Natural Canalizado CEG-RIO, pelo montante de US\$17. Com essa aquisição, a participação acionária da GASPETRO no capital social dessa Companhia passa a ser de 37,41%. A Companhia registrou esse investimento com base no método da equivalência patrimonial retroativamente à data do investimento inicial. Como os valores em questão não são significativos, a Companhia não utilizou de forma retrospectiva o método de equivalência patrimonial nas Demonstrações contábeis de 2004. A aquisição de investimento adicional na CEG RIO foi registrada com base no método de custo.

(Tradução livre do original em inglês)

## **PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. – PETROBRAS E CONTROLADAS**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS

(Continuação)

Em milhões de dólares norte-americanos

(exceto quando especificamente indicado)

---

### **10. Participações em Companhias não Consolidadas e Outros Investimentos** (Continuação)

#### **(b) Permuta de ativos – Petrobras e REPSOL - YPF**

Em 28 de dezembro de 2000, a Petrobras e a Repsol YPF celebraram o Contrato de Permuta de Ativos, onde a Petrobras, em troca de ações da EG3 na Argentina, cedeu à Repsol YPF participação de 30% na Refinaria Alberto Pasqualini – REFAP, o direito de comercialização de combustíveis em cerca de 230 postos de gasolina da BR Distribuidora e a participação de 10% no campo de Albacora Leste.

O contrato estabeleceu, em sua cláusula 4ª, que as partes que receberam em permuta as ações da EG3 e da REFAP deveriam, ao longo dos oito anos após 1º de janeiro de 2001, rever, anualmente, os valores de referência do Grupo EG3 e da REFAP S.A. (denominados “escaladores”), para ajustá-los observando as condições estabelecidas pela referida cláusula e permitindo a determinação, ao final do período, do valor definitivo das ações da EG3 e da REFAP, tão bem como as posições definitivas dos ativos e seu pagamento à parte credora, com anuência de ambas as partes. Segundo o Acordo de Encerramento dos Escaladores firmado em 29 de dezembro de 2005 e válido a partir de 1º de janeiro de 2006, as empresas promoveram a liquidação antecipada e definitiva dos escaladores.

O valor final, incluída a atualização monetária, devida pela Repsol YPF à Petrobras relativa à participação na EG3, pelo prazo integral de oito anos, incluídas as projeções para 2006, 2007 e 2008, totalizou US\$335. Aplicou-se US\$95 deste valor a fim de reduzir o ativo imobilizado e foi lançado US\$158 a título de receitas extraordinárias, líquidas do imposto de renda de US\$82 em 31 de dezembro de 2005.

O valor final atualizado momentaneamente, devido pela Petrobras à Repsol YPF a título de participação de 30% na REFAP, pelo prazo total de 8 (oito) anos, incluindo as projeções para 2006, 2007 e 2008, totalizou US\$255. Este montante foi registrado como componente de outras despesas, líquidas.

(Tradução livre do original em inglês)

## **PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. – PETROBRAS E CONTROLADAS**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS  
(Continuação)

Em milhões de dólares norte-americanos  
(exceto quando especificamente indicado)

---

### **(b) Permuta de ativos – Petrobras e REPSOL – YPF (Continuação)**

Esses valores são definitivos e não estão sujeitos à revisão ou verificação por quaisquer das partes envolvidas, encerrando, assim, a aplicação e quantificação dos escaladores, conforme previsto no Acordo de Encerramento de Escaladores.

## **11. Conta Petróleo e Álcool - Créditos a Receber junto ao Governo Federal**

### **(a) Movimentação da Conta Petróleo e Álcool**

O quadro abaixo resume as movimentações na Conta Petróleo e Álcool nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2006 e 2005:

	Em 31 de dezembro	
	2006	2005
Saldo inicial	329	282
Receita Financeira (Nota 24)	7	9
Ganho na conversão	32	38
Saldo final	<u>368</u>	<u>329</u>

A Conta Petróleo e Álcool formou-se em períodos anteriores a 31 de dezembro de 2002 como consequência da regulamentação do mercado de combustíveis. O governo federal certificou o saldo da conta e alocou parte do valor de (US\$53) em uma conta vinculada.

(Tradução livre do original em inglês)

## **PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. – PETROBRAS E CONTROLADAS**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS

(Continuação)

Em milhões de dólares norte-americanos

(exceto quando especificamente indicado)

---

### **11. Conta Petróleo e Álcool - Créditos a Receber junto ao Governo Federal (Continuação)**

#### **(b) Liquidação das contas petróleo e álcool junto ao Governo Federal**

Conforme definido pela Lei Nº 10.742, de 6 de outubro de 2003, a liquidação da Conta Petróleo e Álcool junto ao governo federal deveria ter ocorrido até 30 de junho de 2004. A Petrobras vem mantendo contatos com o Ministério das Minas e Energia (MME) e com a Secretaria do Tesouro Nacional (STN) para resolver questões pendentes necessárias para a conclusão do processo de liquidação.

O saldo em aberto das Contas Petróleo e Álcool poderá ser pago da seguinte forma: (1) Títulos do Tesouro Nacional, emitidos no mesmo valor que o do saldo final da Conta Petróleo e Álcool; (2) liquidação do saldo das Contas Petróleo e Álcool, com quaisquer outros valores que possam ser devidos pela Petrobras ao Governo Federal, incluindo impostos; ou (3) uma combinação de ambas as modalidades.

### **12. Financiamentos**

#### **(a) Financiamentos de curto prazo**

Os financiamentos de curto prazo da Companhia foram obtidos principalmente de bancos comerciais e incluem financiamento de importações e exportações em dólares norte-americanos, que podem ser apresentados como segue:

	<b>Em 31 de dezembro</b>	
	<b>2006</b>	<b>2005</b>
Importações – petróleo e equipamentos	<b>148</b>	340
Capital de giro	<b>1.145</b>	610
	<b>1.293</b>	950

A média ponderada das taxas de juros anuais dos empréstimos de curto prazo em aberto, em 31 de dezembro de 2006 e 2005, era de 4,68% e 4,09%, respectivamente.

(Tradução livre do original em inglês)

## **PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. – PETROBRAS E CONTROLADAS**

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS

(Continuação)

Em milhões de dólares norte-americanos

(exceto quando especificamente indicado)

#### **(b) Financiamentos de longo prazo**

- Composição

	Em 31 de dezembro	
	2006	2005
Moeda estrangeira		
Notas	4.217	5.871
Instituições financeiras	3.550	3.215
Securitização de recebíveis	680	1.241
Créditos junto a fornecedores	1.215	1.349
Senior Notes negociáveis	330	330
Ativos relacionados ao programa de exportação a serem compensados com a venda de recebíveis futuros	(150)	(300)
Títulos recomprados (1)	(19)	(356)
	<u>9.823</u>	<u>11.350</u>
Moeda local		
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES (companhia estatal, ver Nota 24)	825	298
Debêntures:		
BNDES (companhia estatal, ver Nota 24)	656	291
Outros bancos	1.093	935
Outros	209	57
	<u>2.793</u>	<u>1.581</u>
Total	12.616	12.931
Parcela circulante dos financiamentos de longo prazo	(2.106)	(1.428)
	<u>10.510</u>	<u>11.503</u>

(1) Em 31 de dezembro de 2006 e 2005, a Companhia tinha saldo investido no exterior em um fundo exclusivo, o qual detinha títulos de algumas companhias do grupo Petrobras, e de algumas SPes consolidadas pela Companhia de acordo com a FIN 46 (R), no valor total de US\$245 (US\$2.078 em 2005). Esses títulos são considerados extintos e os respectivos valores, acrescidos de juros, foram excluídos da apresentação do saldo de títulos e valores mobiliários e financiamentos de longo prazo, de US\$28 (US\$356 em 2005) e de projetos estruturados de US\$226 (US\$1.722 em 2005), respectivamente. (Ver também a Nota 14). Os ganhos e perdas por ocasião da extinção são reconhecidos à medida de sua realização. As posteriores re-emissões de notas de valores superiores ou inferiores ao par são lançadas em ágio ou deságio, sendo amortizados durante a vigência das notas. A Petrobras incorreu em despesas no valor total de US\$160 em 2006 por ocasião da extinção da dívida, e de US\$17 em 2005. Em 31 de dezembro de 2006 e 2005, a Companhia possuía um saldo em aberto de ágios líquidos de re-emissão nos valores de US\$45 e US\$56, respectivamente.

(Tradução livre do original em inglês)

## **PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. – PETROBRAS E CONTROLADAS**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS  
(Continuação)

Em milhões de dólares norte-americanos  
(exceto quando especificamente indicado)

---

### **(b) Financiamentos de longo prazo (Continuação)**

- Composição dos financiamentos no exterior por moeda

	Em 31 de dezembro	
	2006	2005
Moeda:		
Dólares norte-americanos	<b>8.928</b>	10.679
Iene japonês	<b>626</b>	409
Euro	<b>269</b>	262
Outros	-	-
	<b>9.823</b>	11.350

- Vencimentos do principal dos financiamentos de longo prazo

Em 31 de dezembro de 2006, os vencimentos das parcelas de longo prazo podem ser apresentados como segue:

2008	<b>1.466</b>
2009	<b>799</b>
2010	<b>1.543</b>
2011	<b>810</b>
2012	<b>1.788</b>
2013 em diante	<b>4.104</b>
	<b>10.510</b>

(Tradução livre do original em inglês)

## **PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. – PETROBRAS E CONTROLADAS**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS  
(Continuação)

Em milhões de dólares norte-americanos  
(exceto quando especificamente indicado)

---

### **(b) Financiamentos de longo prazo (Continuação)**

- Composição dos financiamentos de longo prazo por taxa de juros anuais

Os financiamentos de longo prazo estão sujeitos às seguintes taxas de juros anuais:

	<b>Em 31 de dezembro</b>	
	<b>2006</b>	<b>2005</b>
No exterior		
6% ou menos	<b>2.373</b>	3.686
De 6% a 8%	<b>3.805</b>	2.603
De 8% a 10%	<b>3.321</b>	4.491
De 10% a 15%	<b>324</b>	570
	<b>9.823</b>	11.350
No país		
6% ou menos	<b>470</b>	85
De 6% a 8%	<b>167</b>	266
De 8% a 10%	<b>858</b>	264
De 10% a 15%	<b>1.298</b>	966
	<b>2.793</b>	1.581
	<b>12.616</b>	12.931

- Financiamento de exportações

A Petrobras e a PETROBRAS FINANCE LTD. - PFL mantêm contratos ("*Master Export Contract*" e "*Prepayment Agreement*") entre si e, também, com uma sociedade de propósito específico, não relacionada à Petrobras, denominada PF Export Receivables Master Trust ("*PF Export*"), referentes a pré-pagamento de recebíveis de exportação a serem gerados pela Petrobras FINANCE LTD., por intermédio de vendas, no mercado internacional, de óleo combustível e outros produtos adquiridos da Petrobras.

(Tradução livre do original em inglês)

## **PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. – PETROBRAS E CONTROLADAS**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS

(Continuação)

Em milhões de dólares norte-americanos

(exceto quando especificamente indicado)

---

### **(b) Financiamentos de longo prazo (Continuação)**

Conforme estipulado nos contratos, a PFL cedeu os direitos relativos a contas a receber futuras no valor de US\$1.800 (1<sup>a</sup> e 2<sup>a</sup> emissões) para a PF Export, que, em contrapartida, emitiu e entregou à PFL os seguintes títulos, também no valor de US\$1.800:

- US\$1.500 em Certificados Fiduciários Sênior, que foram negociados pela PFL no mercado internacional ao valor de face. O valor foi transferido à Petrobras como adiantamento para exportações a serem feitas para a PFL, de acordo com o contrato de adiantamento.
- US\$300 em Certificados Fiduciários Júnior, que foram mantidos no portfolio da PFL. Se a PF Export incorrer em quaisquer perdas no recebimento do valor das exportações transferidas pela PFL, essas perdas serão compensadas pelos Certificados Fiduciários Júnior.

A cessão de direitos a futuros recebíveis de exportação representa um passivo da PFL, que será quitado pela transferência das contas a receber para a PF Export como e quando forem geradas. Esse passivo estará sujeito a juros da mesma forma que os Certificados Fiduciários Sênior e Júnior, conforme descrito acima. Os Certificados Fiduciários Júnior constituem uma garantia de 20% para os Certificados Fiduciários Sênior.

Em setembro de 2005, a Petrobras liquidou antecipadamente US\$330 à PETROBRAS FINANCE LTD. - PFL a título de pré-pagamento das exportações. Esta antecipação permitiu à PETROBRAS FINANCE LTD. - PFL efetuar o pagamento, em 1º de setembro de 2005, de valor igual relativo aos Certificados Fiduciários Sênior das séries A2 e C com taxas flutuantes, emitidos pela PF Export, que venceriam em 2010 e 2013, respectivamente.

(Tradução livre do original em inglês)

## **PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. – PETROBRAS E CONTROLADAS**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS  
(Continuação)

Em milhões de dólares norte-americanos  
(exceto quando especificamente indicado)

---

### **(b) Financiamentos de longo prazo (Continuação)**

Em 1º de março de 2006, a Petrobras liquidou antecipadamente US\$334 a PETROBRAS FINANCE LTD. - PFL, relativos ao pré-pagamento de exportações. Esta antecipação permitiu à PETROBRAS FINANCE LTD. – PFL efetuar o pagamento, em 1º de março de 2006, de valor igual relativo aos Certificados Fiduciários Sênior das séries A1 e B com taxas fixas, emitidos pela PF Export, que venceriam em 2010 e 2011, respectivamente.

Em 26 de maio de 2006, a PFL concluiu com sucesso a solicitação de anuência dos portadores dos *Senior Trust Certificates* a 6,4% da Série 2003-A, com vencimento em 2015, de emissão do Export Receivables Master Trust. O objetivo dos aditamentos era remover da operação as exportações de óleo combustível de maneira que os títulos fossem garantidos apenas pelos recebíveis oriundos das vendas do óleo combustível exportado pela Petrobras, e reduzir as exportações médias diárias brutas mínimas de óleo combustível de um período de doze meses. A PFL obteve também a anuência dos portadores da Série 2003-B a 3,75%, com vencimento em 2013. Os aditamentos passaram a vigorar em 1º de junho de 2006.

Em decorrência destas alterações, a taxa da garantia das Séries 2003-B foi reduzida de 1,8% para 1,1%.

- Projetos GASENE , gasoduto Urucu-Coari-Manaus e duto para gás liquefeito de petróleo Urucu-Coari

Em 5 de dezembro de 2005, a Petrobras obteve do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), contrato de empréstimo ponte no valor de US\$342 para a sociedade de propósito específico Transportadora GASENE S.A., responsável pela implementação do Projeto do Gasoduto de Interligação Sudeste Nordeste – GASENE e US\$342 para a sociedade de propósito específico Transportadora Urucu Manaus S.A. dando continuidade à estruturação financeira dos projetos do Gasoduto Urucu-Coari-Manaus e do duto para Gás Liquefeito de Petróleo (GLP) Urucu-Coari.

(Tradução livre do original em inglês)

## **PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. – PETROBRAS E CONTROLADAS**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS

(Continuação)

Em milhões de dólares norte-americanos

(exceto quando especificamente indicado)

---

### **(b) Financiamentos de longo prazo (Continuação)**

- Financiamento das plataformas P-51 e P-52

Em 25 de novembro de 2004, a diretoria da Petrobras aprovou a assinatura de contrato no valor de até US\$379 entre o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e sua subsidiária integral PETROBRAS NETHERLANDS B.V. – PNBV, para o financiamento dos bens e serviços brasileiros a serem utilizados na construção da plataforma de produção P-52.

O crédito do BNDES será feito no âmbito do programa BNDES-Exim pós-embarque, modalidade “*buyer credit*”, que inclui o financiamento apenas de bens e serviços brasileiros no âmbito do investimento. O financiamento será amortizado em 10 anos após o término do período de construção da plataforma, previsto para maio de 2007. A taxa de juros será de LIBOR de 36 meses mais 2% durante o período de carência e de LIBOR de 60 meses mais 2% após esse prazo.

Em 17 de dezembro de 2004, a PETROBRAS NETHERLANDS B.V. - PNBV, subsidiária integral da Petrobras, adquiriu uma linha de crédito no valor de US\$280 para o financiamento da construção das plataformas P-51 e P-52. Este empréstimo é garantido por agências de crédito à exportação da Noruega, do Reino Unido e da Itália. O contrato prevê uma taxa de juros flutuante (Libor mais 0,6%) ou pré-fixada (4,86%).

Em 17 de novembro de 2004, a PETROBRAS NETHERLANDS B.V. - PNBV, subsidiária integral da Petrobras, assinou outro contrato de empréstimo comercial com o Banco BNP Paribas a fim de oferecer à PETROBRAS NETHERLANDS B.V. - PNBV uma linha de crédito de US\$100 para o financiamento da construção das plataformas P-51 e P-52. O contrato prevê uma taxa de juros flutuante com base na Libor mais 1,4%.

(Tradução livre do original em inglês)

## **PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. – PETROBRAS E CONTROLADAS**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS

(Continuação)

Em milhões de dólares norte-americanos

(exceto quando especificamente indicado)

---

### **(b) Financiamentos de longo prazo (Continuação)**

- Global Notes

Em 06 de outubro de 2006, a PIFCo emitiu Global Notes no montante de US\$500. Os títulos apresentam um rendimento líquido (yield to investor) de 6,185% ao ano, com prazo de vencimento de 10 anos. Este é o menor custo de captação para a PIFCo sobre este prazo e representou uma taxa de 1,55% acima e abaixo do Título do Tesouro americano de prazo comparável. Os Global Notes foram ofertados por 99,557% do valor de face com cupom de 6,125% a.a.. A PIFCo usará esses recursos, principalmente, para pagar fornecedores.

### **(c) Recompra de Oferta de Títulos (Tender)**

Em 24 de julho de 2006, a PIFCo, subsidiária integral da Companhia, concluiu a oferta de recompra (Tender), divulgada em 18 de julho de 2006. A quantidade de notas oferecidas para cinco séries de notas foi US\$888. Os títulos recomprados relativos a 2006 totalizavam US\$1.046. Considerando os títulos recomprados pela Companhia e suas subsidiárias em exercícios anteriores, também incluídas no Tender, a operação alcançou o valor de US\$1.215. A finalidade desta iniciativa era reduzir o total da dívida em aberto e simplificar o perfil da dívida, tirando proveito da vigorosa geração de caixa da Companhia. A operação foi liquidada em 27 de julho de 2006 e foram canceladas a partir desta data todas as notas objeto da recompra. Após a conclusão da oferta de Tender, as despesas incorridas pela PIFCo totalizaram US\$160.

(Tradução livre do original em inglês)

## **PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. – PETROBRAS E CONTROLADAS**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS

(Continuação)

Em milhões de dólares norte-americanos

(exceto quando especificamente indicado)

---

### **(d) Debêntures**

Em 2 de agosto de 2006, a Assembléia Geral Extraordinária da ALBERTO PASQUALINI – REFAP S.A., subsidiária da Companhia, aprovou o valor da emissão privada de debêntures simples, nominativas e escriturais no montante de US\$391, objetivando a ampliação e modernização do parque industrial da REFAP e aumento de sua capacidade de processamento de petróleo de 20.000 m<sup>3</sup>/dia para 30.000 m<sup>3</sup>/dia, além de aumentar a parcela de óleos nacionais a ser processada.

A emissão teve as seguintes características: prazo de emissão até 30 de dezembro de 2006 e amortização de 96 meses mais 6 meses de carência; 90% das debêntures serão subscritas pelo BNDES com juros de TJLP+3,8%a.a.; 10% das debêntures serão subscritas pelo BNDESPAR com juros da cesta de moedas do BNDES + 2,3%a.a.

Em 08 de setembro de 2006, foi assinado o Contrato de Financiamento, com a liberação da 1ª parcela dos recursos no montante de US\$278. Em 19 de dezembro de 2006, foi liberado o valor remanescente de US\$113.

### **(e) Obrigações em Yen japonês**

Em 27 de setembro de 2006, a PIFCo concluiu a emissão privada de títulos no mercado de capital japonês (“Shibosai”) no montante total de ¥ 35 bilhões (US\$298), com vencimento em setembro de 2016. A emissão privada feita no mercado japonês teve garantia parcial do Japan Bank for International Cooperation (JBIC) com uma taxa de 2,15% a.a. e pagamento de juros semestrais. Na mesma data, a PIFCo firmou um contrato de *swap* com o Citibank, trocando o valor total dessa dívida por um valor equivalente denominado em dólares norte-americanos. A PIFCo utilizou os recursos financeiros obtidos com esta emissão para financiar a PNBV, uma afiliada, para a construção de dutos que interligarão as plataformas de produção P-51, P-52 e P-53 à plataforma de rebombeio autônomo PRA-1. Ver nota 20 (e).

(Tradução livre do original em inglês)

## **PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. – PETROBRAS E CONTROLADAS**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS  
(Continuação)

Em milhões de dólares norte-americanos  
(exceto quando especificamente indicado)

---

### **(f) Garantias e cauções**

As instituições financeiras no exterior não requerem garantias da Companhia. Os financiamentos concedidos pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES estão garantidos pelos bens financiados.

Os contratos de financiamento da Companhia contêm garantias e cauções padronizadas, entre outras: provisão de informação; relatórios financeiros; gestão de negócios; continuidade de existência corporativa; continuidade de aprovação do governo; conformidade com legislação aplicável; preservação de livros e registros; manutenção dos seguros, pagamentos de taxas e causas; e notificação de certos eventos. Os contratos de financiamento da Companhia também contêm cláusulas incluindo, sem limitação, limitações na ocorrência de endividamento; limitações na ocorrência de empréstimos; limitações nas transações com afiliadas; limitações na disposição de ativos; limitação nas consolidações, incorporações empresariais, vendas e/ou escrituras; restrições negativas de garantias; mudança de limitações na propriedade; classificação; limitações de procedimentos; e recebíveis exigidos como cobertura. A administração da Petrobras confirma que a Companhia vem cumprindo as cláusulas de seus contratos de empréstimo.

Em 31 de dezembro de 2006 e 2005, a GASPETRO forneceu garantia para determinadas debêntures emitidas para financiar a compra de direitos de transporte no gasoduto Bolívia/Brasil, utilizando 3.000 ações da TBG, uma controlada da GASPETRO responsável pela operação do gasoduto.

(Tradução livre do original em inglês)

## **PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. – PETROBRAS E CONTROLADAS**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS  
(Continuação)

Em milhões de dólares norte-americanos  
(exceto quando especificamente indicado)

---

### **(f) Garantias e cauções (Continuação)**

O Governo Federal garante a dívida da TBG junto à Agência Multilateral de Crédito, que apresentava saldos remanescentes de US\$367 e de US\$402 em 31 de dezembro de 2006 e 2005, respectivamente. Durante o exercício de 2000, o Governo Federal, a Companhia, a TBG, a PETROQUISA e o Banco do Brasil S.A. firmaram acordo pelo qual as receitas da TBG servirão como contragarantia desse débito até que o mesmo tenha sido liquidado.

A Petrobras firmou acordos de compromisso de compra para garantir as obrigações de sua controlada integral, PIFCo, com relação às emissões de títulos em 2001, 2002 e 2003 e seus respectivos contratos. A Petrobras tem a obrigação de comprar dos detentores das notas qualquer montante não pago de principal, juros ou outros valores devidos de acordo com as notas e contratos apresentados, sujeitos a certas limitações, mesmo que qualquer desses valores seja devido no vencimento das notas ou não.

### **(g) Linhas de crédito**

Em 31 de dezembro de 2006 e 2005, a Companhia tinha utilizado todas as linhas de crédito disponíveis para suas importações. As linhas de crédito utilizadas em 31 de dezembro de 2006 e 2005 representavam US\$1.370 e US\$1.688, respectivamente. As linhas de crédito estão incluídas em financiamentos de curto e de longo prazo.

(Tradução livre do original em inglês)

## **PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. – PETROBRAS E CONTROLADAS**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS  
(Continuação)

Em milhões de dólares norte-americanos  
(exceto quando especificamente indicado)

---

### **13. Receitas (Despesas) Financeiras, Líquidas**

As despesas financeiras, receitas financeiras e as variações cambiais e monetárias líquidas sobre os ativos e passivos monetários, líquidas, apropriadas ao resultado dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2006, 2005 e 2004, estão demonstradas abaixo:

	<b>Exercício findo em 31 de dezembro</b>		
	<b>2006</b>	<b>2005</b>	<b>2004</b>
Despesas financeiras:			
Empréstimos e financiamentos	<b>(1.076)</b>	(1.135)	(1.055)
Juros capitalizados	<b>1.001</b>	612	267
Arrendamento mercantil	<b>(105)</b>	(98)	(94)
Projetos estruturados	<b>(370)</b>	(334)	(316)
Perdas em instrumentos derivativos	<b>(481)</b>	(103)	(233)
Perdas em recompra de títulos	<b>(160)</b>	(17)	(137)
Outras	<b>(149)</b>	(114)	(165)
	<b>(1.340)</b>	(1.189)	(1.733)
Receitas Financeiras			
Investimentos	<b>566</b>	337	199
Clientes	<b>231</b>	84	24
Títulos governamentais	<b>79</b>	90	42
Adiantamentos a fornecedores	<b>27</b>	33	32
Ganho em hedge a valor justo	<b>-</b>	93	553
Outras	<b>262</b>	73	106
	<b>1,165</b>	710	956
Variações monetárias e cambiais sobre ativos e passivos monetários, líquidas	<b>75</b>	248	450
	<b>(100)</b>	(231)	(327)

(Tradução livre do original em inglês)

## **PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. – PETROBRAS E CONTROLADAS**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS

(Continuação)

Em milhões de dólares norte-americanos

(exceto quando especificamente indicado)

---

### **14. Projetos Estruturados**

Desde 1997, a Companhia tem utilizado projetos estruturados com o objetivo de prover recursos para o desenvolvimento contínuo de seus projetos relacionados à exploração e produção.

As sociedades de propósito específico associadas aos projetos estruturados são consolidadas com base na Interpretação FIN Nº 46 (R), e as obrigações relativas aos projetos estruturados representam a dívida das SPEs consolidadas obtidas de financiadores.

Sob esses contratos, a Companhia é responsável por concluir o desenvolvimento dos campos de petróleo e gás, operá-los, arcar com todas as despesas operacionais referentes aos projetos e utilizar parte da receita líquida gerada pelos campos para financiar as dívidas das sociedades de propósito específico e ter retorno sobre o patrimônio. Ao término de cada financiamento de projeto, a Companhia poderá comprar os ativos arrendados ou transferidos das sociedades de propósito específico consolidadas constituídas.

(Tradução livre do original em inglês)

## **PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. – PETROBRAS E CONTROLADAS**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS  
(Continuação)

Em milhões de dólares norte-americanos  
(exceto quando especificamente indicado)

### **14. Projetos Estruturados (Continuação)**

As obrigações relativas aos projetos em andamento, em 31 de dezembro de 2006 e 2005, estão descritas resumidamente a seguir:

	Em 31 de dezembro	
	2006	2005
Barracuda/Caratinga	1.405	2.435
Charter Development – CDC (1)	876	346
Cabiúnas	683	799
PDET Offshore S.A.	662	188
Transportadora Gasene	617	236
Nova Transportadora do Sudeste – NTS (2)	543	461
Nova Transportadora do Nordeste – NTN (2)	449	385
Codajás (3)	411	215
Espadarte/Voador/Marimbá (EVM)	282	399
Companhia Locadora de Equipamentos Petrolíferos - CLEP	226	1.700
Cia. de Desenvolvimento e Modernização de Plantas Industriais - CDMPI	175	-
Nova Marlim	142	286
Cia Petrolífera Marlim	57	139
Albacora	46	55
Pargo, Carapeba, Garoupa and Cherne (PCGC)	26	35
Fundo de Investimento Imobiliário – FII (4)	-	85
Títulos recomprados (5)	(226)	(1.722)
	<b>6.374</b>	<b>6.042</b>
Parcela circulante dos projetos estruturados	<b>(2.182)</b>	<b>(2.413)</b>
	<b>4.192</b>	<b>3.629</b>

(1) Charter Development – CDC é responsável por Marlim Leste (Projeto P-53).

(2) A Nova Transportadora do Sudeste – NTS e a Nova Transportadora do Nordeste – NTN participam do consórcio responsável pelo Projeto Malhas.

(3) Codajás consolida a Transportadora Urucu - Manaus S.A., responsável pelo Projeto Amazônia.

(4) Fundo de Investimento Imobiliário – FII é responsável pelo Certificado de Recebíveis Imobiliários – Projeto CRI Macaé.

(5) Em 31 de dezembro de 2006 e 2005, a Companhia possuía saldo investido no exterior em um fundo de investimento exclusivo. Esses títulos são considerados como extintos e, assim, os respectivos valores, incluindo os juros aplicáveis, foram excluídos das rubricas títulos e valores mobiliários e projetos estruturados (ver também Nota 5).

(Tradução livre do original em inglês)

## **PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. – PETROBRAS E CONTROLADAS**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS  
(Continuação)

Em milhões de dólares norte-americanos  
(exceto quando especificamente indicado)

---

### **14. Projetos Estruturados (Continuação)**

A Companhia recebeu adiantamentos no valor de US\$376, os quais foram registrados como obrigações com projetos estruturados, e são relacionados a ativos atrelados a contratos com os investidores, incluídos no saldo do ativo imobilizado. Esses ativos e obrigações estão registrados pelo valor bruto, uma vez que a obrigação pode apenas ser liquidada mediante entrega completa do ativo já construído.

Em 31 de dezembro de 2006, as parcelas de longo prazo relativas aos projetos estruturados possuem os seguintes vencimentos:

2008	1.252
2009	993
2010	666
2011	401
2012	158
2013 em diante	722
	<u>4.192</u>

Em 31 de dezembro de 2006, os valores das obrigações de desembolsos assumidos relativos aos financiamentos consolidados de projetos estruturados encontram-se apresentados como segue:

Cia. de Desenvolvimento e Modernização de Plantas Industriais – CDMPI	733
Transportadora Gasene	601
PDET Offshore S.A.	378
Charter Development – CDC	224
	<u>1.936</u>

(Tradução livre do original em inglês)

## PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. – PETROBRAS E CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS  
(Continuação)

Em milhões de dólares norte-americanos  
(exceto quando especificamente indicado)

### 14. Projetos Estruturados (Continuação)

A tabela a seguir resume os projetos, seus objetivos, as garantias e investimentos estimados de cada projeto:

Projeto	Finalidade	Principais Garantias	Valor do Investimento
<b>Barracuda/ Caratinga</b>	Para permitir o desenvolvimento da produção nos campos de Barracuda e Caratinga na Bacia de Campos, a SPE Barracuda e Caratinga Leasing Company B.V. (BCLC) é responsável pela constituição de todos os ativos (poços, equipamentos submarinos e unidades de produção) requeridos pelo projeto, sendo também proprietária destes.	Garantia da Brasoil para cobertura de necessidades financeiras da BCLC.	US\$3.100
<b>CLEP</b>	A Companhia Locadora de Equipamentos Petrolíferos - CLEP disponibiliza ativos vinculados à produção de petróleo na Bacia de Campos através de contrato de aluguel com prazo de 10 anos, ao fim do qual a Petrobras terá o direito de adquirir as ações da SPC ou os ativos do projeto.	Pagamentos antecipados de aluguel, caso a receita não seja suficiente para atender às obrigações com financiadores.	US\$1.250
<b>Cabiúnas</b>	Projeto com o objetivo de aumentar a capacidade de escoamento da produção de gás da Bacia de Campos. A Cayman Cabiunas Investment Co. Ltd. (CCIC) disponibiliza os ativos para a Petrobras por meio de um contrato de leasing internacional.	Penhor de 10,4 bilhões de m <sup>3</sup> de gás.	US\$850
<b>Projeto Malhas- (NTN/NTS)</b>	Consórcio entre TRANSPETRO, Transportadora Nordeste Sudeste (TNS), Nova Transportadora do Sudeste (NTS) e Nova Transportadora do Nordeste (NTN). A NTS e NTN fornecem ativos relacionados ao transporte de gás natural. A TNS (companhia 100% GASPETRO) disponibiliza ativos já constituídos anteriormente. A TRANSPETRO contribui como operadora dos gasodutos.	Pagamentos antecipados por capacidade de transporte para cobrir eventuais deficiências de caixa do consórcio	US\$1.000
<b>EVM</b>	Projeto com o objetivo de se estabelecer equipamentos submarinos de produção de petróleo nos campos de Espadarte, Voador, Marimbá e outros sete campos menores na Bacia de Campos. A EVM Leasing Co. (EVMLC) disponibiliza os ativos para a Petrobras por meio de um contrato de leasing internacional.	Penhor de pré-determinados volumes de petróleo.	US\$1.070
<b>NovaMarlim</b>	Consórcio com a NovaMarlim Petróleo S.A. (NovaMarlim) que disponibiliza equipamentos submarinos de produção de petróleo e ressarcir à Petrobras os custos operacionais decorrentes da operação e manutenção dos ativos.	30% da produção do campo limitado a 720 dias.	US\$933
<b>PDET</b>	A PDET Offshore S.A. é a futura proprietária dos ativos do projeto cujo objetivo é melhorar a infra-estrutura de transferência do óleo produzido na Bacia de Campos para as refinarias da Região Sudeste e para exportação. Os ativos serão posteriormente alugados para a Petrobras por 12 anos.	Todos os ativos do projeto serão dados em garantia	US\$1.270

(Tradução livre do original em inglês)

## PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. – PETROBRAS E CONTROLADAS

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS

(Continuação)

Em milhões de dólares norte-americanos

(exceto quando especificamente indicado)

#### 14. Projetos Estruturados (Continuação)

Projeto	Finalidade	Principais Garantias	Valor do Investimento
Marlim	Consórcio com a Companhia Petrolífera Marlim (CPM), que disponibiliza para a Petrobras equipamentos submarinos de produção de petróleo do campo de Marlim.	70% da produção do campo limitado a 720 dias.	US\$1.500
Albacora	Consórcio entre a Petrobras e a Albacora Japão Petróleo Ltda. (AJPL), que disponibiliza ativos de produção de petróleo do campo de Albacora na Bacia de Campos para a Petrobras.	Titularidade dos ativos	US\$170
Albacora/ PETROS	Consórcio entre a Petrobras e a Fundação PETROS de Seguridade Social, que disponibiliza ativos de produção de petróleo do campo de Albacora na Bacia de Campos para a Petrobras.	Titularidade dos ativos	US\$240
PCGC	A Companhia de Recuperação Secundária (CRSec) disponibiliza ativos para serem utilizados pela Petrobras nos campos de Pargo, Carapeba, Garoupa, Cherne e outros através de um contrato de aluguel com pagamentos mensais.	Pagamento adicional de aluguel caso a receita não seja suficiente para atender às obrigações com financiadores.	US\$134
Projeto Marlim Leste (P-53) – (CDC)	Para desenvolver a produção no campo de Marlim Leste, a Petrobras irá se utilizar de uma Unidade flutuante de Produção, a P-53, que será afretada da Charter Development LLC, empresa constituída no estado de Delaware/USA. O contrato de afretamento, na modalidade casco nu ( <i>Bare Boat Charter</i> ), será firmado por um período de 15 anos, contados a partir da data de sua assinatura.	<u>Completion:</u> o início do cronograma de pagamentos do afretamento pela Petrobras se dará em uma data predeterminada. <u>Cost Overrun:</u> Eventuais aumentos do custo de construção da P-53 irão acarretar correspondente aumento nos valores de afretamento a serem pagos pela Petrobras.	US\$1.180
Amazônia (Codajás)	Construção de um gasoduto com 385 km de extensão, entre Coari e Manaus e de um GLPduto de 285 Km de extensão, entre Urucu e Coari, ambos sob a responsabilidade da Transportadora Urucu Manaus S.A. e construção de uma termelétrica, em Manaus, com capacidade de 488 MW através da Companhia de Geração Termelétrica Manauara S.A.	Em negociação	US\$1.300

(Tradução livre do original em inglês)

## PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. – PETROBRAS E CONTROLADAS

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS

(Continuação)

Em milhões de dólares norte-americanos

(exceto quando especificamente indicado)

#### 14. Projetos Estruturados (Continuação)

Projeto	Finalidade	Principais Garantias	Valor do Investimento
<b>GASENE</b>	A Transportadora Gasene S.A. é responsável pela construção e futura proprietária de gasodutos de transporte de gás natural, com extensão total de 1,4 mil Km e capacidade de transporte de 20 milhões de metros cúbicos por dia, ligando o Terminal de Cabiúnas no Rio de Janeiro até a cidade de Catu, no Estado da Bahia	A definir.	US\$2.000
<b>CDMPI (modernização da REVAP)</b>	Este projeto tem como objetivo o aumento da capacidade da Refinaria Henrique Lage (REVAP) em processar óleo pesado nacional, ajustar o diesel por ela produzido às novas especificações nacionais e reduzir a quantidade de emissão de poluentes. Para tal objetivo, foi criada a Sociedade de propósito específico (SPE) Cia. de Desenvolvimento e Modernização de Plantas Industriais - CDMPI que construirá e alugará para a Petrobras uma unidade de Coqueamento Retardado, uma unidade de Hidrotratamento de Nafta de Coque e unidades correlatas.	Pagamentos antecipados de aluguel para cobrir eventuais deficiências de caixa da CDMPI	US\$900
<b>Mexilhão</b>	Construção de uma plataforma (PMXL-1) de produção de gás natural nos Campos de Mexilhão e Cedro, na Bacia de Santos, Estado de São Paulo, através da Companhia Mexilhão do Brasil (CMB), responsável pela captação dos recursos necessários para constituição da referida plataforma. Após constituída, a PMXL-1 será alugada à Petrobras, detentora da concessão para exploração e produção nos referidos campos	A definir	US\$595
<b>P-55 e P-57</b>	Para desenvolver a produção no Módulo 3 no campo Roncador (P-55) e Fase 2 do campo Jubarte (P-57). A Deepwater charter LLC e a Deepblue Charter LLC são responsáveis por conjuntamente contratar quatro SPEs para construir o UEP: uma para o casco da P-55, outra para o casco da P-57, assim como duas outras para Módulos de Geração e Compressão para UEPs. No final, a PNBV fretará a P-55 da Deepwater e a P-57 da Deepblue e subfretará as mesmas para a Petrobras. Processo de seleção em andamento para os SPEs (IDB com interação).	Compromisso de fretamento futuro da Petrobras com a PNBV e a PNBV com a proprietária da UEP (Deepwater e Deepblue).	US\$1.960
<b>Termobahia</b>	Aquisição de 49% da participação detida pela ABB-EV-Equity Venture (ABB-EV) na TERMOBAHIA, compreendida por ações e créditos por meio da estruturação financeira acertada com o Banco de Desenvolvimento Interamericano. Uma SPE foi estruturada denominada BLADE Securities Ltd ("BLADE"), sediada na Irlanda, que será a sucessora dos direitos detidos pela ABB-EV até que a Petrobras apresente um parceiro estratégico.	Nenhum fornecido.	US\$39,6

(Tradução livre do original em inglês)

## **PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. – PETROBRAS E CONTROLADAS**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS

(Continuação)

Em milhões de dólares norte-americanos

(exceto quando especificamente indicado)

---

### **14. Projetos Estruturados (Continuação)**

#### **Blade Securities Limited**

A Sociedade de Propósito Específica (SPE) BLADE Securities Ltd (“BLADE”), foi criada pelo Deutsche Bank (DB), para auxiliar a Petrobras em suas transações relacionadas à aquisição de uma participação de 49% detida pela ABB-EV na usina elétrica TERMOBAHIA. (Ver Nota 18 (h)). A estruturação financeira envolve duas operações simultâneas: a aquisição de direitos da ABB-EV e a venda desses direitos a uma instituição privada, DB, até que um parceiro estratégico seja introduzido pela Petrobras dentro de um prazo máximo de um ano.

De acordo com os contratos, a PIFCo pagou à BLADE US\$1, e em contrapartida, a Blade transferiu à PIFCo o direito a quaisquer dividendos a serem recebidos da TERMOBAHIA e os direitos às ações da TERMOBAHIA para a PIFCo ou uma subsidiária da Petrobras. Adicionalmente, a PIFCo pagou à Blade US\$38, e em contrapartida, a BLADE transferiu à PIFCo quaisquer somas recebidas da TERMOBAHIA relacionadas ao empréstimo subordinado registrado como notas recebíveis que tem uma taxa de juros de 8% ao ano e data de expiração em 2023, e o direito aos empréstimos a receber para a PIFCo ou uma subsidiária da Petrobras. (Ver Nota 18(h)).

Como um resultado da série de transações, a Petrobras reconheceu um ganho de US\$4 na extinção da dívida em 31 de dezembro de 2005, relacionado ao fato de que não mais pagará 18,79% de juros a um credor terceiro. Devido à imaterialidade, a Companhia não aplicou a combinação de negócios para o aumento de participação (*step up acquisition*) na subsidiária TERMOBAHIA.

(Tradução livre do original em inglês)

## **PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. – PETROBRAS E CONTROLADAS**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS

(Continuação)

Em milhões de dólares norte-americanos

(exceto quando especificamente indicado)

---

### **15. Arrendamento Mercantil**

A Companhia mantém contratos de arrendamento mercantil para algumas plataformas marítimas e navios que são registrados como arrendamento mercantil. Em 31 de dezembro de 2006, o valor contábil líquido dos ativos arrendados era de US\$1.338 (US\$1.419 em 31 de dezembro de 2005).

Em 31 de dezembro de 2006, os pagamentos mínimos futuros desses contratos de arrendamento são os seguintes:

2007	300
2008	313
2009	284
2010	230
2011	112
2012	62
2013 em diante	36
Provisão de pagamentos futuros de arrendamento	<u>1.337</u>
Menos montante representando juros anuais de 6,2% a 12,0%	<u>(282)</u>
Valor presente dos pagamentos mínimos de arrendamento	1.055
Menos parcela circulante de obrigações de arrendamento mercantil	<u>(231)</u>
Parcela de longo prazo de obrigações de arrendamento mercantil	<u>824</u>

(Tradução livre do original em inglês)

## **PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. – PETROBRAS E CONTROLADAS**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS  
(Continuação)

Em milhões de dólares norte-americanos  
(exceto quando especificamente indicado)

---

### **16. Obrigações com Benefícios Pós-Aposentadoria e Outros Benefícios**

#### **(a) Saldos relativos a benefícios pós-aposentadoria**

Os saldos relativos a benefícios pós-aposentadoria estão representados a seguir:

	Em 31 de dezembro			
	2006		2005	
	Plano de pensão	Plano de saúde	Plano de pensão	Plano de saúde
Passivo circulante	198	-	206	-
Exigível a longo prazo	4.645	5.433	3.627	3.004
Obrigações com benefícios pós-aposentadoria projetados	4.843	5.433	3.833	3.004
Outros resultados abrangentes acumulados	3.110	1.495	2.941	-
Efeito tributário	(1.058)	(508)	(1.011)	-
Saldo líquido registrado no patrimônio líquido	2.052	987	1.930	-

#### **(b) Plano de pensão – Fundação Petrobras de Seguridade Social - PETROS**

A Fundação Petrobras de Seguridade Social (PETROS) foi constituída pela Petrobras como uma pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, com autonomia administrativa e financeira. Desta forma, a PETROS tem por objetivos primordiais:

- (i) instituir, administrar e executar planos de benefícios para as empresas ou entidades com as quais tiver firmado convênio de adesão;
- (ii) prestar serviços de administração e execução para planos de benefícios de natureza previdenciária; e
- (iii) promover o bem-estar social dos seus participantes, especialmente no que concerne a pagamentos de benefícios pós-aposentadoria.

(Tradução livre do original em inglês)

## **PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. – PETROBRAS E CONTROLADAS**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS

(Continuação)

Em milhões de dólares norte-americanos

(exceto quando especificamente indicado)

---

### **(b) Plano de pensão - Fundação Petrobras de Seguridade Social - PETROS (Continuação)**

O Plano PETROS é um plano de previdência de benefícios definido, instituído pela Petrobras em julho de 1970, para suplementar os benefícios de previdência do INSS, e é direcionado aos empregados da Petrobras e de suas controladas e coligadas brasileiras. Para garantir seus objetivos, a PETROS recebe contribuições mensais das empresas patrocinadoras do Plano PETROS no montante de 12,93% sobre a folha de salários dos empregados participantes do plano. Adicionalmente, a PETROS auferir rendimentos pela aplicação dessas contribuições em investimentos. A política da Companhia é contribuir anualmente com o montante definido pelos cálculos atuariais. No ano calendário de 2006, os benefícios pagos totalizaram US\$713 (US\$570 em 2005).

O passivo da Companhia relacionado aos benefícios futuros devidos aos participantes do plano é calculado anualmente por atuário independente, com base no método da Unidade de Crédito Projetada. Os ativos garantidores do plano de pensão são apresentados reduzindo o passivo atuarial líquido.

Os ganhos e perdas atuariais gerados pelas diferenças entre os valores da obrigação e ativos determinados com base em projeções e em números reais, estão respectivamente incluídos ou excluídos do cálculo do passivo atuarial líquido e registrados como “Ajustes de reservas de benefícios pós-aposentadoria, líquidos de impostos - plano de pensão”, no patrimônio líquido. Ganhos e perdas atuariais são amortizados durante o período de serviço remanescente médio dos funcionários ativos de aproximadamente 10 anos em 31 de dezembro de 2006, de acordo com o procedimento estabelecido pelo SFAS 87.

(Tradução livre do original em inglês)

## **PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. – PETROBRAS E CONTROLADAS**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS

(Continuação)

Em milhões de dólares norte-americanos

(exceto quando especificamente indicado)

---

### **(b) Plano de pensão - Fundação Petrobras de Seguridade Social - PETROS (Continuação)**

A relação entre as contribuições das patrocinadoras e participantes do Plano PETROS, considerando apenas aquelas atribuíveis à Companhia e suas controladas, nos exercícios de 2006 e 2005, foi de 1,00 para 1,00. A estimativa máxima de contribuição da Companhia no plano de pensão, a ser paga em 2007 é de aproximadamente US\$194, com previsão de total de pagamentos de benefícios para o ano de 2007 de US\$830.

De acordo com a Emenda Constitucional Nº 20, o cômputo de qualquer déficit no plano de benefício definido, conforme o método atuarial do corrente plano, (diferente do método estabelecido no SFAS 87), deve ser igualmente arcado pela patrocinadora e os participantes, mediante um ajuste às contribuições normais.

O Plano PETROS está fechado aos novos empregados do Sistema Petrobras, admitidos a partir de setembro de 2002, e a Companhia fez um seguro de vida em grupo para cobertura de todos os empregados admitidos posteriormente ao fechamento do Plano PETROS, este seguro vigorará enquanto não for implantado um novo plano de previdência privada.

(Tradução livre do original em inglês)

## **PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. – PETROBRAS E CONTROLADAS**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS  
(Continuação)

Em milhões de dólares norte-americanos  
(exceto quando especificamente indicado)

---

### **(b) Plano de pensão – Fundação Petrobras de Seguridade Social - PETROS (Continuação)**

#### **Ativos do plano**

Os ativos do plano são investidos principalmente em títulos do governo, em fundos de investimento, em títulos patrimoniais e em imóveis.

O quadro a seguir apresenta os tipos de ativos do plano:

	<b>Em 31 de dezembro</b>	
	<b>2006</b>	<b>2005</b>
Títulos do governo	<b>44%</b>	45%
Fundos de investimento	<b>27%</b>	26%
Títulos patrimoniais	<b>20%</b>	18%
Outros	<b>9%</b>	11%
	<b>100%</b>	100%

Os ativos do plano incluem os seguintes títulos de partes relacionadas:

	<b>Em 31 de dezembro</b>	
	<b>2006</b>	<b>2005</b>
Ações ordinárias da Petrobras	<b>304</b>	178
Ações preferenciais da Petrobras	<b>429</b>	343
Empresas estatais	<b>54</b>	14
Títulos do governo	<b>4.952</b>	3.899
Títulos de outras empresas ligadas	<b>171</b>	183
	<b>5.910</b>	4.617

(Tradução livre do original em inglês)

## **PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. – PETROBRAS E CONTROLADAS**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS

(Continuação)

Em milhões de dólares norte-americanos

(exceto quando especificamente indicado)

---

### **(b) Plano de pensão - Fundação Petrobras de Seguridade Social - PETROS** (Continuação)

#### **Ativos do plano** (Continuação)

PETROS concordou em proporcionar recursos para o financiamento do desenvolvimento contínuo do campo de petróleo e gás Albacora, localizado na Bacia de Campos, o qual é classificado como Títulos de outras empresas ligadas (ver Nota 14).

A taxa estimada de retorno de longo prazo dos ativos do plano PETROS adotada pela Companhia é de 6,19%, acima da inflação. A carteira de investimentos da PETROS em 31 de dezembro de 2006 era composta de 71% de títulos, sendo 44% de títulos do governo mantidos até o vencimento, os quais rendem juros de 6% ao ano mais a variação do IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Ampliado) e 27% de fundos de investimento sujeitos a juros similares ao do CDI (Certificado de Depósito Interbancário), que vêm rendendo mais de 6% ao ano. Assim, a Companhia considera a taxa de juros de longo prazo de 6,19% adequada para o cálculo do retorno estimado dos ativos, uma vez que se encontra em linha com a composição da carteira de ativos do plano PETROS.

A PETROS possui um volume significativo de investimentos em títulos do governo, principalmente obrigações, NTN-B que, através de acordo com a Secretaria de Previdência Complementar, serão mantidos até o vencimento sendo registrados pelo valor justo, que foi calculado pelo ajuste ao valor presente líquido. Portanto, o percentual de ativos alocados nesse investimento permanecerá inalterado no curto prazo.

(Tradução livre do original em inglês)

## **PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. – PETROBRAS E CONTROLADAS**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS

(Continuação)

Em milhões de dólares norte-americanos

(exceto quando especificamente indicado)

---

### **(b) Plano de pensão - Fundação Petrobras de Seguridade Social - PETROS (Continuação)**

#### **Novo plano de benefícios**

Em maio de 2001, o Conselho de Administração da Petrobras aprovou a criação de um plano misto de benefícios para empregados novos e atuais, baseado em contribuições definidas para benefícios programáveis e em benefícios definidos para benefícios de risco. Entretanto, a migração dos participantes e dos beneficiários do plano anterior (PETROS) para o novo plano foi suspensa, decorrente de decisão judicial federal, surgida de uma restrição por pedido do sindicato dos empregados. Uma decisão judicial tomada em 2004 garantiu restrição sobre o novo plano invalidando quaisquer mudanças do plano PETROS para fins de migração para o novo plano. A sentença está sob recurso.

A Petrobras constituiu, em 2003, um grupo de trabalho onde participam, também, representantes da Federação Única dos Petroleiros - FUP, sindicatos e a PETROS, entre outros, com o objetivo de fazer avaliações alternativas para um novo modelo de previdência complementar da Companhia, inclusive com análises de formas negociadas de equacionamento do déficit atuarial.

Em 19 de abril de 2006, a Petrobras, na busca de um entendimento a respeito de seu Plano de Previdência Complementar, apresentou aos participantes empregados e assistidos, proposta que visava propiciar uma situação de equilíbrio para o atual Plano PETROS e a implantação de um Novo Plano, denominado Plano PETROS 2.

A execução da proposta apresentada pela Diretoria Executiva da Companhia tinha diversas condicionantes, incluindo a renegociação do Regulamento do Plano PETROS, no que se refere às formas de reajustes dos benefícios e aposentadorias e pensões, considerando a adesão individual maciça de participantes empregados e dependentes.

(Tradução livre do original em inglês)

## **PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. – PETROBRAS E CONTROLADAS**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS

(Continuação)

Em milhões de dólares norte-americanos

(exceto quando especificamente indicado)

---

### **Novo plano de benefícios** (Continuação)

A meta de repactuação maciça do Plano PETROS, previamente estabelecida pela Companhia, não foi alcançada, tornando-se sem efeito a proposta apresentada pela Petrobras.

Em 08 de janeiro de 2007, o Conselho de Administração da Petrobras aprovou a reabertura do processo de repactuação do Plano PETROS, com o objetivo de atender às reivindicações das entidades sindicais, dado que a maioria dos participantes havia se posicionado favorável à repactuação.

A nova meta de número mínimo de adesão à repactuação foi estabelecida em 2/3 (dois terços) dos participantes e o prazo final para manifestarem sua opção foi 28 de fevereiro de 2007. A meta de repactuação foi atingida e a proposta apresentada pela Companhia tornou-se efetiva. A Petros está calculando o montante a ser coberto pelos patrocinadores, que irá reduzir o déficit do Plano Petros, conforme estabelece a legislação previdenciária do país.

Em 20 de outubro de 2006, o Conselho de Administração da Petrobras aprovou a implementação do Plano PETROS 2, para os empregados que atualmente estão sem plano.

O Novo Plano de previdência complementar foi concebido na modalidade de Contribuição Variável. Neste modelo, as contribuições são capitalizadas em contas individuais e os benefícios da previdência são estabelecidos de acordo com os saldos das contas. Esse plano também inclui benefícios de risco com cobertura para doença, invalidez e morte, e renda vitalícia.

(Tradução livre do original em inglês)

## **PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. – PETROBRAS E CONTROLADAS**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS  
(Continuação)

Em milhões de dólares norte-americanos  
(exceto quando especificamente indicado)

---

### **Novo plano de benefícios (Continuação)**

O Plano PETROS 2 também contempla regime de pagamento em renda vitalícia, um benefício mínimo que garante a cobertura do benefício para que o mesmo não tenha valor monetário inferior a 30% do salário de contribuição média.

Em 20 de dezembro de 2006, o Departamento de Coordenação e Controle das Empresas Estatais (DEST) decidiu aprovar a proposta do Plano Petros 2, que também foi aprovado em 5 de janeiro de 2007, pelo Ministério de Minas e Energia.

Em 19 de janeiro de 2007, o Conselho Deliberativo da Petros aprovou o Plano Petros 2, que será remetido para avaliação e manifestação da Secretaria de Previdência Complementar - SPC, para a devida aprovação final, quando então poderá ser ofertado aos empregados que hoje estão sem cobertura de plano de previdência complementar patrocinado pela Companhia.

A Petrobras e as demais patrocinadoras assumirão integralmente as contribuições correspondentes ao período em que os novos participantes estiveram sem plano. Este serviço passado deverá considerar o período desde a data de admissão até a abertura para inscrição no Plano Petros 2. Os desembolsos serão realizados ao longo dos primeiros meses de contribuição até o total de meses que o participante ficou sem plano, e deverá cobrir a parte relativa aos participantes e à patrocinadora. O valor máximo estimado deste compromisso atuarial, em 31 de dezembro de 2006, se o plano for aprovado pela SPC e aceito por todos os novos funcionários, é de US\$109.

Esse Novo Plano também viabiliza a manutenção da cobertura previdenciária oferecida pela Companhia, mitiga o risco apresentado no modelo adotado de benefício definido e reduz consideravelmente a possibilidade de déficits futuros.

(Tradução livre do original em inglês)

## **PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. – PETROBRAS E CONTROLADAS**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS  
(Continuação)

Em milhões de dólares norte-americanos  
(exceto quando especificamente indicado)

---

### **Novo plano de benefícios (Continuação)**

O reflexo de associação ao novo plano e seus respectivos custos de benefícios serão avaliados conforme os padrões determinados no SFAS 87, 132 e 158 e serão computados e reconhecidos nas contas apenas na implementação do plano.

### **TRANSPETRO**

A TRANSPETRO mantém com a PETROS um plano de previdência privada de contribuição definida, denominado Plano TRANSPETRO, que recebe, mensalmente, contribuições equivalentes a 5,32% da folha de pagamento dos participantes, que é igual ao valor das contribuições dos participantes.

### **(c) PETROBRAS ENERGIA – PEPSA (incluindo PESA)**

#### **Plano de contribuição definida**

##### **Plano de Pensão Complementar para Funcionários**

Em novembro de 2005, o Conselho de Administração da Petrobras Energia aprovou a implementação de um plano definido de contribuições voluntárias no qual todos os funcionários da Companhia têm a opção de participar. Por meio desse plano, a Petrobras Energia fará contribuições para um fideicomisso equivalente às contribuições feitas pelos funcionários que irão se inscrever no plano para um fundo mútuo ou AFJP, à sua escolha, em conformidade com um esquema definido para cada nível de salário. Os funcionários participantes podem fazer contribuições voluntárias que excedam aquelas estabelecidas no esquema mencionado, que não serão consideradas para fins das contribuições a serem feitas pela Petrobras Energia.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2006 e 2005 a Petrobras Energia lançou despesas de US\$3 e de US\$7, respectivamente, atribuíveis a tais benefícios.

(Tradução livre do original em inglês)

## **PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. – PETROBRAS E CONTROLADAS**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS

(Continuação)

Em milhões de dólares norte-americanos

(exceto quando especificamente indicado)

---

### **(c) PETROBRAS ENERGIA - PEPSA (incluindo PESA) (Continuação)**

#### **Plano de benefício definido**

##### Plano “Indemnity”

Trata-se de um plano de benefício definido para todos os funcionários que cumpram determinadas condições, e se destina a conceder, na aposentadoria, um salário por cada ano de serviço na Companhia, de acordo com uma escala regressiva que considera os anos de vigência do plano.

##### Fundo Compensador

Trata-se de um plano de benefício definido para todos os funcionários da Petrobras Energia que foram admitidos na Companhia antes de 31 de maio de 1995, e acumularam determinado número de anos de serviço. O benefício tem como base o último salário recebido e os anos de serviço de cada funcionário inscrito no fundo.

O plano é de natureza complementar, ou seja, o benefício ao funcionário está representado pelo valor determinado pelas condições do fundo, após a dedução dos benefícios a pagar ao funcionário nos termos do plano de contribuição e do sistema público de aposentadoria, de modo que o benefício total de cada funcionário seja igual ao estipulado neste plano.

(Tradução livre do original em inglês)

## **PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. – PETROBRAS E CONTROLADAS**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS  
(Continuação)

Em milhões de dólares norte-americanos  
(exceto quando especificamente indicado)

---

### **(c) PETROBRAS ENERGIA - PEPSA (incluindo PESA) (Continuação)**

Fundo Compensador (Continuação)

O plano exige uma contribuição a um fundo exclusivo da Petrobras Energia e sem contribuição por parte dos funcionários, desde que estes contribuam para o sistema de aposentadoria pelo salário integral. Conforme o disposto nos estatutos sociais da Petrobras Energia, a Empresa contribui ao fundo com base na proposta à Assembléia Geral Ordinária feita pelo Conselho de Administração de até 1,5% do lucro líquido anual. Os ativos do fundo foram integrados a um fundo fiduciário. As metas com relação ao investimento dos ativos são: (i) a preservação do capital em dólares norte-americanos, (ii) a manutenção de níveis elevados de liquidez e (iii) o atingimento dos maiores resultados possíveis com base em 30 dias. Por este motivo, os ativos serão investidos principalmente em obrigações, debêntures, fundos mútuos e certificados de depósito. O Bank of New York é o agente fiduciário e Watson Wyatt é o agente administrador. Caso haja excesso (devidamente confirmado por um atuário independente) de recursos nos termos do contrato fiduciário, para cumprir os benefícios concedidos pelo plano, à Petrobras Energia será facultado optar por sua utilização, e nesta hipótese a mesma terá que avisar o agente fiduciário do ocorrido.

### **(d) SFAS 158 - “Contabilização pelos Empregadores dos Planos de Aposentadoria e outros Planos Pós Aposentadoria com Benefício Definido”**

Em setembro de 2006 o FASB divulgou o SFAS 158 - “Contabilização pelos Empregadores dos Planos de Aposentadoria e outros Planos Pós Aposentadoria com Benefício Definido” – aditamento aos Pronunciamentos FASB Nos. 87, 88, 106 e 132(R) (“SFAS 158”), o qual entrou em vigor na Companhia em 31 de dezembro de 2006. O referido pronunciamento dispõe sobre o reconhecimento pela Companhia da situação superavitária ou deficitária de cada um de seus planos de aposentadoria com benefício definido, na qualidade de ativo ou de passivo, e de registrar as alterações na posição financeira através das “Outras receitas acumuladas abrangentes”, como elemento distinto do patrimônio líquido.

(Tradução livre do original em inglês)

## **PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. – PETROBRAS E CONTROLADAS**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS  
(Continuação)

Em milhões de dólares norte-americanos  
(exceto quando especificamente indicado)

---

**(d) SFAS 158 - “Contabilização pelos Empregadores dos Planos de Aposentadoria e outros Planos Pós Aposentadoria com Benefício Definido”  
(Continuação)**

Os efeitos decorrentes da adoção do SFAS 158 no balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2006 são os seguintes:

	<b>Pré-SFAS 158 com Ajustes Mínimos do Passivo</b>	<b>Ajustes da Adoção do SFAS 158</b>	<b>Pós – SFAS 158</b>
Impostos diferidos	3.459	(543)	2.916
Benefícios pós-aposentadoria aos funcionários – Plano de pensão	4.712	131	4.843
Benefícios pós-aposentadoria aos funcionários – Plano de saúde	3.938	1.495	5.433
Outros resultados abrangentes acumulados – ajustes de plano de pensão	(1.956)	(96)	(2.052)
Outros resultados abrangentes acumulados – ajustes de plano de saúde	-	(987)	(987)
Total do passivo e patrimônio líquido	98.680	-	98.680
Patrimônio líquido total	45.382	(1.083)	44.299

**(e) Plano de saúde - Assistência Multidisciplinar de Saúde (AMS)**

A Petrobras e suas controladas brasileiras mantêm um plano de assistência médica (AMS), com benefícios definidos, que cobre todos os empregados das empresas no Brasil (ativos e aposentados) e respectivos dependentes. O plano é administrado pela própria Companhia e os empregados contribuem com uma parcela fixa para cobertura de grande risco e com uma parcela dos gastos incorridos referentes às demais coberturas, de acordo com tabelas de participação baseada em determinados parâmetros, incluindo níveis salariais.

(Tradução livre do original em inglês)

## **PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. – PETROBRAS E CONTROLADAS**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS  
(Continuação)

Em milhões de dólares norte-americanos  
(exceto quando especificamente indicado)

---

### **(e) Plano de saúde - Assistência Multidisciplinar de Saúde (AMS) (Continuação)**

O compromisso da Companhia relacionado aos benefícios futuros devidos aos participantes do plano é calculado anualmente por atuário independente, com base no método da Unidade de Crédito Projetada. O plano de assistência médica não está coberto por ativos garantidores. O pagamento dos benefícios é efetuado pela Companhia com base nos custos anuais incorridos pelos participantes.

Até 2006, os ganhos e perdas atuariais gerados pelas diferenças entre os valores das obrigações apuradas com base em premissas atuariais estimadas e as efetivamente incorridas são, respectivamente, incluídos ou excluídos na determinação do compromisso atuarial líquido.

Em 31 de dezembro de 2006, conforme o SFAS 158, (ver a Nota 16 (d)), os ganhos e perdas atuariais oriundos das diferenças entre os valores da obrigação determinada com base em projeções, e os valores efetivos, acham-se incluídos ou excluídos, respectivamente, do cálculo da obrigação atuarial e registrados como “Ajustes de reservas de benefícios pós-aposentadoria líquido de impostos - plano de saúde” em Outros Resultados Abrangentes Acumulados, no patrimônio líquido.

Os ganhos e perdas registrados como Outros Resultados Abrangentes Acumulados são amortizados ao longo do período de serviço remanescente médio dos funcionários ativos.

Com a adoção do SFAS 158 a partir 31 de dezembro de 2006, as obrigações relativas à assistência médica aumentaram em US\$1.495 e o patrimônio líquido reduziu-se em US\$987, líquido do imposto de renda.

(Tradução livre do original em inglês)

## **PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. – PETROBRAS E CONTROLADAS**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS  
(Continuação)

Em milhões de dólares norte-americanos  
(exceto quando especificamente indicado)

---

### **(e) Plano de saúde - Assistência Multidisciplinar de Saúde (AMS) (Continuação)**

Em 15 de dezembro de 2006, a Petrobras implementou o Benefício Farmácia, que prevê condições especiais na aquisição de certos medicamentos pelos beneficiários da AMS, em farmácias cadastradas, localizadas em todo Brasil.

Com a implementação deste Benefício, o custo não reconhecido do serviço passado estimado por atuários independentes, em 31 de dezembro de 2006, foi de US\$86, sendo amortizados ao longo do período médio de serviço remanescente dos empregados ativos. O custo do serviço anterior não reconhecido foi incluído em Outros Resultados Abrangentes Acumulados e apresentado nas variações das Obrigações de Benefício, como “Aditamento do Plano – Benefício farmácia”.

Para fins de cálculo, assumiu-se a taxa de aumento no custo per capita dos benefícios do plano de saúde de 10% ao ano, com a adoção do SFAS 106. A redução esperada para a taxa anual era de 4,5% de 2007 a 2036.

(Tradução livre do original em inglês)

## **PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. – PETROBRAS E CONTROLADAS**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS  
(Continuação)

Em milhões de dólares norte-americanos  
(exceto quando especificamente indicado)

---

### **(e) Plano de saúde - Assistência Multidisciplinar de Saúde (AMS) (Continuação)**

As taxas que refletem a tendência dos custos de benefícios de plano de saúde assumidas afetam significativamente os valores apresentados referentes ao plano de saúde pós-aposentadoria. Uma variação de um ponto percentual nos custos assumidos do plano de saúde teria os seguintes efeitos:

	<u>Aumento de um ponto percentual</u>	<u>Redução de um ponto percentual</u>
Efeito sobre os componentes do custo total dos serviços e juros	113	(91)
Efeito sobre a obrigação com benefícios pós-aposentadoria	832	(679)

### **LIQUIGÁS DISTRIBUIDORA S.A.**

A Liquigás mantém um plano de assistência médica que oferece benefícios definidos e cobre os funcionários do GLP. Em 31 de dezembro de 2006, a Liquigás contabilizou obrigações relativas a custos de benefícios com a assistência médica futura pós-aposentadoria, no valor de US\$18 (US\$16 em 2005). A Liquigás administra o plano e o passivo relativo a futuros benefícios aos participantes do plano é calculado com base anual por atuários independentes, com base no método da Unidade de Crédito Projetada de acordo com o SFAS 106 e o SFAS 132 Divulgação pelos Empregadores dos Benefícios de Aposentadoria e de Outros Benefícios Pós-aposentadoria, aditamento aos Pronunciamentos FASB No. 87, 88 e 106 ("SFAS 132") e SFAS 158.

(Tradução livre do original em inglês)

## PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. – PETROBRAS E CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS  
(Continuação)

Em milhões de dólares norte-americanos  
(exceto quando especificamente indicado)

### (f) Posição custeada dos planos

A posição custeada dos planos em 31 de dezembro de 2006 e 2005, com base em relatório de atuário independente e nos valores reconhecidos pela Companhia em seus balanços patrimoniais para os exercícios findos naquelas datas, é apresentada como segue:

	Em 31 de dezembro			
	2006		2005	
	Plano de pensão (2)	Plano de saúde (3)	Plano de pensão (2)	Plano de saúde (3)
Variação das obrigações com benefícios:				
Obrigações com benefícios no início do exercício	14.422	4.974	11.509	4.025
Custo dos serviços	174	81	146	74
Juros	1.712	595	1.381	489
Perda (ganho) atuarial	244	(599)	363	(28)
Benefícios pagos	(713)	(175)	(570)	(141)
Aditamento ao plano - Benefícios Farmácia	-	86		
Outros	7	-	(2)	-
Ganho na conversão	1.392	471	1.595	555
Obrigações com benefícios no fim do exercício (1)	17.238	5.433	14.422	4.974
Variação dos ativos do plano:				
Valor justo dos ativos do plano no início do exercício	9.413	-	7.104	-
Retorno efetivo sobre os ativos do plano	2.447	-	1.609	-
Contribuições por parte da Companhia	187	175	155	141
Contribuições por parte dos funcionários	135	-	112	-
Benefícios pagos	(713)	(175)	(570)	(141)
Outros	(1)	-	(2)	-
Ganhos na conversão	927	-	1.005	-
Valor justo dos ativos do plano no fim do exercício	12.395	-	9.413	-
Reconciliação:				
Posição custeada	(4.843)	(5.433)	(5.009)	(4.974)
Perda atuarial não reconhecida			4.117	1.970
Valor reconhecido, líquido			(892)	(3.004)
Composição de valores reconhecidos no balanço patrimonial:				
Benefícios pós-aposentadoria aos funcionários	(4.843)	(5.433)	(3.833)	(3.004)
Outros resultados abrangentes acumulados	3.110	1.495	2.941	-
Valor reconhecido, líquido	(1.733)	(3.938)	(892)	(3.004)

(Tradução livre do original em inglês)

## PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. – PETROBRAS E CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS  
(Continuação)

Em milhões de dólares norte-americanos  
(exceto quando especificamente indicado)

### (f) Posição custeada dos planos (Continuação)

- (1) Obrigação projetada de benefício, apurada em 31 de dezembro de 2006 e 2005. O plano da Transpetro não possui participantes nesta data, sendo que o plano PEPSA é de contribuição definida para funcionários acima de um nível salarial específico. Logo, tais planos não têm efeito sobre a obrigação projetada de benefício. Logo, a obrigação projetada de benefício divulgada acima está agregada a todas as companhias do grupo Petrobras.
- (2) Inclui PETROS (Companhias do Grupo Petrobras) e obrigações com benefícios de pensão da PEPSA e da PELSA.
- (3) Inclui AMS (Companhias do Grupo Petrobras) e obrigações com benefícios de plano de saúde da Liquegás.

O custo de benefícios periódico líquido inclui os seguintes componentes:

	Em 31 de dezembro			
	2006		2005	
	Plano de Pensão	Plano de Saúde	Plano de Pensão	Plano de Saúde
Custo dos serviços-benefícios incorridos durante o exercício	174	81	146	74
Juros sobre obrigações estimadas com benefícios	1.712	595	1.381	489
Retorno estimado sobre os ativos do plano	(1.157)	-	(887)	-
Ganho na conversão	30	11	56	22
Perda atuarial reconhecida	322	140	376	141
	1.081	827	1.072	726
Contribuições por parte dos funcionários	(133)	-	(112)	-
Custo de benefícios periódico, líquido	948	827	960	726

As principais premissas adotadas no cálculo atuarial para 2006 e 2005 estão sumarizadas abaixo:

	2006		2005	
	Plano de Pensão	Plano de Saúde	Plano de Pensão	Plano de Saúde
Taxa de desconto	Inflação: 4,5% + 6%	Inflação: 4,5% + 6%	Inflação: 5% + 6%	Inflação: 5% + 6%
Taxas de crescimento nos níveis salariais	Inflação: 4,5% + 2,02%	Inflação: 4,5% + 2,02%	Inflação: 5% + 2,08%	Inflação: 5% + 2,08%
Taxa esperada de retorno de longo prazo sobre ativos	Inflação: 4,5% + 6,19%	Não aplicável	Inflação: 5% + 6,19%	Não aplicável
Tabela de mortalidade	AT 2000*	AT 2000*	AT 2000	AT 2000

(\*) Diferenciada por sexo (masculino e feminino).

(Tradução livre do original em inglês)

## **PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. – PETROBRAS E CONTROLADAS**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS

(Continuação)

Em milhões de dólares norte-americanos

(exceto quando especificamente indicado)

---

### **(f) Posição custeada dos planos (Continuação)**

A Petrobras acumulou as informações para todos os planos de benefício definidos. Os planos de benefícios nacionais da Petrobras, BR Distribuidora, Petroquisa e Refap contemplam premissas similares e a obrigação com o benefício referente a PEPSA, sendo internacional, não é significativo para o total das obrigações e portanto, também foi adicionado. Todos os planos de pensão do Grupo Petrobras acumularam obrigações de benefícios em excesso aos ativos do plano.

A determinação das despesas e passivos, relacionados ao plano de pensão da Companhia, envolve o uso de julgamento na determinação das premissas atuariais. Esses fatores incluem estimativas sobre mortalidade futura, resgates, alterações de taxas de ressarcimento e de taxas de desconto para refletir o valor do dinheiro no tempo, assim como a taxa de retorno sobre os ativos do plano. Estas premissas são revisadas pelo menos anualmente e podem divergir significativamente dos resultados efetivos, devido a mudanças de mercado e condições econômicas, atos de regulamentação, legislação, maiores ou menores taxa de resgate, ou maior ou menor duração de vida dos participantes.

Conforme estipulado no SFAS 87 e interpretações subseqüentes, a taxa de desconto deve ser calculada com base em valores atuais para a liquidação da obrigação com planos de pensão. A adoção dos conceitos do SFAS 87 em ambientes historicamente inflacionários como o Brasil pode gerar certos problemas, uma vez que a empresa pode perder sua capacidade de liquidar um compromisso previdenciário no futuro, considerando que podem não estar disponíveis instrumentos financeiros de longo prazo em níveis adequados como nos Estados Unidos.

(Tradução livre do original em inglês)

## **PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. – PETROBRAS E CONTROLADAS**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS

(Continuação)

Em milhões de dólares norte-americanos

(exceto quando especificamente indicado)

---

### **(f) Posição custeada dos planos (Continuação)**

Embora o mercado brasileiro venha apresentando sinais de estabilidade sob o modelo econômico atual, como refletido nas taxas de juros do mercado, a Companhia acredita não existirem ainda evidências significativas que indiquem a estabilidade das taxas de juros do mercado.

Em 2004, a Petrobras aprovou a mudança para uma nova tábua de mortalidade das premissas atuariais dos planos de pensão e de saúde no Brasil, essa nova tábua de mortalidade reflete uma atualização das premissas atuariais e visa acompanhar a evolução do perfil da massa de empregados, aposentados e pensionistas, avaliados através das tábuas de longevidade, entrada em invalidez e mortalidade de inválidos.

### **(g) Contribuições e pagamento de benefícios**

No exercício de 2006, as contribuições efetuadas pela Companhia a seus planos de pensão totalizaram US\$187. Em 2007, a Companhia espera que tais contribuições somem aproximadamente US\$194. Os valores efetivos dependem dos rendimentos auferidos pelos investimentos realizados, de alterações nas obrigações com benefícios pós-aposentadoria e de outros aspectos econômicos. Pode ser necessária a obtenção de recursos adicionais caso os rendimentos auferidos sejam insuficientes para compensar os aumentos nas obrigações previdenciárias.

(Tradução livre do original em inglês)

## **PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. – PETROBRAS E CONTROLADAS**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS  
(Continuação)

Em milhões de dólares norte-americanos  
(exceto quando especificamente indicado)

---

### **(g) Contribuições e pagamento de benefícios (Continuação)**

Os seguintes pagamentos de benefícios, que incluem a estimativa de serviços futuros, devem ser pagos pelo fundo de pensão nos próximos 10 anos:

	<u>Plano de pensão</u>	<u>Plano de saúde</u>
2007	830	196
2008	902	224
2009	985	256
2010	1.082	292
2011	1.192	332
Cinco anos subseqüentes	7.949	2.371

## **17. Patrimônio Líquido**

### **(a) Capital**

Em 31 de dezembro de 2006, o capital subscrito e integralizado da Companhia está representado por 2.536.673.672 ações ordinárias e 1.850.364.698 ações preferenciais (2.536.673.672 ações ordinárias e 1.849.478.028 ações preferenciais em 2005), sendo atualizada considerando o desmembramento de ações descrito abaixo. As ações preferenciais não asseguram direito de voto e não são conversíveis em ações ordinárias e vice-versa. As ações preferenciais terão prioridade no caso de recebimento dos dividendos e retorno do capital.

Em 13 de maio de 2005, a administração da Petrobras aprovou proposta de desmembramento de ações e a relativa emenda ao Artigo 4 do Estatuto Social da Companhia. Esses assuntos foram discutidos pelos acionistas na Assembléia Geral Extraordinária realizada em 15 de junho de 2005.

(Tradução livre do original em inglês)

## **PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. – PETROBRAS E CONTROLADAS**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS

(Continuação)

Em milhões de dólares norte-americanos

(exceto quando especificamente indicado)

---

### **(a) Capital (Continuação)**

Em 22 de julho de 2005, a Assembléia Geral Extraordinária deliberou sobre o desdobramento de cada ação em quatro, das ações representativas do capital social da Companhia, resultando na distribuição gratuita de 3 (três) ações novas da mesma espécie para cada uma, com base na posição acionária de 31 de agosto de 2005. Nessa mesma data, foi aprovada a alteração do Artigo 4 do Estatuto Social da Companhia, que entrou em vigor a partir de 1º de setembro de 2005, data em que capital passou a ser dividido em 4.386.151.700 ações, das quais 2.536.673.672 são ordinárias e 1.849.478.028 são preferenciais, sem valor nominal. Tal aditamento dos estatutos sociais da Companhia passou a vigorar em 1º de setembro de 2005.

Foi alterada a relação entre os Recibos de Depósito Americanos (ADS) e as ações de cada classe, de uma para quatro ações por ADS. Todas as informações sobre ações e por ação nas demonstrações contábeis e notas em anexo foram ajustadas para incluir o resultado da bonificação em ações.

A legislação brasileira em vigor dispõe que o Governo Federal deverá ser proprietário de 50% mais uma ação do capital votante da Companhia.

Os acionistas na Assembléia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 1º de junho de 2006, aprovaram a incorporação de ações na PETROQUISA pela Petrobras, consoante a re-ratificação do Protocolo de Fusão e Incorporação na transação de incorporação de ações realizada pelas duas companhias. O Conselho de Administração da Companhia aprovou a emissão de 886.670 ações preferenciais no que se refere à incorporação de ações na PETROQUISA pela Petrobras.

Para implementar a transação, a taxa de troca para as ações a ser usada foi baseada no valor do patrimônio líquido das companhias na data base de 31 de dezembro de 2005, quando 4.496 ações preferenciais emitidas pela Petrobras foram atribuídas a cada lote de 1.000 ações ordinárias ou preferenciais emitidas pela PETROQUISA.

(Tradução livre do original em inglês)

## **PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. – PETROBRAS E CONTROLADAS**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS

(Continuação)

Em milhões de dólares norte-americanos

(exceto quando especificamente indicado)

---

### **17. Patrimônio Líquido** (Continuação)

#### **(a) Capital** (Continuação)

Nenhum acionista da Petrobras manifestou sua intenção de exercer o direito de retirada até o fim do prazo em 7 de julho de 2006. Cinco acionistas da PETROQUISA com uma participação total de 1.015.910 ações exerceram o direito de retirada até o fim do prazo estabelecido (5 de julho de 2006) e foram reembolsados no valor de R\$153,47 (US\$71) por lote de 1.000 ações, usando fundos providos pela PETROQUISA, em 10 de julho de 2006. A Petrobras então adquiriu as ações pelo mesmo preço, dessa maneira transferindo a propriedade.

Em 15 de dezembro de 2006 o Conselho de Administração autorizou, nos termos do Artigo 29, inciso II do Estatuto Social da Companhia, a recompra de parte das ações preferenciais em circulação para futuro cancelamento, utilizando-se de recursos de reservas de lucros com as seguintes condições:

- Objetivo: reduzir o excedente de caixa e adequar a estrutura de capital, contribuindo para redução do custo de capital da Petrobras.
- Quantidade: até 91.500.000 de ações preferenciais, correspondendo a 4,9% do total desta classe de ação em circulação, que é de 1.850.364.700 ações.
- Preço: a aquisição será realizada em Bolsa de Valores, aos valores de mercado nas datas das aquisições, ao longo do prazo da recompra.
- Prazo: até 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias contados a partir de 15 de dezembro de 2006.

(Tradução livre do original em inglês)

## **PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. – PETROBRAS E CONTROLADAS**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS

(Continuação)

Em milhões de dólares norte-americanos

(exceto quando especificamente indicado)

---

### **17. Patrimônio Líquido** (Continuação)

#### **(a) Capital** (Continuação)

Atendendo a sua política de recompra de ações, o Conselho de Administração entendeu que a atual situação de caixa permite a implementação de um projeto com esta finalidade sem comprometer o programa de investimentos e de pagamento de dividendos, enquanto são preservadas as metas operacionais e financeiras estabelecidas no Planejamento Estratégico.

Os acionistas da Petrobras aprovaram na Assembléia Geral Extraordinária realizada em conjunto com a Assembléia Geral Ordinária, em 2 de abril de 2007, o aumento do capital social da Companhia para US\$24.623 (R\$52.644), mediante a capitalização de parte de reservas de lucros constituídas em exercícios anteriores, no montante de US\$1.577 (R\$3.372) e de reserva estatutária no montante de US\$471 (R\$1.008), sem a emissão de novas ações, de acordo com artigo 169, parágrafo 1º, da Lei nº 6.404/76. A intenção da capitalização era compatibilizar o capital da Companhia com os investimentos de uma empresa de petróleo, levando em consideração o uso intensivo de capital e o ciclo operacional de longo prazo.

Os acionistas da Petrobras aprovaram na Assembléia Geral Extraordinária realizada em conjunto com a Assembléia Geral Ordinária, em 3 de abril de 2006, o aumento do capital social da Companhia para US\$22.397 (R\$8.248), mediante a capitalização de parte de reservas de lucros constituídas em exercícios anteriores, no montante de US\$6.969 (R\$15.012), sem a emissão de novas ações, de acordo com artigo 169, parágrafo 1º, da Lei nº 6.404/76. Essa capitalização destina-se compatibilizar o capital da Companhia aos níveis de investimentos de uma indústria de petróleo, com uso intensivo de capital e ciclo operacional de longo prazo.

(Tradução livre do original em inglês)

## **PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. – PETROBRAS E CONTROLADAS**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS

(Continuação)

Em milhões de dólares norte-americanos

(exceto quando especificamente indicado)

---

### **17. Patrimônio Líquido** (Continuação)

#### **(a) Capital** (Continuação)

Os acionistas da Petrobras aprovaram na Assembléia Geral Extraordinária, realizada em conjunto com a Assembléia Geral Ordinária em 29 de março de 2004, o aumento do capital social da Companhia para US\$11.701, mediante a capitalização de reserva de lucros constituída em exercícios anteriores, no montante de US\$4.439, sem a emissão de novas ações, de acordo com o artigo 169, parágrafo 1º, da Lei Nº 6.404/76, com o objetivo de compatibilizar o capital da Companhia aos níveis de investimentos de uma indústria de petróleo, com uso intensivo de capital e ciclo operacional de longo prazo.

A Assembléia Geral Extraordinária, realizada em 29 de março de 2004, aprovou também o aumento do capital autorizado (1º parágrafo do artigo 4º do Estatuto da Companhia) de R\$30.000 milhões para R\$60.000 milhões, mediante a emissão de ações preferenciais até o limite quantitativo de 200.000.000 (duzentos milhões) de ações, para integralização em moeda, em bens e mediante capitalização de crédito.

#### **b) Dividendos e juros sobre capital próprio**

De acordo com o estatuto social da Companhia, os detentores de ações ordinárias ou preferenciais têm direito a um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício ajustado, de acordo com a legislação societária brasileira. Adicionalmente, as ações preferenciais têm prioridade no recebimento de dividendos anuais de no mínimo 3% do valor do lucro das ações ou 5% do capital integralizado relativo às ações preferenciais, reconhecido nos registros contábeis societários da Companhia. A partir de 1º de janeiro de 1996, os juros atribuíveis aos acionistas (veja a seguir) passaram a ser incluídos no cálculo dos dividendos obrigatórios. Os dividendos são pagos em reais. Ao longo do exercício de 2006, a Companhia pagou US\$760 de dividendos (2005 – US\$275, 2004 – US\$366). A distribuição de dividendos referentes a exercícios a partir de 1º de janeiro de 1996 não está sujeita a imposto retido na fonte.

(Tradução livre do original em inglês)

## **PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. – PETROBRAS E CONTROLADAS**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS

(Continuação)

Em milhões de dólares norte-americanos

(exceto quando especificamente indicado)

---

### **17. Patrimônio Líquido (Continuação)**

#### **(b) Dividendos e juros sobre capital próprio (Continuação)**

As empresas brasileiras podem atribuir juros sobre o capital próprio, que podem ser pagos em dinheiro ou utilizados para aumento de capital. O cálculo é feito com base no valor contábil do patrimônio líquido e a taxa de juros utilizada não pode ser superior à Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP divulgada pelo Banco Central do Brasil. O valor dos juros sobre o capital próprio não pode ultrapassar 50% do lucro líquido do exercício ou 50% do total de lucros acumulados somados à reserva de lucros, dos dois o que for maior. Os juros sobre o capital próprio estão sujeitos a imposto de renda retido na fonte à alíquota de 15%, como estabelecido pela Lei Nº 9.249/95, exceto quando o acionista for isento ou imune. A Companhia efetuou o pagamento de juros sobre o capital próprio durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2006 no valor de US\$2.453 (2005 - US\$1.835; 2004 - US\$1.443).

A proposta relativa aos dividendos de 2006, que foi aprovada pelos acionistas da Petrobras na Assembléia Geral Ordinária realizada em 2 de abril de 2007, no valor de US\$3.693, correspondente a US\$0,84 por ação ordinária e preferencial e US\$3,36 por ADS, acha-se em conformidade com os estatutos sociais no que tange aos direitos garantidos às ações preferenciais (artigo 5) e que distribui os dividendos, aos acionistas ordinários e preferenciais, apurados com base no lucro líquido ajustado. Tais dividendos abrangem os juros sobre capital próprio aprovados pelo Conselho de Administração em 20 de outubro de 2006, no valor de US\$2.052, disponibilizados aos acionistas em 4 de janeiro de 2007, com base na posição acionária de 31 de outubro de 2006.

A segunda parcela de juros sobre o capital próprio, aprovada pelo Conselho de Administração em 15 de dezembro de 2006, foi disponibilizada aos acionistas em 30 de março de 2007, com base na posição acionária de 28 de dezembro de 2006, no valor de US\$923. A parcela final de dividendos no montante de US\$718, aprovada pelo Conselho de Administração em 12 de fevereiro de 2007, estará disponível com base na posição acionária de 2 de abril de 2007, quando ocorreu a Assembléia Geral Ordinária que tratou do assunto.

(Tradução livre do original em inglês)

## **PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. – PETROBRAS E CONTROLADAS**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS

(Continuação)

Em milhões de dólares norte-americanos

(exceto quando especificamente indicado)

---

### **17. Patrimônio Líquido (Continuação)**

#### **(b) Dividendos e juros sobre capital próprio (Continuação)**

Os juros sobre o capital próprio estão sujeitos ao imposto retido na fonte à alíquota de 15%, com exceção dos acionistas não tributados ou isentos, nos termos da Lei No. 9.249/95. Os dividendos e a parcela final dos juros sobre o capital próprio serão pagos até 1º de junho de 2007 conforme definido pela Assembléia Geral Ordinária. Tais quantias sofrerão atualização monetária a partir de 31 de dezembro de 2006 de acordo com a variação da taxa SELIC.

Os juros sobre o capital próprio foram incluídos nos dividendos propostos para o exercício, conforme o disposto nos estatutos sociais da Companhia, e resultou em créditos de imposto de renda e contribuição social de US\$1.012 (US\$791 em 2005, e US\$650 em 2004).

Os dividendos relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2005, aprovados pela Assembléia Geral Extraordinária realizada em 3 de abril de 2006, no valor de US\$2.998 (incluindo as parcelas de juros sobre o capital próprio no valor de US\$933 pagos aos acionistas em 5 de janeiro de 2006, e no valor de US\$939 pagos aos acionistas em 22 de março de 2006) foram disponibilizados aos acionistas em 23 de março de 2006.

Os dividendos relativos ao exercício fiscal de 31 de dezembro de 2004, aprovados pela Assembléia Geral de Acionistas realizada em 31 de março de 2005, no valor de US\$1.900 (incluindo a parcela de juros sobre o capital próprio, no valor de US\$1.239, paga aos acionistas em 15 de fevereiro de 2005), tendo sido disponibilizados aos acionistas em 17 de maio de 2005.

A legislação brasileira permite o pagamento de dividendos apenas sobre os lucros acumulados. Em 31 de dezembro de 2006, a Companhia apropriou todo o lucro acumulado.

Adicionalmente, em 31 de dezembro de 2006, a parcela de lucros acumulados não distribuída, no montante de US\$20.074, pode ser distribuída na forma de dividendos, se aprovado pelos acionistas. Entretanto, a Companhia tem intenção de utilizar tal reserva para financiar seu programa anual de investimento.

(Tradução livre do original em inglês)

## PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. – PETROBRAS E CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS  
(Continuação)

Em milhões de dólares norte-americanos  
(exceto quando especificamente indicado)

---

### 17. Patrimônio Líquido (Continuação)

#### (c) Lucro líquido básico e diluído por ação

O lucro líquido básico e diluído por ação foi determinado como segue:

	Exercícios findos em 31 de dezembro		
	2006	2005	2004
Lucro antes dos itens extraordinários	12.826	10.186	6.190
Ganhos extraordinários, líquidos de impostos	-	158	-
Lucro líquido do exercício	12.826	10.344	6.190
Menos dividendos atribuíveis a ações preferenciais	(577)	(426)	(297)
Menos dividendos atribuíveis a ações ordinárias, até o limite dos dividendos atribuíveis a ações preferenciais, por ação	(791)	(584)	(407)
Saldo do lucro líquido a ser alocado igualmente às ações ordinárias e preferenciais	11.458	9.334	5.486
Média ponderada do número de ações em circulação:			
Ordinárias/ADS	2,536,673,672	2.536.673.672	2.536.673.672
Preferenciais/ADS	1,849,903,144	1.849.478.028	1.849.478.028
Lucro básico e diluído por ação:			
Ordinária e preferencial (*) (**)	2,92	2,32	1,41
Lucro básico e diluído por ADS (*) (**)	11,68	9,28	5,64

(\*) Informação por ação é apresentada depois do item extraordinário.

(\*\*) Considera o efeito do desdobramento das ações em 4, ocorrido em 1º de setembro de 2005.

#### (d) Reservas de capital

- AFRMM

Refere-se à incidência do Adicional de Frete da Marinha Mercante (AFRMM) de acordo com as normas aplicáveis. Esses recursos são utilizados para aquisição, reforma ou reparo de embarcações da frota da Companhia.

- Reserva de incentivos fiscais

Reserva constituída com aplicações em incentivos fiscais no Fundo de Investimento do Nordeste (FINOR), originadas de destinações de parte do imposto de renda da Companhia.

(Tradução livre do original em inglês)

## **PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. – PETROBRAS E CONTROLADAS**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS

(Continuação)

Em milhões de dólares norte-americanos

(exceto quando especificamente indicado)

---

### **17. Patrimônio Líquido** (Continuação)

#### **(e) Lucros acumulados apropriados**

A legislação brasileira e o Estatuto Social da Companhia requerem a destinação anual de lucros acumulados para a reserva de retenção de lucros. Os objetivos e as bases dessas apropriações são os seguintes:

- Reserva legal

A constituição dessa reserva é obrigatória para empresas brasileiras através da apropriação de 5% do lucro líquido contábil do exercício até que o seu saldo atinja o limite de 20% do valor do capital. Essa reserva pode ser utilizada para aumento de capital ou para absorver prejuízos, mas não pode ser utilizada no pagamento de dividendos em dinheiro.

- Reserva de retenção de lucros

Esta reserva foi constituída de acordo com o artigo 196 da Lei No. 6.404/76, para financiar o programa anual de investimentos da Companhia. A apropriação de lucros do exercício findo em 31 de dezembro de 2004 incluiu a retenção de lucros no valor de US\$4.396, dos quais US\$4.392 correspondia ao lucro líquido do exercício e US\$4 do saldo restante dos lucros retidos, aprovada pela Assembléia Geral Ordinária realizada em 31 de março de 2005. A proposta pretendia atender parcialmente o programa anual de investimentos estabelecido no orçamento de capital para 2005.

(Tradução livre do original em inglês)

## **PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. – PETROBRAS E CONTROLADAS**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS

(Continuação)

Em milhões de dólares norte-americanos

(exceto quando especificamente indicado)

---

### **17. Patrimônio Líquido (Continuação)**

#### **(e) Lucros acumulados apropriados (Continuação)**

- Reserva de retenção de lucros (Continuação)

A destinação do lucro líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2005 incluiu a retenção de lucros de US\$6.453, com a quantia de US\$6.449 oriunda do lucro líquido do exercício e mais US\$4 do saldo de lucros retidos. Tal proposta destinava-se a cobrir em parte o programa anual de investimentos definido no orçamento de capital para 2006, ad referendum da Assembléia Geral Extraordinária de 3 de abril de 2006.

A destinação do resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2006 inclui uma retenção de lucros, no montante de US\$8.004 sendo a parcela de US\$7.775 proveniente do lucro líquido do exercício e US\$229 do saldo remanescente de lucros acumulados, que se destina a atender parcialmente o programa anual de investimentos estabelecido no orçamento de capital do exercício de 2007, deliberado na Assembléia Geral de Acionistas realizada em 02 de abril de 2007.

- Reserva estatutária

Constituída sobre um montante equivalente a, no mínimo, 0,5% do capital social subscrito e integralizado no fim do exercício e destinando-se ao custeio dos programas de pesquisa e de desenvolvimento tecnológico. O saldo desta reserva não pode exceder 5% do capital social, de acordo com o Artigo 55 do Estatuto Social da Companhia.

(Tradução livre do original em inglês)

## **PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. – PETROBRAS E CONTROLADAS**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS

(Continuação)

Em milhões de dólares norte-americanos

(exceto quando especificamente indicado)

---

### **18. Aquisições no Brasil e no Exterior**

#### **(a) Aquisição da Pasadena Refinery**

Através de sua subsidiária integral Petrobras America Inc., em 1º de setembro de 2006 a Companhia concluiu a aquisição de 50% das ações da Pasadena Refinery System, Inc., empresa de refino de petróleo e de comércio exterior com base nos Estados Unidos e controlada pelo grupo belga Compagnie Nationale a Portefeuille SA - CNP. O preço de compra foi de cerca de US\$416 e teve como base o modelo de avaliação econômica das receitas futuras estimadas da refinaria. Devido à imaterialidade, a Companhia não apresenta informação pro forma.

A aquisição se deu basicamente por permitir à Petrobras expandir suas atividades internacionais de acordo com o Plano estratégico.

A capacidade atual da Pasadena Refinery é de cerca de 100.000 barris diários. A Companhia e a Astra já estão realizando estudos para expandir sua capacidade e instalar unidades para o processamento de óleos pesados, inclusive da produção do campo de Marlim da Petrobras, e comercializar produtos de alta qualidade.

Com a entrada da Petrobras no negócio, a refinaria será modificada para processar cerca de mais 70.000 barris diários de óleo pesados e outros lotes, inclusive a produção do campo de Marlim. O processo de modernização operacional da refinaria deverá estar concluído em quatro anos, sendo que todos os sub-produtos estarão de acordo com os mais elevados padrões de qualidade adotados nos Estados Unidos.

(Tradução livre do original em inglês)

## **PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. – PETROBRAS E CONTROLADAS**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS

(Continuação)

Em milhões de dólares norte-americanos

(exceto quando especificamente indicado)

---

### **18. Aquisições no Brasil e no Exterior (Continuação)**

#### **(b) Compra de participação acionária na Liquigás Distribuidora S.A.**

Em 9 de agosto de 2004, a Petrobras, através da sua controlada Petrobras Distribuidora S.A. - BR, adquiriu da ENI BV o controle de 100% do capital social da atual Liquigás Distribuidora S.A. (ex-Sophia do Brasil S.A. e Agip do Brasil S.A.), assumindo a gestão da empresa a partir desta data.

O valor de compra da Liquigás Distribuidora S.A. foi determinado com base em um modelo de avaliação econômica que levou em conta a expectativa de ganhos futuros da Liquigás Distribuidora S.A., considerando ainda fatores relevantes tais como os possíveis efeitos da situação econômica do Brasil. A aquisição da Liquigás Distribuidora S.A. totalizou US\$511. A Companhia pagou US\$225 em espécie e saldou uma dívida da Agip do Brasil para com a ENI BV no montante de US\$225. O valor restante de US\$61, referente a ajustes posteriores no preço de aquisição, foi pago em dezembro de 2004.

A aquisição da Liquigás Distribuidora S.A. foi registrada pelo método de compra e suas demonstrações contábeis foram incluídas nas demonstrações contábeis consolidadas da Petrobras a partir de agosto de 2004. O cálculo do preço de compra foi baseado no valor justo de mercado.

A Liquigás Distribuidora S.A. é uma companhia que atua na distribuição da GLP, combustíveis e lubrificantes. No segmento de GLP, a Liquigás possui 21,5% do mercado do país. A atividade de combustíveis representa cerca de 3,8% do mercado total do país, com uma rede de mais de 1.500 postos de serviço e 3% do mercado brasileiro de distribuição de lubrificantes.

(Tradução livre do original em inglês)

## **PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. – PETROBRAS E CONTROLADAS**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS

(Continuação)

Em milhões de dólares norte-americanos

(exceto quando especificamente indicado)

---

### **18. Aquisições no Brasil e no exterior (Continuação)**

#### **(b) Compra de participação acionária na Liquigás Distribuidora S.A. (ex- Sophia do Brasil S.A. e AGIP do Brasil S.A.) (Continuação)**

A aquisição da Liquigás Distribuidora S.A. contribui para o alcance dos objetivos estabelecidos no Plano Estratégico da Petrobras para sua controlada BR no que diz respeito ao aumento de sua participação de no mercado de distribuição de GLP e ainda à consolidação de sua presença no mercado de distribuição de combustíveis automotivos em determinadas regiões do país.

As seguintes informações financeiras não auditadas e apresentadas pro forma refletem a demonstração consolidada do resultado como se a aquisição da Liquigás Distribuidora S.A. houvesse ocorrido no início dos anos apresentados.

	<b>2004</b>	
	<b>Reportado</b>	<b>Pro forma (não auditado)</b>
Receita operacional líquida	38.428	39.529
Custo de venda	(21.279)	(22.222)
Resultado do período	6.190	6.182
Lucro básico diluído por ações comuns e preferenciais (*)	1,41	1,41
Lucro básico diluído por ADS (*)	5,64	5,64

(\*) Considera o efeito do desdobramento das ações em quatro, ocorrido em 1º de setembro de 2005.

#### **(c) Aquisição de ações da Triunfo pela Petroquisa**

A Petrobras Química S.A – PETROQUISA, controlada da Companhia, exerceu seu direito de preferência de aquisição das ações detidas pela PRIMERA Indústria e Comércio Ltda. no capital da Petroquímica Triunfo S.A. (Triunfo) em resposta à notificação de oferta de venda.

(Tradução livre do original em inglês)

## **PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. – PETROBRAS E CONTROLADAS**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS

(Continuação)

Em milhões de dólares norte-americanos

(exceto quando especificamente indicado)

---

### **18. Aquisições no Brasil e no Exterior (Continuação)**

#### **(c) Aquisição de ações da Triunfo pela Petroquisa (Continuação)**

Em 14 de maio de 2004, a PETROQUISA, detinha 45,22% do capital votante e 59,92% do capital social da Petroquímica Triunfo, após o exercício do direito de preferência, passou a deter 70,45% do capital votante e 85,04% do capital social dessa empresa, que passou a ser consolidada no Sistema Petrobras, a partir desta data. Os resultados da Triunfo foram incluídos nas demonstrações contábeis consolidadas da Petrobras a partir de maio de 2004. Devido à imaterialidade, a Companhia não apresentou informação um pro forma sobre essa consolidação de negócios.

Tal aquisição foi realizada principalmente com o objetivo de expandir as atividades petroquímicas da Petrobras consoante seu Plano Estratégico, aprovado em 14 de maio de 2004.

A Companhia pagou US\$32 (R\$101 milhões) em espécie por essa aquisição e o preço de compra foi determinado com base em um modelo de avaliação econômica que considerou a expectativa de ganhos futuros da Petroquímica Triunfo S.A.

A Petroquímica Triunfo produz polietileno de baixa densidade, com capacidade instalada de 160.000 toneladas anuais. Suas atividades são exclusivamente realizadas no Brasil.

#### **(d) Aquisição da Usina Termelétrica FAFEN Energia S.A.**

Em 27 de dezembro de 2004, a Petrobras, aprovou a aquisição dos 80% remanescentes de participação nessa termelétrica, trazendo sua participação acionária para 100%. A Petrobras pagará a EDP Brasil S.A. US\$36 nessa transação, sendo 50% 30 dias após a data de fechamento da operação, 25% um ano após a mesma data de referência, e os demais 25% dois anos após a mesma data referencial. Essa usina termelétrica tem capacidade nominal de 133 MW de geração de energia elétrica, e 42 t/h de geração de vapor e fica localizada no Estado da Bahia.

(Tradução livre do original em inglês)

## **PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. – PETROBRAS E CONTROLADAS**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS  
(Continuação)

Em milhões de dólares norte-americanos  
(exceto quando especificamente indicado)

---

### **18. Aquisições no Brasil e no Exterior (Continuação)**

#### **(d) Aquisição da Usina Termoelétrica FAFEN Energia S.A. (Continuação)**

A aquisição da FAFEN se deu pelo método de custo, sendo seus ativos e passivos incluídos nas demonstrações contábeis consolidadas da Petrobras em 31 de dezembro de 2004. O resultado das operações foi incluído nas demonstrações contábeis consolidadas de Petrobras a partir de janeiro de 2005.

O preço de compra da FAFEN foi alocado baseado no valor justo de mercado dos recursos adquiridos e das responsabilidades supostas na data da aquisição como determinado por avaliadores independentes. Devido à imaterialidade dos efeitos dessa aquisição, a Companhia não apresentou as respectivas informações pro forma.

#### **(e) Aquisição da Baixada Santista Energia Ltda. - BSE**

Em 9 de março de 2005, a Petrobras aprovou as condições pactuadas com a Marubeni Corporation para a aquisição de quotas detidas por esta empresa na Baixada Santista Energia Ltda. – BSE, uma sociedade de propósito específico incorporada no âmbito do Projeto UTE Cubatão. Essa operação envolve aproximadamente US\$90, e a retomada do projeto irá atender as necessidades atuais de renovação do sistema de geração de energia e vapor para a Refinaria de Cubatão (RPBC). Quando concluída, essa usina terá a capacidade de geração de 200 MW de energia e 400 t/h de vapor.

A Usina Termelétrica de Cubatão, deverá entrar em operação em outubro de 2007, e fornecerá 47 MW e 415 t/h de vapor para a Refinaria Presidente Bernardes de Cubatão (RPBC), pertencente à Petrobras. O excedente de energia elétrica será disponibilizado ao mercado. Devido à imaterialidade dos efeitos dessa aquisição, a Companhia não apresentou as respectivas informações pro forma.

(Tradução livre do original em inglês)

## **PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. – PETROBRAS E CONTROLADAS**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS

(Continuação)

Em milhões de dólares norte-americanos

(exceto quando especificamente indicado)

---

### **18. Aquisições no Brasil e no Exterior (Continuação)**

#### **(f) Aquisição de novos negócios na Colômbia, Paraguai e Uruguai**

Em dezembro de 2005, a Petrobras celebrou três Contratos de Aquisição de Ações relativos ao negócios com combustíveis (mercados de varejo e atacado) na Colômbia e de todas as operações da Shell no Paraguai e no Uruguai.

Em março de 2006 a Petrobras, por meio de sua controlada Petrobras International Braspetro B.V., adquiriu os negócios de comercialização e distribuição da Shell no Paraguai, relativos às operações de combustíveis (varejo e mercado comercial), compreendendo estações de serviços com lojas de conveniência, em todo o território paraguaio; ativos na comercialização de GLP; instalações para comercialização de produtos para a aviação nos aeroportos de Assunção e Cidade Del Este.

Em 28 de abril de 2006 a Petrobras concluiu a compra dos ativos da Shell na Colômbia, relativos à distribuição e comercialização de combustíveis, compreendendo 39 estações de serviços e lojas de conveniência, em Bogotá e arredores, base de armazenamento e planta de mistura de lubrificantes em Puente Aranda, e um terminal em Santa Marta.

Em junho de 2006 a Petrobras por meio de sua controlada Petrobras International Braspetro B.V. - PIB BV, adquiriu os ativos da Shell no Uruguai, compreendendo operações de distribuição e comercialização de combustíveis, em todo o território uruguaio.

A Empresa pagou US\$116 por estas aquisições, parte de um pacote com os ativos da Shell na Colômbia, no Paraguai e no Uruguai.

Em virtude da imaterialidade, a Companhia não apresentou os dados pro forma relativos a esta combinação de negócios.

(Tradução livre do original em inglês)

## **PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. – PETROBRAS E CONTROLADAS**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS

(Continuação)

Em milhões de dólares norte-americanos

(exceto quando especificamente indicado)

---

### **18. Aquisições no Brasil e no Exterior (Continuação)**

#### **(g) Aquisição de participação de 49% na TERMOBAHIA**

A sociedade de Propósito Específico (SPE) BLADE Securities Ltd. (“BLADE”) foi criada pelo Deutsche Bank (DB) com o objetivo de auxiliar a Petrobras nas transações relacionadas a aquisição de 49% da participação que a ABB-EV possui na TERMOBAHIA (ver a Nota 14).

Em 28 de dezembro de 2005, a Petrobras, exercendo seu direito de preferência, concluiu a aquisição de 49% da participação da ABB-EV na TERMOBAHIA, composta de ações e créditos, no valor de US\$45, utilizando estruturação financeira acordada com o BID.

Tal estruturação financeira contempla a realização de duas operações simultâneas: a compra dos direitos da ABB-EV, e, ao mesmo tempo, a venda desses direitos para uma instituição privada até que um sócio estratégico seja apresentado pela Petrobras, limitado ao prazo de um ano. O investimento anteriormente mantido pela Companhia na TERMOBAHIA estava sendo contabilizado de acordo com a Interpretação FIN 46 (R).

A Petrobras concluiu em 10 de agosto de 2006 a operação de aquisição da participação acionária e dos créditos relativos ao Empréstimo Subordinado da EIC Eletricidade S.A. na TERMOBAHIA, pelo valor de US\$2, aumentando sua participação para 31%.

Ao final desta operação, as participações acionárias na TERMOBAHIA ficaram com a seguinte posição: Petrobras 31%, PETROS 20% e BLADE 49%.

Em virtude da imaterialidade a Companhia não apresentou os dados pro forma relativos a esta combinação de negócios (ver nota 14 assunto relacionado à Blade).

(Tradução livre do original em inglês)

## **PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. – PETROBRAS E CONTROLADAS**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS

(Continuação)

Em milhões de dólares norte-americanos

(exceto quando especificamente indicado)

---

### **18. Aquisições no Brasil e no Exterior (Continuação)**

#### **(h) Acordo de venda e associação com Teikoku Oil Co. Ltd. em operações no Equador**

Em 11 de janeiro de 2007, foi aprovado pelo Ministério de Minas do Equador o acordo, firmado entre a PESA e a Teikoku, de venda de 40% dos direitos e obrigações dos contratos de participação nos Blocos 18 e 31 no Equador. A Companhia não espera impactos significativos nas Demonstrações Contábeis decorrentes desse acordo.

#### **(i) Eletrobolt**

O Conselho de Administração da Petrobras, em 13 de agosto de 2004, aprovou as condições financeiras para a aquisição de 100% da usina termoelétrica Eletrobolt da Sociedade Fluminense de Energia, ao preço de US\$65. A participação variável da Companhia na Eletrobolt estava contabilizada de acordo com a FIN 46 (R), e a aquisição das ações em 2004 foi lançada como combinação comercial, porém sem reflexo significativo na contabilidade consolidada da Petrobras. Em virtude da pouca relevância, os dados pro forma não foram apresentados.

#### **(j) Termorio**

Para facilitar o processo de reestruturação financeira da Termorio, em fevereiro de 2005 a Petrobras adquiriu da NRG os 50% restantes de participação no capital votante da Termorio, por US\$83 e elevando sua participação para 100% do capital votante. A participação variável da Companhia na Termorio estava contabilizada de acordo com a FIN 46 (R), e a aquisição das ações em 2005 foi lançada como combinação comercial, porém sem reflexo significativo na contabilidade consolidada da Petrobras. Em virtude da pouca relevância, os dados pro forma não foram apresentados.

(Tradução livre do original em inglês)

## **PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. – PETROBRAS E CONTROLADAS**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS

(Continuação)

Em milhões de dólares norte-americanos

(exceto quando especificamente indicado)

---

### **18. Aquisições no Brasil e no Exterior (Continuação)**

#### **(k) Termoceará**

Em 24 de junho de 2005, a Petrobras adquiriu a Termoceará Ltda., usina com capacidade de geração líquida de 220 MW/h. O preço da aquisição foi de US\$137, dos quais US\$81 relativos à aquisição do ativo permanente da usina termoelétrica e US\$56 destinados a quitar dívidas com os financiadores do projeto (BNDES e Eximbank). Os valores excedentes do valor de mercado dos ativos adquiridos se deve aos ativos intangíveis e ao fundo de comércio.

A participação variável da Companhia na Termoceará estava contabilizada de acordo com a FIN 46 (R), e a aquisição das ações em 2005 foi lançada como combinação comercial, porém sem reflexo significativo na contabilidade consolidada da Petrobras. Em virtude da pouca relevância, os dados pro forma não foram apresentados.

#### **(l) TermoMacaé Ltda. e TermoMacaé Comercializadora de Energia Ltda. (ex-Macaé Merchant)**

Em fevereiro de 2005, os procedimentos de arbitragem tiveram início com relação à disputa entre a Petrobras e a El Paso oriunda do desequilíbrio econômico e financeiro considerado existente relativo à construção e operação da Usina Termoelétrica Comercial de Macaé. A Petrobras alega que tal contrato é inválido e exige renegociação como um resultado das mudanças econômicas. Com relação às disputas, a Petrobras fez um depósito bancário em juízo relacionado para contingências não pagas, na medida em que espera a decisão final dos procedimentos de arbitragem.

(Tradução livre do original em inglês)

## **PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. – PETROBRAS E CONTROLADAS**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS

(Continuação)

Em milhões de dólares norte-americanos

(exceto quando especificamente indicado)

---

### **18. Aquisições no Brasil e no Exterior (Continuação)**

#### **(I) TermoMacaé Ltda. and TermoMacaé Comercializadora de Energia Ltda. (ex-Macaé Merchant) (Continuação)**

A Petrobras e a El Paso acordaram, em março de 2006, a solução das pendências envolvendo o Consórcio Macaé Merchant. Com esse acordo, o contrato de participação foi encerrado e a El Paso finalizou a venda da usina à Petrobras, em abril de 2006, por US\$357, as empresas TermoMacaé Ltda (ex-El Paso Rio Claro Ltda.) e TermoMacaé Comercializadora de Energia Ltda (ex-El Paso Rio Grande Ltda), finalizando o Contrato de Consórcio Macaé Merchant, resolvendo, assim, as questões em disputa.

Como parte do processo de aquisição, a El Paso concedeu garantias à Petrobras por conta de determinados passivos, limitadas ao montante de US\$120, incluindo aproximadamente US\$78, referentes a um auto de infração de tributos federais, contra o qual a El Paso acredita ter grandes chances de êxito, tendo apresentado defesa às autoridades fiscais brasileiras. Assim, no tocante à aquisição dos ativos, serão rateados na forma mutuamente pactuada entre Petrobras e El Paso eventuais êxitos envolvendo determinados benefícios fiscais, recebíveis fiscais e potenciais recuperações sobre receitas financeiras.

Em 5 de julho de 2006, a Petrobras foi restituída dos valores depositados decorrentes de decisão preliminar do Tribunal Arbitral, no montante de US\$259, já acrescidos dos rendimentos financeiros, tendo em vista a extinção do Processo de Arbitragem.

A participação variável da Companhia na Termoceará estava contabilizada de acordo com a FIN 46 (R), e a aquisição das ações em 2006 foi lançada como combinação comercial, porém sem reflexo significativo na contabilidade consolidada da Petrobras. Em virtude da pouca relevância, os dados pro forma não foram apresentados.

(Tradução livre do original em inglês)

## **PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. – PETROBRAS E CONTROLADAS**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS

(Continuação)

Em milhões de dólares norte-americanos

(exceto quando especificamente indicado)

---

### **18. Aquisições no Brasil e no Exterior (Continuação)**

#### **(m) Aquisições de ações na Gaseba Uruguai S.A.**

Em novembro de 2005 o Conselho de Administração da Petrobras aprovou a aquisição de 51% do capital da of Gaseba Uruguay - Grupo Gaz de France S.A. (Gaseba), concessionária de distribuição de gás em Montevideu, Uruguai, da GDF International.

Em junho de 2006, a Petrobras, adquiriu 66% das ações da Gaseba. A compra das ações foi realizada em duas etapas: em 2 de junho de 2006, foram adquiridas 51% das ações de propriedade do Grupo Gaz de France e em 29 de junho de 2006, 15% das ações de propriedade da Acodike Supergas S.A. O preço de aquisição foi de US\$14 e, em função de sua imaterialidade, não foram apresentadas informações pro forma.

### **19. Compromissos e Contingências**

A Petrobras está sujeita a determinados compromissos e contingências resultantes do curso normal de suas operações. Além disso, as operações e os resultados da Companhia têm sido, e podem ser no futuro, afetados de diferentes formas por alterações na legislação brasileira, influências do Governo Federal como acionista majoritário da Companhia, pela situação da economia brasileira, pela venda forçada de ativos, aumento de impostos, processos fiscais retroativos e pela legislação ambiental. Não é possível estimar a probabilidade de ocorrência dessas contingências e o seu efeito sobre a Companhia.

A Companhia mantém atualmente diversos contratos de compra de petróleo, óleo diesel e outros derivados de petróleo que exigem que a Companhia adquira um mínimo de aproximadamente 129.925 barris/dia a preços de mercado.

(Tradução livre do original em inglês)

## **PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. – PETROBRAS E CONTROLADAS**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS  
(Continuação)

Em milhões de dólares norte-americanos  
(exceto quando especificamente indicado)

---

### **19. Compromissos e Contingências (Continuação)**

A Petrobras concedeu à ANP, como garantia para o programa exploratório mínimo previsto nos contratos de concessão das áreas de exploração, o total de US\$2.425 (US\$2.244 em 2005). Desse montante, US\$1.137 (US\$1.875 em 2005) correspondem ao penhor do petróleo extraído de campos previamente identificados e já em fase de produção, para áreas em que a Companhia já havia efetuado descobertas comerciais ou promovido investimentos. Para as áreas cuja concessão foi obtida através de licitação da ANP, a Petrobras concedeu garantias bancárias no total de US\$372, até 31 de dezembro de 2006 (US\$369 em 2005).

Em 1993, a Companhia assinou um contrato de longo prazo (“O Contrato de Fornecimento de Gás” ou “GSA”) com a Yacimientos Petrolíferos Fiscales Bolivianos, empresa estatal boliviana de petróleo, para a compra de gás natural. Nos termos desse contrato, com vencimento em 2019, a Companhia deve adquirir 80% de todo gás natural que for transportado através do gasoduto Bolívia/Brasil durante o período de 20 anos pelo preço acordado de US\$1,07 por MMBTU até US\$1,17 MMBTU. O gasoduto atingiu a capacidade média diária de 24,4 milhões de m<sup>3</sup> em 2006.

A Companhia mantém contratos para fornecimento exclusivo com alguns postos de gasolina. Esses contratos normalmente têm duração de sete anos e prevêem a venda de produtos pela Companhia a preços de mercado.

(Tradução livre do original em inglês)

## **PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. – PETROBRAS E CONTROLADAS**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS  
(Continuação)

Em milhões de dólares norte-americanos  
(exceto quando especificamente indicado)

---

### **19. Compromissos e Contingências (Continuação)**

#### **(a) Processos judiciais**

A Companhia está envolvida em diversos processos judiciais envolvendo questões civis, tributárias e trabalhistas, resultantes das suas operações. Com base no parecer de sua assessoria jurídica interna o no melhor juízo da administração, a Companhia constituiu provisões para processos judiciais a valores considerados pelos seus assessores jurídicos e sua administração como sendo suficientes para cobrir perdas prováveis e razoavelmente estimáveis. Em 31 de dezembro de 2006 e 2005, as respectivas provisões por tipo de processo são apresentados como segue:

	<b>Em 31 de dezembro</b>	
	<b>2006</b>	<b>2005</b>
Reclamações trabalhistas	<b>38</b>	7
Processos fiscais	<b>47</b>	87
Processos cíveis	<b>97</b>	79
Processos comerciais e outras contingências	<b>51</b>	62
	<b>233</b>	235
Contingências sobre responsabilidade solidária	-	75
Total	<b>233</b>	310
Contingências no curto prazo	<b>(25)</b>	(72)
Contingências no longo prazo	<b>208</b>	238

Em 31 de dezembro de 2006 e de 2005, de acordo com a legislação brasileira, a Companhia efetuou depósitos judiciais nos valores de US\$816 e US\$775, respectivamente, como garantia para essas e outras demandas até que sejam liquidadas. Estes valores estão refletidos no balanço patrimonial como depósitos vinculados para processos judiciais e garantias.

(Tradução livre do original em inglês)

## **PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. – PETROBRAS E CONTROLADAS**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS

(Continuação)

Em milhões de dólares norte-americanos

(exceto quando especificamente indicado)

---

### **19. Compromissos e Contingências (Continuação)**

#### **(a) Processos judiciais (Continuação)**

A Companhia participa de um conjunto de contratos relativos à aquisição e obra de conversão da Plataforma P-36, cuja perda total, por sinistro, ocorreu em 2001. Nos termos dos citados contratos, a Companhia é obrigada a depositar a indenização do seguro da plataforma em favor de um Agente de Garantias para distribuição, de acordo com certas cláusulas específicas estabelecidas contratualmente. Tanto a Companhia quanto terceiros afirmam que têm direito à indenização do seguro segundo provisões contratuais. Esta questão é objeto de litígio internacional em tribunal britânico. Até que a questão seja julgada, a Companhia comprometeu-se a depositar o valor de US\$175 para facilitar a emissão de garantias pelo Agente para pagamento aos credores. Em 31 de dezembro de 2006, esse valor estava incluído na rubrica “Depósitos vinculados para processos judiciais e garantias” no balanço patrimonial.

#### **Autor: Kallium Mineração S.A.**

Em 28 de maio de 1981, a Kallium Mineração S.A. ajuizou uma ação contra a Petromisa, uma extinta controlada da Petrobras, no Tribunal Federal do Estado do Rio de Janeiro reclamando cerca de US\$450 referentes a perdas e danos e lucros cessantes, alegados devido à rescisão de um contrato para o desenvolvimento de uma mina de sal de potássio. Em 10 de agosto de 1999, foi proferida sentença que julgou improcedente a maioria dos pedidos da Autora (perdas e danos e lucros cessantes), condenando apenas a Companhia ao ressarcimento “de todas as despesas efetuadas em função da pesquisa realizada”, de acordo com os valores a serem apurados em liquidação de sentença. Nenhuma indenização por lucros cessantes foi estabelecida na sentença. Em setembro de 1999, ambas as partes entraram com recursos no Tribunal Regional Federal do Estado do Rio de Janeiro. Julgado procedente em 1ª instância, as duas partes interpuseram recursos que foram improvidos. A Petrobras aguarda julgamento ao Recurso Extraordinário interposto junto ao STF e Recurso Especial em 18 de dezembro de 2003. Há também Recurso Especial da Kallium aguardando julgamento. Com base na opinião dos seus assessores jurídicos, a Administração da Companhia não espera obter decisão desfavorável nesse processo e considera possível o risco de perda neste caso.

(Tradução livre do original em inglês)

## **PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. – PETROBRAS E CONTROLADAS**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS  
(Continuação)

Em milhões de dólares norte-americanos  
(exceto quando especificamente indicado)

---

### **19. Compromissos e Contingências (Continuação)**

#### **(a) Processos judiciais (Continuação)**

##### **Autor: Porto Seguro Imóveis LTDA.**

Em 23 de novembro de 1992, a PORTO SEGURO IMÓVEIS LTDA., acionista minoritária da PETROQUISA, ajuizou ação contra a Petrobras, perante a Justiça Estadual do Rio de Janeiro, relativa à alegação de prejuízos decorrentes da venda da participação acionária minoritária da PETROQUISA em diversas empresas petroquímicas incluídas no Programa Nacional de Desestatização, instituído pela Lei Nº 8.031/90.

Na aludida ação, pretende a Autora que a Petrobras, na qualidade de acionista majoritária da PETROQUISA, seja obrigada a recompor o “prejuízo” causado ao patrimônio da mesma PETROQUISA, por força dos atos que aprovaram o preço mínimo de venda de sua participação acionária no capital das empresas desestatizadas. Foi proferida sentença em 14 de janeiro de 1997 que considerou a Petrobras responsável, perante a PETROQUISA, por perdas e danos no valor equivalente a US\$3.406.

(Tradução livre do original em inglês)

## **PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. – PETROBRAS E CONTROLADAS**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS

(Continuação)

Em milhões de dólares norte-americanos

(exceto quando especificamente indicado)

---

### **19. Compromissos e Contingências (Continuação)**

#### **(a) Processos judiciais (Continuação)**

Além desse valor, a Petrobras foi condenada a pagar, em favor da Autora, 5% do valor da indenização a título de prêmio (ver artigo 246, § 2º da Lei Nº 6.404/76), além de honorários advocatícios da ordem de 20% sobre aquele mesmo montante. No entanto, como o valor da condenação será devido à PETROQUISA, e a Petrobras detém 99,0% do seu capital social, o efetivo desembolso, caso a decisão não seja revertida, restringir-se-á a 25% do valor total da condenação. A Petrobras interpôs recurso ao Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, cujo julgamento restou concluído no dia 11 de fevereiro de 2003, pela 3ª Câmara Cível, que, por maioria, acolheu a apelação da Petrobras para reformar a sentença, julgando improcedente o pedido indenizatório formulado, vencido o revisor, que deu parcial provimento ao apelo da Companhia para reduzir o valor da indenização a US\$1.538. Contra esse julgamento, a Porto Seguro interpôs novo recurso (embargos infringentes) ao Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, que, por sua 4ª Câmara Cível, por unanimidade, em julgamento havido no dia 30 de março de 2004, deu-lhes provimento para, fazendo prevalecer o voto vencido, condenar a Petrobras a indenizar a PETROQUISA e a Porto Seguro nos valores de US\$2.359 e US\$590, respectivamente (a pena representa 5% de prêmio e 20% de honorários advocatícios). A Petrobras interpôs recurso especial e extraordinário ao Superior Tribunal de Justiça (STJ) e ao Supremo Tribunal Federal (STF), que foram indeferidos. Diante desta decisão foi oferecido Agravo de Instrumento ao STJ e ao STF que foi convertido em recurso especial pelo STJ.

(Tradução livre do original em inglês)

## **PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. – PETROBRAS E CONTROLADAS**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS

(Continuação)

Em milhões de dólares norte-americanos

(exceto quando especificamente indicado)

---

### **19. Compromissos e Contingências (Continuação)**

#### **(a) Processos judiciais (Continuação)**

Em 6 de maio de 2005, o STJ deu provimento ao agravo de instrumento para determinar o desbloqueio do recurso especial. Contra essa decisão, a Porto Seguro interpôs Agravo regimental que, em julgamento havido no dia 15 de dezembro de 2005, por maioria, foi provido, restaurando o bloqueio ao julgamento de recurso especial da Petrobras. Contra essa última decisão a Petrobras interpôs Agravo que, julgado no dia 4 de abril de 2006, por unanimidade, anulou a decisão que restaura o bloqueio ao Recurso Especial da Petrobras, por impedimento de um dos ministros, determinando que outra decisão fosse proferida. Agravo Regimental da PORTO SEGURO improvido em julgamento havido no dia 05 de setembro de 2006. Aguarda-se, agora, em cumprimento à decisão publicada no dia 5 de junho de 2006, a designação de pauta para o re-julgamento da questão relativa ao bloqueio do Recurso Especial da Petrobras. Caso a situação não seja revertida, a indenização estimada à PETROQUISA, incluindo atualização monetária e juros, seria de US\$4.612. Como a Petrobras detém 100% do capital social da PETROQUISA, parte da indenização à PETROQUISA, estimada em US\$3.044, não representará um desembolso efetivo do Sistema Petrobras. Adicionalmente, a Petrobras teria que indenizar a PORTO SEGURO, autora da ação, US\$201 a título de prêmio e a Lobo & Ibeas Advogados US\$922 a título de honorários advocatícios. Contudo, com base na opinião dos advogados, a Companhia não espera obter decisão final desfavorável nesse processo e considera o risco de perda dessa causa como possível.

(Tradução livre do original em inglês)

## **PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. – PETROBRAS E CONTROLADAS**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS

(Continuação)

Em milhões de dólares norte-americanos

(exceto quando especificamente indicado)

---

### **19. Compromissos e Contingências (Continuação)**

#### **(a) Processos judiciais (Continuação)**

##### **Autor : Federação de Pescadores do Estado do Rio de Janeiro (FEPERJ)**

A Federação de Pescadores do Estado do Rio de Janeiro (FEPERJ), em nome dos seus representados, ajuizou Ação Ordinária em face da Companhia, perante a Justiça Estadual do Rio de Janeiro, objetivando a reparação de danos diversos, no valor de US\$224, em razão do vazamento de óleo na Baía de Guanabara, ocorrido no dia 18 de janeiro de 2000. À época, a Petrobras indenizou extrajudicialmente a todos que comprovaram ser pescadores no momento do acidente. Segundo registros do cadastro nacional de pescadores, apenas 3.339 poderiam pleitear indenização. Em 7 de fevereiro de 2002 foi proferida sentença, que julgou procedente em parte o pedido, indeferindo os danos morais, e condenando a Companhia a pagar indenização por danos materiais e lucros cessantes a serem apurados em liquidação de sentença. A legislação é expressa no sentido de que não é razoável considerar a indenização com base no valor da ação, uma vez que a mesma não tinham base econômica. Em 2 de fevereiro de 2007 foi publicada decisão acolhendo, parcialmente, o laudo parcial que, a pretexto de quantificar a decisão condenatória, fixou os parâmetros para os respectivos cálculos, que por tais critérios, alcançaria, hoje, a importância de US\$516. A Petrobras recorrerá dessa decisão ao Tribunal de Justiça/RJ, visto que os parâmetros fixados na decisão são contrários àqueles já definidos pelo próprio TJ/RJ. Com base nos cálculos elaborados pelos assistentes periciais da Companhia, estamos mantendo o valor de US\$12 por representar o montante que entendemos será fixado, ao final do processo, pelas instâncias superiores. Baseada na opinião de seus consultores jurídicos, a administração da Companhia considera o risco de perda dessa causa como possível.

(Tradução livre do original em inglês)

## **PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. – PETROBRAS E CONTROLADAS**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS  
(Continuação)

Em milhões de dólares norte-americanos  
(exceto quando especificamente indicado)

---

### **19. Compromissos e Contingências (Continuação)**

#### **(a) Processos judiciais (Continuação)**

##### **Autor: Fazenda Pública do Estado de São Paulo**

A Fazenda Pública do Estado de São Paulo impetrou ação fiscal contra a Companhia para cobrar o recolhimento de ICMS sobre operações com nafta-petroquímica naquele Estado, relativo ao período compreendido entre setembro de 1984 e fevereiro de 1989. O processo percorreu todas as instâncias e o Judiciário acabou firmando posição contrária à tese defendida pela Companhia, entendendo que, neste caso específico, o ICMS seria devido sobre tais operações.

A Companhia efetuou acordo para recolhimento do valor de US\$122 que com os acréscimos totalizou R\$151, para pagamento em 60 parcelas iguais e sucessivas, a partir de abril de 2005.

Aproveitando-se dos benefícios fiscais nos termos da Lei 12.399/06, em novembro de 2006, a Companhia liquidou antecipadamente a dívida com o pagamento da quantia de US\$53, reduzindo o valor da multa em 80% e o valor dos juros em 50%, gerando um ganho real de US\$101.

(Tradução livre do original em inglês)

## **PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. – PETROBRAS E CONTROLADAS**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS

(Continuação)

Em milhões de dólares norte-americanos

(exceto quando especificamente indicado)

---

### **19. Compromissos e Contingências (Continuação)**

#### **(a) Processos judiciais (Continuação)**

##### **Autor: Sindicato de Petroleiros**

A Petrobras figura como ré em cinco ações de natureza trabalhista ajuizadas pelos SINDICATOS DE PETROLEIROS, em curso em três estados da federação (Rio de Janeiro, São Paulo e Sergipe), em que se questiona o não repasse integral ao salário dos trabalhadores dos índices oficiais de inflação dos anos de 1987, 1989 e 1990 (expurgos inflacionários – Planos Bresser, Verão e Collor).

Os processos acham-se em fases distintas de julgamento, conforme abaixo:

Sindicato dos Petroleiros do Estado do Sergipe (SINDIPETRO/SE): Pedido julgado procedente. Processo em fase de execução. O juiz proferiu decisão determinando ao SINDIPETRO/SE que apresente novos cálculos, que se encontram pendentes, o que está sendo aguardado. O risco máximo para a Petrobras, incluída a atualização monetária em 31 de dezembro de 2006 é de US\$47, cujos cálculos estão pendentes. Com base no parecer de seu departamento jurídico, a Companhia considera possível o risco de perda neste processo.

Sindicato dos Petroleiros do Estado do Rio de Janeiro (SINDIPETRO/RJ): A Petrobras entende que não há dívida, visto que as quantias correspondentes foram pagas de acordo com as cláusulas do dissídio coletivo em 1993. A exposição máxima para a Petrobras, incluída a atualização monetária em 31 de dezembro de 2006 é de US\$86. Com base no parecer de seu departamento jurídico, a Companhia considera remoto o risco de perda neste processo.

(Tradução livre do original em inglês)

## **PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. – PETROBRAS E CONTROLADAS**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS

(Continuação)

Em milhões de dólares norte-americanos

(exceto quando especificamente indicado)

---

### **19. Compromissos e Contingências (Continuação)**

#### **(a) Processos judiciais (Continuação)**

##### **Autor: Sindicato de Petroleiros (Continuação)**

Sindicato dos Petroleiros do Estado de São Paulo (SINDIPETRO/SP): Processo tido como procedente e transitado em julgado. A Petrobras apresentou uma ação rescisória-indeferida. O recurso da Petrobras foi acolhido e proferida a decisão de suspensão do contrato e de emissão de nova decisão para indeferir a pretensão da autora da Reclamação Trabalhista. O SINDIPETRO apresentou recurso o qual foi indeferido, e por enquanto aguarda o julgamento do Agravo de Instrumento posteriormente apresentado.

O risco máximo para a Petrobras, incluída a atualização monetária em 31 de dezembro de 2006 é de US\$45. Com base no parecer de seu departamento jurídico, a Companhia considera remoto o risco de perda neste processo.

Tendo por base vitórias anteriores em ações similares, bem como o entendimento final já sumulado pelo TST, a administração da Companhia não espera obter decisão desfavorável nesses processos. A Petrobras contestou o laudo do especialista que determinou o valor da indenização, que está pendente de julgamento. A Companhia considera possível a perda neste processo.

(Tradução livre do original em inglês)

## **PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. – PETROBRAS E CONTROLADAS**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS

(Continuação)

Em milhões de dólares norte-americanos

(exceto quando especificamente indicado)

---

### **19. Compromissos e Contingências (Continuação)**

#### **(a) Processos judiciais (Continuação)**

##### **Autor: Adailton de Oliveira Bittencourt e Outros**

Adailton de Oliveira Bittencourt e Outros ajuizaram recurso para esclarecimento de intervalo e hora do almoço, após introdução de 6 horas de trabalho por dia pela Constituição Brasileira de 1988. Período reclamado: 28 de setembro de 1989 a 30 de novembro de 1992 devido à introdução de um dia útil de seis horas pela Constituição Federal de 1988. Negado em primeira instância. Apelação concedida pelo Tribunal Regional do Trabalho (TRT). Petrobras ajuizou um pedido de esclarecimento da decisão, indeferido em 25 de setembro de 2002 e 24 de outubro de 2002, respectivamente. Posteriormente foi apresentado em 15 de outubro de 2004 um Embargo de Declaração para colher maiores esclarecimentos sem modificar a sentença. Decisão já transitada em julgado. O Processo encontra-se no momento na fase de cálculo da sentença para determinar os valores a favor dos autores. O risco máximo para a Petrobras, incluída a atualização monetária em 31 de dezembro de 2006 é de US\$3. Com base no parecer de seu departamento jurídico, a Companhia considera possível o risco de perda neste processo

##### **Autor: Empresas de Distribuição**

A Companhia foi acionada na justiça por algumas pequenas distribuidoras de petróleo, sob a suposta alegação de não repassar aos governos estaduais o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS retido, por força de lei, no ato da venda dos combustíveis. As ações foram ajuizadas nos Estados de Goiás, Tocantins, Bahia, Pará, Maranhão e no Distrito Federal.

Do valor total dessas ações, da ordem de US\$419 até 31 de dezembro de 2006 cerca de US\$38 (US\$34 em 2005) foram efetivamente sacados por força de decisões judiciais de antecipação de tutela. Mediante recurso processual, essas decisões antecipatórias de tutela foram cassadas.

A Companhia, com o apoio das autoridades estaduais e federais, além de ter conseguido impedir a efetivação de outros saques, está empreendendo todos os esforços possíveis para obter o ressarcimento das quantias que foram anteriormente sacadas das suas contas.

(Tradução livre do original em inglês)

## **PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. – PETROBRAS E CONTROLADAS**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS

(Continuação)

Em milhões de dólares norte-americanos

(exceto quando especificamente indicado)

---

### **19. Compromissos e Contingências (Continuação)**

#### **(b) Notificações do INSS - responsabilidade solidária**

A Companhia recebeu diversas notificações fiscais relativas a encargos previdenciários, em decorrência da apresentação irregular da documentação exigida pelo INSS para eliminar a sua responsabilidade solidária na contratação de serviços de construção civil e outros, prevista nos parágrafos 5º e 6º do artigo 219 e parágrafos 2º e 3º do artigo 220 do Decreto Nº 3.048/99.

Para garantir o arquivamento do recurso e/ou a obtenção do INSS da Certidão Negativa de Dívida, US\$55 das quantias desembolsadas pela Companhia foram lançados em depósitos vinculados com processos judiciais e garantias, e poderão ser recuperados nos termos do processo em andamento, relativos a 343 avaliações totalizando US\$178. O departamento jurídico da Petrobras acha possível a perda destas avaliações, visto que julga possível o risco de desembolso futuro.

A Petrobras efetuou desembolsos durante o exercício de 2006 no montante de US\$35 (US\$85 em 2005) para fazer face a processos administrativos instaurados pelo INSS que atribuem responsabilidade solidária à Companhia.

No âmbito interno, foram revisados os procedimentos no sentido de melhorar a fiscalização dos contratos e exigir, de forma correta, a apresentação dos documentos previstos na legislação para comprovar o recolhimento do INSS devido pelas contratadas. A Petrobras está analisando cada uma das autuações recebidas para a recuperação de valores, por meio de processos administrativos do INSS.

(Tradução livre do original em inglês)

## **PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. – PETROBRAS E CONTROLADAS**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS

(Continuação)

Em milhões de dólares norte-americanos

(exceto quando especificamente indicado)

---

### **19. Compromissos e Contingências (Continuação)**

#### **(c) Autos de infração**

##### **Autor: Delegacia da Receita Federal no Rio de Janeiro – Imposto de Renda Retido na fonte relativo ao fretamento de embarcações**

A Delegacia da Receita Federal no Rio de Janeiro lavrou dois Autos de Infração contra a Companhia, referentes ao Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) sobre remessas de pagamento de afretamento de embarcações do tipo plataformas móveis ao exterior, relativos aos exercícios de 1998 até 2002.

A Receita Federal, com base na Lei Nº 9.537/97, artigo 2º, considera que as plataformas de perfuração e produção não se enquadram no conceito de embarcação e, portanto, não poderiam ser afretadas e, sim arrendadas. Com este entendimento, as remessas ao exterior para esta finalidade estariam sujeitas à alíquota de 15% ou 25% de imposto de renda retido na fonte.

A Companhia discorda dessa autuação, tendo em vista que o Supremo Tribunal Federal já se pronunciou, em acórdão relativo ao Imposto sobre Produtos Industrializados – IPI (Imposto Federal na Argentina – VAT), que plataformas são embarcações. Além disso, os Regulamentos do Imposto de Renda de 1994 e de 1999 suportam a “não tributação” (RIR/1994) e “alíquota zero” (RIR/1999) para as remessas em questão.

A Receita Federal emitiu, no dia 27 de junho de 2003, auto de infração no montante de R\$3.064 milhões (US\$1.066), relativo aos anos de 1999 a 2002. Com os mesmos argumentos, no dia 17 de fevereiro de 2003, tinha sido emitido outro auto de infração no montante de R\$93 milhões (US\$32), relativo ao ano de 1998, contra o qual a Companhia interpôs recurso em 20 de março de 2003. Segundo as autoridades fiscais, a Companhia deveria ter recolhido Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) sobre remessas ao exterior relativas ao pagamento de afretamento de embarcações do tipo plataformas móveis utilizadas na exploração e produção de petróleo.

(Tradução livre do original em inglês)

## **PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. – PETROBRAS E CONTROLADAS**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS  
(Continuação)

Em milhões de dólares norte-americanos  
(exceto quando especificamente indicado)

---

### **19. Compromissos e Contingências (Continuação)**

#### **(c) Autos de infração (Continuação)**

##### **Autor: Delegacia da Receita Federal no Rio de Janeiro – Imposto de Renda Retido na fonte relativo ao fretamento de embarcações (Continuação)**

A Petrobras se defendeu contra estas cobranças fiscais. Foram interpostos recursos administrativos no Tribunal de Recursos de Assuntos Fiscais, o último nível administrativo, onde aguarda julgamento. O risco máximo para a Petrobras, incluída a atualização monetária, em 31 de dezembro de 2006, para o período de 1998 é de US\$55 e para o período de 1999 a 2002 é de US\$1.831. Com base no parecer de seu departamento jurídico, a Companhia considera possível o risco de perda neste processo.

##### **Autor: Autoridades Fazendárias do Estado do Rio de Janeiro – ICMS relativo ao afundamento da Plataforma P-36**

As autoridades fazendárias do estado do Rio de Janeiro cobraram da Companhia com relação ao ICMS relativo ao afundamento da plataforma P-36. O risco máximo para a Petrobras, incluída a atualização monetária em 31 de dezembro de 2006 é de US\$253. A Petrobras apresentou recurso, que aguarda análise. Para o andamento do processo foi depositado US\$20 em depósito judicial e dada uma garantia bancária no valor de US\$31, o que corresponde a 30% do valor total. Foi aceito o recurso. No entanto a cobrança fiscal foi mantida no termos do Agravo Regimental apresentada pela Fazenda do Estado. Em 2 de outubro de 2006 o depósito judicial e a garantia bancária foram transformados em receita do estado. O assunto acha-se nos tribunais. O restante do valor relativo ao crédito tributário, devidamente corrigido e relativo ao último trimestre de 2006, é de cerca de US\$149, o que corresponde a 70% da reivindicação total. Os processos administrativos foram concluídos e a quantia será lançada e obrigações federais vencidas, com mais 20% de honorários advocatícios. Com base no parecer de seu departamento jurídico, a Companhia considera possível o risco de perda.

(Tradução livre do original em inglês)

## **PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. – PETROBRAS E CONTROLADAS**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS

(Continuação)

Em milhões de dólares norte-americanos

(exceto quando especificamente indicado)

---

### **19. Compromissos e Contingências (Continuação)**

#### **(c) Autos de infração (Continuação)**

##### **Autor: Autoridades Fazendárias do Estado do Rio de Janeiro - II e IPI relativo ao afundamento da plataforma P-36**

As autoridades fazendárias do estado do Rio de Janeiro cobraram da Companhia com relação ao II (imposto de importação) e ao IPI relativos ao afundamento da plataforma P-36. A decisão do tribunal foi contra a Petrobras. Foi apresentado recurso, pendente de julgamento. A Petrobras impetrou um mandado de segurança e conseguiu uma liminar que impediu a cobrança fiscal. Aguardando o agravo regimental apresentado pelo Ministério da Fazenda. O risco máximo para a Petrobras, incluída a atualização monetária, em 31 de dezembro de 2006, é de US\$203. Devido à decisão a seu favor que a Companhia conseguiu com o mandado de segurança, o processo administrativo foi susgado, o que significa que as partes não puderam apresentar um recurso. Com base no parecer de seu departamento jurídico, a Companhia considera possível o risco de perda.

##### **Autor: Autoridades Fazendárias do Estado do Rio de Janeiro - II e IPI relativos ao equipamento da TERMORIO**

As autoridades fazendárias do estado do Rio de Janeiro cobraram da Companhia com relação ao II e o IPI em contestação da classificação fiscal como Outros Grupos de Geração de Eletricidade para a importação de equipamentos para a usina termoelétrica da TERMORIO S.A. Em 15 de agosto de 2006, a TERMORIO contestou a cobrança fiscal na Secretaria da Receita Federal.

Em 15 de setembro de 2006 o caso foi levado à Secretaria da Receita Federal em Florianópolis, onde o mesmo passa por procedimentos administrativos. O risco máximo para a Petrobras, incluída a atualização monetária em 31 de dezembro de 2006 é de US\$227. Com base no parecer de seu departamento jurídico, a Companhia considera possível o risco de perda.

(Tradução livre do original em inglês)

## **PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. – PETROBRAS E CONTROLADAS**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS

(Continuação)

Em milhões de dólares norte-americanos

(exceto quando especificamente indicado)

---

### **19. Compromissos e Contingências (Continuação)**

#### **(c) Autos de infração (Continuação)**

##### **Autor: Secretaria da Receita Federal**

A Secretaria da Receita Federal negou a redução da base de cálculo do PASEP. O recurso à Secretaria da Receita Federal indeferiu em 2ª instância e o recurso da Petrobras foi aceito. Aguardando agravo de instrumento apresentado pela Secretaria da Receita Federal. O risco máximo para a Petrobras, incluída a atualização monetária, em 31 de dezembro de 2006, é de US\$13. Com base no parecer de seu departamento jurídico, a Companhia considera possível o risco de perda.

##### **Autor: Autoridades Fazendárias do Estado de Alagoas**

As autoridades fazendárias do estado de Alagoas apresentou uma cobrança fiscal contar a Companhia, relativa à reversão de Crédito de ICMS. A Petrobras aguarda o julgamento do recurso no segundo nível administrativo. O risco máximo para a Petrobras, incluída a atualização monetária, em 31 de dezembro de 2006, é de US\$32. Com base no parecer de seu departamento jurídico, a Companhia considera possível o risco de perda.

#### **(d) Questões ambientais**

A Companhia está sujeita a diversas leis e normas ambientais. Essas leis disciplinam atividades envolvendo a descarga de petróleo, gás e outros materiais no meio ambiente e estabelecem que os efeitos das operações da Companhia sobre o meio ambiente devem ser por ela corrigidos ou mitigados.

A Administração da Companhia considera que quaisquer despesas incorridas para corrigir ou mitigar possíveis impactos ambientais não devem representar efeito significativo nas operações ou fluxos de caixa.

(Tradução livre do original em inglês)

## **PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. – PETROBRAS E CONTROLADAS**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS

(Continuação)

Em milhões de dólares norte-americanos

(exceto quando especificamente indicado)

---

### **19. Compromissos e Contingências (Continuação)**

#### **(d) Questões ambientais (Continuação)**

##### **PEGASO - (Programa de Excelência em Gestão Ambiental e Segurança Operacional)**

Durante o ano de 2000, a Companhia implantou o Programa de Excelência em Gestão Ambiental e Segurança Operacional - PEGASO. De 2000 a 31 de dezembro de 2006, a Companhia incorreu em gastos de aproximadamente US\$4.081 com esse programa. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2006 e de 2005, a Companhia teve, respectivamente, gastos de aproximadamente US\$562 e US\$545 com esse programa. A Companhia estima que os pagamentos futuros relacionados a atividades de limpeza do meio ambiente decorrentes desses recentes acidentes, se existirem, não serão significativos.

##### **Ruptura no oleoduto na Bahia de Guanabara**

Em 18 de janeiro de 2000, um dos oleodutos que ligam um dos terminais da Companhia a uma refinaria na Baía de Guanabara rompeu-se, causando um vazamento de petróleo bruto na baía. Em 19 de janeiro de 2001, a Promotoria do Estado do Rio de Janeiro moveu ação criminal contra a Companhia, que está atualmente contestando a base legal para o processo criminal. Adicionalmente, a Promotoria Pública Federal moveu ações criminais contra o então presidente da Companhia (a qual foi finalizada) e outros 9 funcionários. A Companhia não pode prever se o resultado desses processos afetará negativa e significativamente sua situação financeira, o resultado de suas operações ou seu fluxo de caixa.

O tribunal regional federal julgou improcedente a ação criminal movida contra o então presidente da Companhia, decisão que transitou em julgado.

Em 30 de abril de 2002, o juiz determinou que a Companhia não poderia figurar como ré nesse processo criminal, tendo em vista liminar obtida pela mesma, embora ainda caiba recurso a essa decisão.

(Tradução livre do original em inglês)

## **PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. – PETROBRAS E CONTROLADAS**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS  
(Continuação)

Em milhões de dólares norte-americanos  
(exceto quando especificamente indicado)

---

### **19. Compromissos e Contingências (Continuação)**

#### **(d) Questões ambientais (Continuação)**

##### **Ruptura no oleoduto na Bahia de Guanabara (Continuação)**

Em outubro de 2003, o juiz determinou que o processo permanecerá suspenso pelo prazo de dois anos para um dos funcionários, sujeito ao cumprimento de determinadas condições por parte do réu.

Adicionalmente, como consequência desse vazamento, em 27 de janeiro de 2000, o Conselho Nacional do Meio Ambiente promulgou uma resolução estabelecendo a obrigação, por parte do IBAMA (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis), dos órgãos ambientais federais e estaduais e de órgãos não-governamentais, de avaliar as medidas de controle e prevenção e a situação das licenças ambientais de todas as instalações industriais de produção de petróleo e seus derivados no Brasil. Tal resolução também exige que a Companhia realize uma auditoria ambiental independente em todas as suas instalações industriais localizadas no estado do Rio de Janeiro.

Desde 2000, a Companhia vinha realizando auditorias ambientais independentes em todas as suas instalações localizadas no Brasil, que foram concluídas durante dezembro de 2003. A Companhia implantou todas as recomendações feitas pelos auditores.

(Tradução livre do original em inglês)

## **PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. – PETROBRAS E CONTROLADAS**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS

(Continuação)

Em milhões de dólares norte-americanos

(exceto quando especificamente indicado)

---

### **19. Compromissos e Contingências (Continuação)**

#### **(d) Questões ambientais (Continuação)**

##### **Derramamento de óleo na refinaria Pres. Getúlio Vargas**

Em 16 de julho de 2000, ocorreu vazamento de óleo na refinaria Presidente Getúlio Vargas lançando petróleo bruto nas redondezas. As Promotorias da República e do Estado do Paraná moveram uma ação civil contra a Companhia reclamando US\$1.176 por perdas e danos, que já foi contestada pela Companhia. Adicionalmente, existem duas outras ações pendentes, uma movida pelo Instituto Ambiental do Paraná e outra pela associação civil denominada AMAR, que já foram contestadas pela Companhia e estão aguardando o início da avaliação do montante por especialista. A exposição máxima, considerando atualização monetária, para a Petrobras é de US\$39 em 31 de dezembro de 2006. A corte determinou que estas causas sejam tratadas como se fosse uma. Baseada na opinião de seus consultores jurídicos, a administração da Companhia avaliou o risco de perda como possível.

(Tradução livre do original em inglês)

## **PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. – PETROBRAS E CONTROLADAS**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS

(Continuação)

Em milhões de dólares norte-americanos

(exceto quando especificamente indicado)

---

### **19. Compromissos e Contingências (Continuação)**

#### **(d) Questões ambientais (Continuação)**

##### **Colisão na embarcação Vergina II**

No dia 4 de novembro de 2000, o navio de bandeira cipriota Vergina II, afretado pela Petrobras, colidiu com o píer sul do terminal Almirante Barroso, de propriedade da Companhia, em São Sebastião e derramou petróleo no canal de São Sebastião. Como consequência desse acidente, a Companhia foi multada em cerca de US\$30 por vários órgãos ambientais estaduais. A Companhia está em processo de impugnação de tais multas.

##### **Ruptura no Oleoduto Araucária-Paranaguá**

Em 16 de fevereiro de 2001, o oleoduto Araucária-Paranaguá rompeu-se, resultando no derramamento de óleo combustível nos rios Sagrado, Meio, Neves e Nhundiaquara, localizados no Estado do Paraná. Como consequência do acidente, a Companhia foi multada em aproximadamente US\$80 pelo Instituto Ambiental do Paraná, multa esta que foi contestada pela Companhia através de recursos administrativos, mas a apelação foi rejeitada. A corte determinou que as causas iniciadas pela AMAR e pelos procuradores federais e estaduais sejam tratadas unicamente. Baseada na opinião de seus consultores jurídicos, a administração da Companhia avaliou o risco de perda como possível.

##### **Derramamento de Óleo devido ao afundamento da plataforma P-36**

Em 15 de março de 2001, o acidente ocorrido na plataforma P-36 causou derramamento de óleo diesel e petróleo bruto. A Companhia recebeu multa no valor de US\$3 aplicada em abril de 2001 pelo IBAMA, pelo vazamento e pela utilização inadequada de produtos químicos durante as tentativas de dispersão do óleo. A Companhia atualmente está contestando essa multa.

(Tradução livre do original em inglês)

## **PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. – PETROBRAS E CONTROLADAS**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS

(Continuação)

Em milhões de dólares norte-americanos

(exceto quando especificamente indicado)

---

### **19. Compromissos e Contingências (Continuação)**

#### **(d) Questões ambientais (Continuação)**

##### **Ruptura na linha de produção no poço do campo da Fazenda Belém**

Em 12 de maio de 2003, o rompimento de uma luva de conexão em uma linha de produção do poço FZB-71, no campo de Fazenda Belém, município de Aracati-CE, provocou o derramamento de cerca de 7 (sete) mil litros de petróleo numa área distante de comunidades e de qualquer manancial hídrico. O Plano de Contingências da Companhia foi imediatamente acionado e o trabalho de limpeza da área realizado. A Petrobras foi multada em US\$0,04 pela Superintendência de Meio Ambiente do Estado do Ceará (Semace), sendo que, desse valor, até 90% poderão ser abatidos mediante o cumprimento de um Termo de Compromisso firmado com o referido órgão ambiental.

##### **Falha na conexão de um dos braços de descarregamento do navio Nordic Marita, ancorado no Terminal Marítimo Almirante Barroso (Tebar), em São Sebastião na costa norte de São Paulo**

Em 3 de junho de 2003, uma falha na conexão de um dos braços de descarregamento do navio Nordic Marita, ancorado no Terminal Marítimo Almirante Barroso (Tebar), em São Sebastião, litoral norte de São Paulo, provocou o derramamento no mar de cerca de 27 mil litros de petróleo provenientes da Bacia de Campos. Em razão desse acidente, a Petrobras foi multada em US\$0,17 pelo IBAMA e em US\$0,12 pela Companhia de Tecnologia de Saneamento Ambiental (CETESB), tendo recorrido de ambas as multas por entender que atuou da forma mais eficaz possível para minimizar eventual impacto ao meio ambiente.

(Tradução livre do original em inglês)

## **PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. – PETROBRAS E CONTROLADAS**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS

(Continuação)

Em milhões de dólares norte-americanos

(exceto quando especificamente indicado)

---

### **19. Compromissos e Contingências (Continuação)**

#### **(d) Questões ambientais (Continuação)**

##### **Ruptura do oleoduto entre Cabiúnas e a Refinaria Duque de Caxias**

Em 26 de agosto de 2003, ocorreu o rompimento do duto que liga o terminal da Transpetro em Cabiúnas (Macaé) à Refinaria Duque de Caxias, provocando o derramamento de 20 (vinte) litros de óleo em área do município fluminense de Cachoeiras de Macacu. A Companhia imediatamente determinou que o óleo, contido na faixa de servidão do duto, fosse recolhido, tendo ainda, preventivamente, protegido com barreiras e mantas absorventes um córrego próximo ao Rio Soarinhos. Apesar da eficácia das providências tomadas e a inexistência de dano ambiental, a Petrobras foi multada pelo Ibama em US\$0,69, tendo interposto recurso administrativo junto àquele órgão.

#### **(e) Pagamento mínimo sobre as operações de arrendamento mercantil**

A Companhia está comprometida a efetuar o pagamento mínimo anual, conforme determinado abaixo, para os contratos de arrendamento mercantil existentes em 31 de dezembro de 2006:

2008	2.273
2009	1.527
2010	762
2011	402
2012	317
2013 em diante	390
	<hr/>
Pagamento mínimo sobre operação de arrendamento mercantil	5.671
	<hr/>

A Companhia pagou despesas com aluguel relativo ao arrendamento mercantil operacional no montante de US\$2.016, US\$1.417 e US\$1.247, em 31 de dezembro de 2006, 2005 e 2004 respectivamente.

(Tradução livre do original em inglês)

## **PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. – PETROBRAS E CONTROLADAS**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS

(Continuação)

Em milhões de dólares norte-americanos

(exceto quando especificamente indicado)

---

### **20. Instrumentos Derivativos, Hedging e Atividades de Gerenciamento de Riscos**

A Companhia está exposta a uma série de riscos de mercado decorrentes de suas operações. Tais riscos envolvem principalmente o fato de que eventuais variações nas taxas de juros estrangeiros, nas taxas cambiais ou nos preços das mercadorias possam afetar negativamente o valor dos ativos e passivos financeiros ou fluxos de caixa e lucros futuros da Companhia. A Companhia mantém uma política global de gerenciamento de riscos que é conduzida sob a gestão de seus diretores.

A Companhia pode utilizar instrumentos derivativos e não-derivativos para implementar sua estratégia global de gerenciamento de riscos. Entretanto, ao utilizar instrumentos derivativos, a Companhia se expõe a riscos de crédito e de mercado. Riscos de crédito consistem no não cumprimento dos termos do contrato derivativo por uma contraparte. Riscos de mercado é o possível efeito adverso sobre o valor dos ativos ou passivos, incluindo de instrumentos financeiros, que resultam de uma alteração nas taxas de juros, nas taxas cambiais ou nos preços das mercadorias. A Companhia monitora os riscos de crédito limitando as contrapartidas a instrumentos financeiros derivativos de instituições financeiras de primeira linha. Os riscos de mercado são gerenciados pelos diretores da Companhia. A Companhia não mantém e tampouco emite instrumentos financeiros para fins comerciais.

Em 2004, a Diretoria Executiva da Petrobras instituiu o Comitê de Gerenciamento de Riscos, composto de executivos de todas as áreas de negócios e de diversas áreas corporativas da Companhia, com o objetivo de garantir o gerenciamento integrado dos riscos a que a Companhia está exposta e de formalizar as principais diretrizes adotadas pela Companhia para gerenciar riscos significativos e incertezas associadas às suas operações. Além disso, o Comitê de Gerenciamento de Riscos visa a concentrar as informações e discussões sobre gerenciamento de riscos, de modo a facilitar a comunicação com o Conselho de Administração e com a Diretoria.

(Tradução livre do original em inglês)

## **PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. – PETROBRAS E CONTROLADAS**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS

(Continuação)

Em milhões de dólares norte-americanos

(exceto quando especificamente indicado)

---

### **20. Instrumentos Derivativos, Hedging e Atividades de Gerenciamento de Riscos** (Continuação)

#### **(a) Gerenciamento de riscos cambiais**

A estratégia da Companhia para o gerenciamento de risco de moeda estrangeira deve envolver o uso de instrumentos derivativos para proteger contra a variação cambial, a qual pode impactar o valor de certas obrigações da Companhia.

No decorrer de 2000, a Companhia celebrou três contratos de limitação de taxas de câmbio, de maneira a reduzir seu risco frente às variações entre o dólar norte-americano e o iene japonês, bem como entre o dólar norte-americano e o euro, com relação à dívida de longo prazo em moedas estrangeiras de valor nominal de cerca de US\$470. A Empresa não aplicou a contabilização de “hedging” nestas relações. Tal limitação foi estruturada mediante compra simultânea da opção de compra e a venda da opção de venda com a mesma contrapartida, e com ágios iguais.

Tais limitações determinam o teto de preço e o piso das taxas de câmbio em questão. Caso a taxa de câmbio se reduza abaixo do piso, as contrapartidas pagarão à Empresa a diferença entre a taxa à vista na data do vencimento e o piso, apurado com base no valor percebido dos contratos. Por outro lado, caso haja aumento da taxa de câmbio acima do teto, a Companhia pagará às contrapartidas a diferença entre a taxa à vista na data de vencimento e o teto, apurado com base valor percebido dos contratos sobre o valor percebido. As datas de vencimento dos contratos derivativos coincidem com as datas de vencimento de cada uma das obrigações.

(Tradução livre do original em inglês)

## **PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. – PETROBRAS E CONTROLADAS**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS

(Continuação)

Em milhões de dólares norte-americanos

(exceto quando especificamente indicado)

---

### **20. Instrumentos Derivativos, Hedging e Atividades de Gerenciamento de Riscos** (Continuação)

#### **(a) Gerenciamento de riscos cambiais (Continuação)**

Os contratos “zero cost collars” em iene foram liquidados em 8 de setembro de 2003 ao valor de US\$68, pagos em espécie e um contrato em EURO foi liquidado em 31 de dezembro de 2004 ao valor de US\$18, recebidos em espécie.

O valor de mercado das operações de compra do “zero cost collars” em moeda estrangeira em 31 de dezembro de 2006 era US\$21 (US\$12 em 31 de dezembro de 2005) e o das opções de venda era zero em 31 de dezembro de 2006 (US\$(1) em 31 de dezembro de 2005).

#### **(b) Gerenciamento de risco de mercado de petróleo e derivados**

Petróleo e produtos derivados

A Companhia está exposta a riscos de preços de mercadorias pela flutuação de preços de petróleo e derivados. As operações para reduzir a exposição da Companhia aos riscos de preços de mercadorias consistem basicamente de contratos de futuros negociados em bolsas de valores e opções e swaps com instituições financeiras de primeira linha. Os contratos de futuros envolvem compras e vendas antecipadas de petróleo bruto, geralmente para períodos de 30 a 360 dias, de forma a reduzir a exposição da Companhia à volatilidade dos preços de mercadorias.

A exposição da Companhia nesses contratos está limitada à diferença entre o valor contratado e o valor de mercado para os volumes contratados. Os contratos futuros relativos a petróleo bruto possuem marcação a mercado e os respectivos ganhos e perdas decorrentes dessas operações são reconhecidos tempestivamente no resultado, independentemente do período em que as vendas ocorrem. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2006, 2005 e 2004, foram efetuadas operações de “hedge” para 26,42%, 26,79% e 33,06%, respectivamente, do volume total comercializado (importação e exportação).

(Tradução livre do original em inglês)

## **PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. – PETROBRAS E CONTROLADAS**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS

(Continuação)

Em milhões de dólares norte-americanos

(exceto quando especificamente indicado)

---

### **20. Instrumentos Derivativos, Hedging e Atividades de Gerenciamento de Riscos** (Continuação)

#### **(b) Gerenciamento de risco de mercado de petróleo e derivados (Continuação)**

As posições em aberto no mercado futuro, comparadas com o valor de mercado, resultaram em perdas de US\$2, US\$1 e US\$2 nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2006, 2005 e 2004, respectivamente.

Em janeiro de 2001, a Companhia realizou uma operação de longo prazo através da venda de opções de venda de 52 milhões de barris de petróleo “West Texas Intermediate” (WTI), no período de 2004 a 2007, que visa a estabelecer uma proteção de preço para essa quantidade de petróleo e a garantir aos financiadores do Projeto Barracuda/Caratinga uma margem mínima para cobertura do serviço da dívida. As opções de venda foram subscritas de forma a assegurar que as instituições financeiras participantes do desenvolvimento recebam o preço requerido para que o projeto gere um mínimo de retorno sobre o investimento. A Companhia contabiliza as opções de venda com base na marcação a mercado. Durante o ano de 2006, 2005 e 2004 a Companhia não obteve ganhos ou perdas.

#### **(c) Gerenciamento de risco de taxa de juros**

O risco da taxa de juros a que a Companhia está exposta é uma função de sua dívida de longo prazo, e em menor escala, de curto prazo. A dívida da Companhia referente a taxas de juros flutuantes em moeda estrangeira está sujeita principalmente à flutuação da LIBOR e a dívida a taxas de juros flutuantes expressa em reais está sujeita principalmente à flutuação da taxa de juros de longo prazo (TJLP), divulgada pelo Banco Central do Brasil. A Companhia atualmente não utiliza instrumentos financeiros derivativos para gerenciar sua exposição às flutuações das taxas de juros. Entretanto, a Companhia irá considerar a utilização de vários tipos de instrumentos derivativos destinados a reduzir a exposição a riscos de flutuações da taxa de juros e poderá utilizar os referidos instrumentos financeiros no futuro.

(Tradução livre do original em inglês)

## **PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. – PETROBRAS E CONTROLADAS**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS

(Continuação)

Em milhões de dólares norte-americanos

(exceto quando especificamente indicado)

---

### **20. Instrumentos Derivativos, Hedging e Atividades de Gerenciamento de Riscos** (Continuação)

#### **(d) Gerenciamento de risco da PEPSA**

A PEPSA também utiliza instrumentos derivativos tais como opções, *swaps* e outros, com o objetivo principal de reduzir o impacto das flutuações nos preços de petróleo, nas taxas de juros e nas taxas de câmbio futuro. Esses instrumentos derivativos são destinados à redução de riscos específicos e são avaliados regularmente de modo a assegurar a correlação do instrumento derivativo com o risco identificado, e garantir a máxima eficácia do derivativo na compensação das alterações de fluxo de caixa inerentes ao risco coberto. A PEPSA tratava seus instrumentos derivativos relativos a petróleo e seus instrumentos derivativos relativos a swap como operações de *hedge*. Em 31 de dezembro de 2006, a companhia não mantém instrumentos dessa natureza.

Em 31 de dezembro de 2006, a PEPSA não apresentava operações envolvendo *commodities* que se enquadrassem na contabilização aplicável a operações de *hedge* de acordo com o SFAS No. 133 – Contabilização de Instrumentos Financeiros Derivativos e Operações de Hedge (“SFAS 133”). A PEPSA registrou uma perda no valor de US\$103 durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2005, resultante de instrumentos financeiros derivativos não contabilizados como *hedge*.

Em 31 de dezembro de 2006, a PEPSA realizou a venda a termo de dólares norte-americanos por o pesos argentinos. Neste exercício a Companhia reconheceu um ganho de US\$2. Em 31 e dezembro de 2006 e 2005, o valor nominal dos contratos em vigor totalizam US\$18 e US\$52 respectivamente, à taxa de câmbio de 3,26 e 3 pesos argentinos por dólar norte-americano, respectivamente. Exceto pelas transações mencionadas acima, em 31 de dezembro de 2006 a Companhia não possuía outras posições com instrumentos derivativos.

(Tradução livre do original em inglês)

## **PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. – PETROBRAS E CONTROLADAS**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS

(Continuação)

Em milhões de dólares norte-americanos

(exceto quando especificamente indicado)

---

### **20. Instrumentos Derivativos, Hedging e Atividades de Gerenciamento de Riscos** (Continuação)

#### **(e) “Hedging” de Fluxo de Caixa**

Em setembro de 2006, a PIFCo contratou uma operação “swap” em moeda estrangeira, de acordo com a qual a mesma permuta os pagamentos de principal e juros relativos a valores mobiliários em ienes por valores em dólares norte-americanos. Nos termos da USGAAP, o “hedging” de fluxos de caixa em moeda estrangeira somente poderão ser assim denominados quando protegem contra riscos a moeda funcional da empresa, e logo tais operações “swap” em moeda estrangeira poderão ser contabilizadas em função da moeda funcional da PIFCo ser o dólar norte-americano, sendo a avaliação da eficácia do “hedging” indicadora de que a alteração no valor de mercado do instrumento de “hedging” é altamente eficaz.

O objeto do “hedging” é um título de ¥ 35 bilhões com prazo de dez anos e cupons semestrais de 2,15% a.a. O instrumento do “hedging” é uma operação “swap” em moeda estrangeira com prazo de dez anos, através do qual efetua-se o pagamento de dólares norte-americanos com o recebimento de ienes nas condições do título em ienes. Foi realizado o teste de eficácia na contratação do “hedging” com base no método derivativo hipotético. Será realizado o teste de eficácia a cada trimestre.

O ganho ou perda da operação em decorrência da reavaliação dos títulos em ienes será compensado pela reclassificação relativa à reavaliação do bem protegido pelo “hedging” a taxas à vista, de outras receitas abrangentes para receitas. Em 31 de dezembro de 2006 a operação “swap” em moeda estrangeira possuía valor de mercado de (US\$9), devido à desvalorização do iene japonês em comparação com o Dólar norte-americano desde a celebração do instrumento.

(Tradução livre do original em inglês)

## **PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. – PETROBRAS E CONTROLADAS**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS

(Continuação)

Em milhões de dólares norte-americanos

(exceto quando especificamente indicado)

---

### **21. Instrumento Derivativo Utilizado em Operações de Gás Natural**

No tocante ao contrato de longo prazo para a compra de gás (o “Contrato de Compra de Gás” ou “GSA”) para o fornecimento das usinas termelétricas e para outras utilizações no Brasil, a Companhia celebrou com Companhia Petrolera ANDINA, produtora de gás na Bolívia, um contrato que constituiu um instrumento derivativo financeiro nos termos do SFAS 133. Tal contrato, o Contrato de Redução da Volatilidade do Preço do Gás Natural (o “PVRC”), foi celebrado com o propósito de reduzir os efeitos da volatilidade do preço nos termos do GSA.

As condições do PVRC incluem um limitador de preço para o período de 2005 até 2019, com pagamentos a favor da Companhia na hipótese do preço apurado exceder o teto estabelecido, e com pagamentos pela Companhia na hipótese do preço se encontrar entre o teto e o piso.

Em 31 de dezembro de 2005, a Companhia registrou um ativo apurado com base no valor de mercado do derivativo no valor de US\$547, e um passivo de US\$144, que foi considerado incentivo de compra diferida.

Em razão da nova Lei dos Hidrocarbonetos da Bolívia (ver a Nota 9(b)), a outra parte do PVRC contestou o contrato, alegando entre outros motivos, a força maior e ônus excessivo. Em 12 de agosto de 2006, as partes concordaram em cancelar o PVRC e, em decorrência, em 14 de agosto de 2006, a Companhia recebeu US\$41 e lançou em prejuízo as contas a receber relativas ao PVRC no valor de US\$77.

A Companhia ajustou o valor de mercado dos ativos e passivos relativos ao PVRC através do lançamento como despesas financeira de US\$328 durante o primeiro trimestre de 2006, em decorrência do aumento dos impostos na Bolívia. No segundo trimestre, a Companhia lançou em prejuízo os restantes US\$94 de ativos a valor de mercado, em consequência do contrato.

(Tradução livre do original em inglês)

## **PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. – PETROBRAS E CONTROLADAS**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS

(Continuação)

Em milhões de dólares norte-americanos

(exceto quando especificamente indicado)

---

### **22. Instrumentos Financeiros**

No decorrer normal de seus negócios a Companhia utiliza-se de diversos tipos de instrumento financeiros.

#### **(a) Risco de concentração de crédito**

Uma parcela significativa dos ativos da Companhia, incluindo instrumentos financeiros, está localizada no Brasil enquanto que a maior parte de suas receitas e lucro líquido é também gerado no Brasil. Os instrumentos financeiros da Companhia que estão expostos ao risco de concentração de crédito são principalmente caixa e equivalentes de caixa, títulos governamentais, a Conta Petróleo e Álcool, as contas a receber e contratos futuros.

A Companhia adota diversas medidas para reduzir a sua exposição a riscos de crédito a níveis aceitáveis. Todos caixa e equivalentes de caixa no Brasil são mantidos em bancos federais. Depósitos a prazo em dólares são mantidos em instituições de primeira linha nos Estados Unidos. Adicionalmente, todos os títulos disponíveis para venda e instrumentos derivativos mantidos pela Companhia são comercializados em bolsa ou mantidos em instituições financeiras de primeira linha. A Companhia monitora a sua exposição a riscos de crédito referente a contas a receber de clientes avaliando regularmente a capacidade de pagamento dos mesmos. Em 31 de dezembro de 2005 e de 2004, o saldo de contas a receber de clientes refere-se basicamente a grandes distribuidoras.

(Tradução livre do original em inglês)

## **PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. – PETROBRAS E CONTROLADAS**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS

(Continuação)

Em milhões de dólares norte-americanos

(exceto quando especificamente indicado)

---

### **22. Instrumentos Financeiros** (Continuação)

#### **(b) Valor justo de mercado**

O valor justo de mercado dos instrumentos financeiros é determinado com base em preços de mercado publicados, ou na falta destes, no valor presente de fluxos de caixa esperados. Valor justo de mercado reflete o valor em dinheiro que seria ou recebido ou pago se os instrumentos fossem liquidados no fim do exercício através de operação rigorosamente comercial entre partes anuentes. O valor justo de mercado de caixa e equivalentes de caixa, de contas a receber de clientes, da Conta Petróleo e Álcool, da dívida de curto prazo e de contas a pagar a fornecedores é equivalente ao seu valor contábil. O valor justo de mercado dos títulos governamentais disponíveis para venda mantidos pela Companhia é igual ao seu valor contábil.

O valor justo de mercado de outros ativos e passivos de longo prazo não diferem significativamente de seu valor contábil.

As obrigações da Companhia relativas ao financiamento de projetos, após a consolidação de acordo com a FIN 46 (R), totalizaram US\$14.702 em 31 de dezembro de 2006 e US\$15.132 em 31 de dezembro de 2004, com valor justo de mercado estimado de US\$13.984 e US\$15.239, respectivamente.

(Tradução livre do original em inglês)

## **PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. – PETROBRAS E CONTROLADAS**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS

(Continuação)

Em milhões de dólares norte-americanos

(exceto quando especificamente indicado)

---

### **23. Informações sobre Segmentos de Negócios**

As informações sobre segmentos de negócios apresentadas a seguir foram preparadas de acordo com o SFAS Nº 131 – Divulgação sobre Segmentos Operacionais de uma Empresa e Informações Correlatas (“SFAS 131”). A Companhia opera de acordo com os seguintes segmentos:

- **Exploração e Produção** – Este segmento abrange as atividades de exploração, desenvolvimento da produção e produção de petróleo, gás natural liquefeito e gás natural desenvolvidas pela Companhia no Brasil, objetivando atender, prioritariamente, as refinarias do país, além de comercializar nos mercados interno e externo o excedente da produção nacional e/ou aproveitar oportunidades comerciais e as transferências de gás natural para o segmento de Gás e Energia da Companhia.
- **Abastecimento** - Este segmento reúne as atividades de refino, logística, transporte e comercialização de petróleo, seus derivados e álcool combustível. Além disso, este segmento abrange ainda o segmento de petroquímicos e fertilizantes, que inclui investimentos em várias companhias petroquímicas nacionais e em duas usinas de fertilizantes de propriedade da Companhia localizadas no Brasil.
- **Distribuição** - Este segmento compreende as atividades de distribuição de derivados do petróleo e de álcool combustível realizadas pela Petrobras Distribuidora S.A. - BR no Brasil, controlada na qual a Companhia possui participação majoritária. De acordo com os objetivos estratégicos da Companhia para aumentar sua participação no mercado de distribuição de GLP e consolidar sua presença no mercado de distribuição de combustíveis automotivos em determinadas regiões do Brasil, suas atividades de distribuição passaram a incluir as operações da Liquigás Distribuidora S.A. (ex-Sophia do Brasil S.A. e Agip do Brasil S.A.), que foi adquirida em 9 de agosto de 2004.

(Tradução livre do original em inglês)

## **PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. – PETROBRAS E CONTROLADAS**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS

(Continuação)

Em milhões de dólares norte-americanos

(exceto quando especificamente indicado)

---

### **23. Informações sobre Segmentos de Negócios (Continuação)**

- Gás e Energia - Este segmento abrange atualmente a comercialização e o transporte de gás natural importado ou produzido no Brasil. Este segmento compreende ainda as atividades da Companhia relativas à comercialização de energia elétrica local, assim como os investimentos em companhias locais de transporte de gás natural, em distribuidoras estatais de gás natural, em termelétricas.
- Internacional - Este segmento envolve as atividades internacionais realizadas pela Companhia em 15 países, incluindo: Exploração e Produção, Abastecimento, Distribuição e Gás e Energia.

No grupo de órgãos corporativos são alocados os itens que não podem ser atribuídos às demais áreas, notadamente aqueles vinculados à gestão financeira corporativa, o *overhead* relativo à Administração Central e outras despesas, inclusive as atuariais referentes aos planos de pensão e de saúde para participantes inativos.

As informações contábeis por área de negócio foram elaboradas com base na premissa da controlabilidade, objetivando atribuir às áreas de negócio somente os itens sobre os quais estas áreas tenham efetivo controle.

Destacamos abaixo os principais critérios utilizados na apuração de resultados por áreas de negócio:

- Receita operacional líquida: foram consideradas as receitas relativas às vendas realizadas a clientes externos, acrescidas dos faturamentos entre as áreas de negócio, tendo como referência os preços internos de transferência definidos entre as áreas;
- Custos e despesas incluem os custos dos produtos e serviços vendidos, que são apurados por área de negócio considerando o preço interno de transferência e os demais custos operacionais de cada segmento, bem como as despesas operacionais, nas quais são consideradas as despesas efetivamente incorridas em cada área;
- Ativos: contemplam os ativos relativos a cada área.

(Tradução livre do original em inglês)

## PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. – PETROBRAS E CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS

(Continuação)

Em milhões de dólares norte-americanos

(exceto quando indicado o contrário)

### 23. Informações sobre Segmentos de Negócios (Continuação)

Os ativos da Companhia segregados por segmento estão demonstrados a seguir:

	Exercício findo em 31 de dezembro de 2006							Total
	Exploração e produção	Abastecimento	Gás e energia	Internacional (ver demonstração em separado)	Distribuição	Corporativo	Eliminações	
Ativo circulante (1)	2.966	9.668	1.256	2.371	1.978	15.413	(2.697)	30.955
Caixa e equivalentes de caixa	-	-	-	-	-	12.688	-	12.688
Outros ativos circulantes	2.966	9.668	1.256	2.371	1.978	2.725	(2.697)	18.267
Participações em empresas não consolidadas e outros investimentos	33	970	394	1.721	20	124	-	3.262
Imobilizado, líquido	33.979	9.828	6.828	5.722	1.468	1.072	-	58.897
Ativo realizável a longo prazo	1.388	354	1.119	460	209	2.523	(487)	5.566
Conta petróleo e álcool	-	-	-	-	-	368	-	368
Títulos governamentais	-	-	-	-	-	479	-	479
Outros ativos (1)	1.388	354	1.119	460	209	1.676	(487)	4.719
Total do ativo	38.366	20.820	9.597	10.274	3.675	19.132	(3.184)	98.680

(1) Para a conformidade das demonstrações contábeis de cada segmento de negócios com as melhores práticas das empresas do setor de Petróleo e Gás, e para o aperfeiçoamento da compreensão da administração da Petrobras, a Companhia passou a alocar, a partir do primeiro trimestre de 2006, todos os resultados financeiros e itens de caráter financeiro ao nível empresarial.

(Tradução livre do original em inglês)

## PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. – PETROBRAS E CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS

(Continuação)

Em milhões de dólares norte-americanos

(exceto quando indicado o contrário)

### 23. Informações sobre Segmentos de Negócios (Continuação)

	Exercício findo em 31 de dezembro de 2006						Total
	Exploração e produção	Abastecimento	Gás e energia	Distribuição	Corporativo	Eliminações	
Ativo circulante(1)	1.486	1.019	954	134	219	(1.441)	2.371
Caixa e equivalentes de caixa	-	-	-	-	-	-	-
Outros ativos circulantes	1.486	1.019	954	134	219	(1.441)	2.371
Participações em empresas não consolidadas e outros investimentos	990	360	280	66	25	-	1.721
Imobilizado, líquido	4.436	834	216	162	94	(20)	5.722
Ativo realizável a longo prazo	546	36	49	13	669	(853)	460
Outros ativos (1)	546	36	49	13	669	(853)	460
Total do ativo	7.458	2.249	1.499	375	1.007	(2.314)	10.274

(1) Para a conformidade das demonstrações contábeis de cada segmento de negócios com as melhores práticas das empresas do setor de Petróleo e Gás, e para o aperfeiçoamento da compreensão da administração da Petrobras, a Companhia passou a alocar, a partir do primeiro trimestre de 2006, todos os resultados financeiros e itens de caráter financeiro ao nível empresarial.

(Tradução livre do original em inglês)

## PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. – PETROBRAS E CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS

(Continuação)

Em milhões de dólares norte-americanos

(exceto quando indicado o contrário)

### 23. Informações sobre Segmentos de Negócios (Continuação)

	Exercício findo em 31 de dezembro de 2005							Total
	Exploração e produção	Abastecimento	Gás e Energia	Internacional (ver demonstração em separado)	Distribuição	Corporativo	Eliminações	
Ativo circulante (1)	2.770	8.116	1.052	1.815	1.918	12.644	(2.531)	25.784
Caixa e equivalentes de caixa	-	-	-	-	-	9.871	-	9.871
Outros ativos circulantes	2.770	8.116	1.052	1.815	1.918	2.773	(2.531)	15.913
Participações em empresas não consolidadas e outros investimentos	9	822	438	418	20	103	-	1.810
Imobilizado, líquido	25.876	8.098	5.328	4.655	1.238	768	(43)	45.920
Ativo realizável a longo prazo	971	396	1.349	459	392	1.780	(223)	5.124
Conta petróleo e álcool	-	-	-	-	-	329	-	329
Títulos governamentais	-	-	-	-	-	364	-	364
Outros ativos (1)	971	396	1.349	459	392	1.087	(223)	4.431
Total do ativo	29.626	17.432	8.167	7.347	3.568	15.295	(2.797)	78.638

(1) Para a conformidade das demonstrações contábeis de cada segmento de negócios com as melhores práticas das empresas do setor de Petróleo e Gás, e para o aperfeiçoamento da compreensão da administração da Petrobras, a Companhia passou a alocar, a partir do primeiro trimestre de 2006, todos os resultados financeiros e itens de caráter financeiro ao nível empresarial.

(Tradução livre do original em inglês)

## PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. – PETROBRAS E CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS

(Continuação)

Em milhões de dólares norte-americanos

(exceto quando indicado o contrário)

### 23. Informações sobre Segmentos de Negócios (Continuação)

	Exercício findo em 31 de dezembro de 2005						Total
	Exploração e produção	Abastecimento	Gás e energia	Distribuição	Corporativo	Eliminações	
Ativo circulante (1)	1.486	660	552	72	227	(1.182)	1.815
Caixa e equivalentes de caixa	-	-	-	-	-	-	-
Outros ativos circulantes	1.486	660	552	72	227	(1.182)	1.815
Participações em empresas não consolidadas e outros investimentos	141	51	204	-	22	-	418
Imobilizado, líquido	3.801	530	192	78	59	(5)	4.655
Ativo realizável a longo prazo	483	34	57	22	2.173	(2.310)	459
Outros ativos (1)	483	34	57	22	2.173	(2.310)	459
Total do ativo	5.911	1.275	1.005	172	2.481	(3.497)	7.347

(1) Para a conformidade das demonstrações contábeis de cada segmento de negócios com as melhores práticas das empresas do setor de Petróleo e Gás, e para o aperfeiçoamento da compreensão da administração da Petrobras, a Companhia passou a alocar, a partir do primeiro trimestre de 2006, todos os resultados financeiros e itens de caráter financeiro ao nível empresarial.

(Tradução livre do original em inglês)

## PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. – PETROBRAS E CONTROLADAS

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS

(Continuação)

Em milhões de dólares norte-americanos

(exceto quando indicado o contrário)

#### 23. Informações sobre Segmentos de Negócios (Continuação)

Receitas e lucro líquido segregados por segmento estão demonstrados a seguir:

	Exercício findo em 31 de dezembro de 2006							Total
	Exploração e produção	Abastecimento	Gás e energia	Internacional (ver demonstração em separado)	Distribuição	Corporativo	Eliminações	
Receitas operacionais líquidas com terceiros	3.351	42.831	2.833	4.938	18.394	-	-	72.347
Receitas operacionais líquidas entre segmentos	32.387	15.128	1.257	1.133	287	-	(50.192)	-
Receitas operacionais líquidas	35.738	57.959	4.090	6.071	18.681	-	(50.192)	72.347
Custo das vendas	(13.635)	(51.802)	(3.531)	(4.088)	(16.967)	-	49.962	(40.061)
Depreciação, exaustão e amortização	(2.166)	(669)	(197)	(417)	(143)	(81)	-	(3.673)
Exploração, incluindo poços secos	(501)	-	-	(433)	-	-	-	(934)
Perda com ativos (“impairment”)	(20)	-	-	(1)	-	-	-	(21)
Despesas de vendas, gerais e administrativas	(465)	(1.357)	(360)	(540)	(982)	(1.306)	21	(4.989)
Despesas com pesquisa e desenvolvimento	(346)	(141)	(78)	(2)	(5)	(155)	-	(727)
Outras despesas operacionais	(22)	(40)	(270)	(22)	(77)	(662)	12	(1.081)
Custos e despesas	(17.155)	(54.009)	(4.436)	(5.503)	(18.174)	(2.204)	49.995	(51.486)
Participação no resultado de empresas não consolidadas	-	5	(1)	37	-	(13)	-	28
Receitas (despesas) financeiras, líquidas (1)	-	-	-	-	-	(100)	-	(100)
Despesas de benefícios aos funcionários	-	-	-	-	-	(1.017)	-	(1.017)
Outros impostos	(45)	(73)	(49)	(63)	(79)	(285)	-	(594)
Outras despesas, líquidas	(73)	(20)	(15)	30	23	38	-	(17)
Lucro (prejuízo) antes de IR, CSL, participação minoritária, item extraordinário e da mudança de prática contábil	18.465	3.862	(411)	572	451	(3.581)	(197)	19.161
Benefício (despesa) de imposto de renda	(6.278)	(1.312)	140	(255)	(153)	2.100	67	(5.691)
Participação minoritária	(229)	(10)	(231)	(194)	-	20	-	(644)
Lucro (Prejuízo) líquido do exercício	11.958	2.540	(502)	123	298	(1.461)	(130)	12.826

(1) Para a conformidade das demonstrações contábeis de cada segmento de negócios com as melhores práticas das empresas do setor de Petróleo e Gás, e para o aperfeiçoamento da compreensão da administração da Petrobras, a Companhia passou a alocar, a partir do primeiro trimestre de 2006, todos os resultados financeiros e itens de caráter financeiro ao nível empresarial.

(Tradução livre do original em inglês)

## PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS

(Continuação)

Em milhões de dólares norte-americanos

(exceto quando indicado o contrário)

### 23. Informações sobre Segmentos de Negócios (Continuação)

	Exercício findo em 31 de dezembro de 2006						Total
	Exploração e produção	Abastecimento	Gás e energia	Distribuição	Corporativo	Eliminações	
Receitas operacionais líquidas com terceiros	685	2.068	719	1.440	26	-	4.938
Receitas operacionais líquidas entre segmentos	1.831	1.450	41	6	-	(2.195)	1.133
Receitas operacionais líquidas	2.516	3.518	760	1.446	26	(2.195)	6.071
Custo das vendas	(948)	(3.307)	(577)	(1.433)	(26)	2.203	(4.088)
Depreciação, exaustão e amortização	(309)	(65)	(14)	(16)	(13)	-	(417)
Exploração, incluindo poços secos	(433)	-	-	-	-	-	(433)
Perda com ativos ("Impairment")	(1)	-	-	-	-	-	(1)
Despesas de vendas, gerais e administrativas	(154)	(85)	(17)	(99)	(185)	-	(540)
Despesas com pesquisa e desenvolvimento	-	-	-	-	(2)	-	(2)
Outras despesas operacionais	(4)	4	13	9	(44)	-	(22)
Custos e despesas	(1.849)	(3.453)	(595)	(1.539)	(270)	2.203	(5.503)
Participação no resultado de empresas não consolidadas	20	12	2	-	3	-	37
Outros impostos	(13)	(8)	-	(2)	(40)	-	(63)
Outras despesas, líquidas	29	-	11	33	(43)	-	30
Lucro (prejuízo) antes de IR, CSL, participação minoritária e da mudança de prática contábil	703	69	178	(62)	(324)	8	572
Benefício (despesa) de imposto de renda	(305)	(25)	(79)	28	130	(4)	(255)
Participação minoritária	(172)	(14)	(22)	25	(11)	-	(194)
Lucro (Prejuízo) líquido do exercício	226	30	77	(9)	(205)	4	123

(Tradução livre do original em inglês)

## PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS

(Continuação)

Em milhões de dólares norte-americanos

(exceto quando indicado o contrário)

### 23. Informações sobre Segmentos de Negócios (Continuação)

	Exercício findo em 31 de dezembro de 2005							Total
	Exploração e produção (1)	Abastecimento (1)	Gás e energia	Internacional (ver demonstração em separado)	Distribuição	Corporativo	Eliminações	
Receitas operacionais líquidas com terceiros	1.874	33.229	1.932	3.647	15.642	-	-	56.324
Receitas operacionais líquidas entre segmentos	26.950	12.286	1.232	880	225	-	(41.573)	-
Receitas operacionais líquidas	28.824	45.515	3.164	4.527	15.867	-	(41.573)	56.324
Custo das vendas	(11.327)	(40.033)	(2.484)	(2.425)	(14.357)	-	40.798	(29.828)
Depreciação, exaustão e amortização	(1.571)	(644)	(105)	(461)	(100)	(45)	-	(2.926)
Exploração, incluindo poços secos e perda com ativos ("impairment")	(860)	-	-	(149)	-	-	-	(1.009)
	(22)	-	-	(134)	-	-	-	(156)
Despesas de vendas, gerais e administrativas	(358)	(1.195)	(612)	(424)	(914)	(1.026)	55	(4.474)
Despesas com pesquisa e desenvolvimento	(153)	(55)	(22)	(2)	(1)	(166)	-	(399)
Outras despesas operacionais	(45)	(130)	(475)	(123)	59	(739)	-	(1.453)
Custos e despesas	(14.336)	(42.057)	(3.698)	(3.718)	(15.313)	(1.976)	40.853	(40.245)
Participação no resultado de empresas não consolidadas	-	10	56	68	-	5	-	139
Receitas (despesas) financeiras, líquidas	-	-	-	-	-	(231)	-	(231)
Despesas de benefícios aos funcionários	-	-	-	-	-	(994)	-	(994)
Outros impostos	(20)	(32)	(23)	(51)	(68)	(179)	-	(373)
Outras despesas, líquidas	(15)	(7)	(11)	27	(15)	(7)	-	(28)
Lucro (prejuízo) antes de IR, CSL, participação minoritária, item extraordinário e da mudança de prática contábil	14.453	3.429	(512)	853	471	(3.382)	(720)	14.592
Benefício (despesa) de imposto de renda	(4.914)	(1.163)	193	(289)	(1604)	1.647	245	(4.441)
Participação minoritária	(70)	(21)	(23)	(38)	-	187	-	35
Lucro (prejuízo) antes do efeito da mudança das prática contábil	9.469	2.245	(342)	526	311	(1.548)	(475)	10.186
Ganho extraordinário líquido de impostos	-	-	-	-	-	158	-	158
Lucro (Prejuízo) líquido do exercício	9.469	2.245	(342)	526	311	(1.390)	(475)	10.344

(1) Em 2005 as receitas da comercialização de petróleo a terceiros foram classificadas de acordo com o pontos de venda, podendo ser os segmentos de Exploração e Produção, ou Fornecimento. Até 2004 as receitas da comercialização de petróleo eram totalmente alocadas em Exploração e Produção. Tal classificação não criava um impacto relevante nos resultados constatados para estes segmentos, sendo que as informações dos segmentos não foram re-classificadas em vista de não ser prático coletar dados sobre os pontos de venda para períodos anteriores.

(2) Para a conformidade das demonstrações contábeis de cada segmento de negócios com as melhores práticas das empresas do setor de Petróleo e Gás, e para o aperfeiçoamento da compreensão da administração da Petrobras, a Companhia passou a alocar, a partir do primeiro trimestre de 2006, todos os resultados financeiros e itens de caráter financeiro ao nível empresarial.

(Tradução livre do original em inglês)

## PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS

(Continuação)

Em milhões de dólares norte-americanos

(exceto quando indicado o contrário)

### 23. Informações sobre Segmentos de Negócios (Continuação)

	Exercício findo em 31 de dezembro de 2005						Total
	Exploração e produção	Abastecimento	Gás e energia	Distribuição	Corporativo	Eliminações	
Receitas operacionais líquidas com terceiros	920	1.079	536	1.090	22	-	3.647
Receitas operacionais líquidas entre segmentos	1.476	1.279	31	4	-	(1.910)	880
Receitas operacionais líquidas	2.396	2.358	567	1.094	22	(1.910)	4.527
Custo das vendas	(665)	(2.151)	(452)	(1.020)	(22)	1.885	(2.425)
Depreciação, exaustão e amortização	(360)	(65)	(13)	(11)	(12)	-	(461)
Exploração, incluindo poços secos	(142)	-	-	(7)	-	-	(149)
Perda com Ativos ("Impairment")	(134)	-	-	-	-	-	(134)
Despesas de vendas, gerais e administrativas	(123)	(60)	(7)	(68)	(166)	-	(424)
Despesas com pesquisa e desenvolvimento	-	-	-	-	(2)	-	(2)
Outras despesas operacionais	(144)	11	8	1	(47)	48	(123)
Custos e despesas	(1.568)	(2.265)	(464)	(1.105)	(249)	1.933	(3.718)
Participação no resultado de empresas não consolidadas	4	18	2	-	40	4	68
Outros impostos	(14)	(5)	(1)	(1)	(30)	-	(51)
Outras despesas, líquidas	(5)	(1)	-	-	33	-	27
Lucro (prejuízo) antes de IR, CSL, participação minoritária, item extraordinário e mudança de prática contábil	813	105	104	(12)	(184)	27	853
Benefício (despesa) de imposto de renda	(275)	(36)	(35)	4	212	(9)	(139)
Participação minoritária	15	(20)	(10)	3	(26)	-	(38)
Lucro (Prejuízo) líquido do exercício	553	49	59	(5)	(148)	18	526

(1) Para a conformidade das demonstrações contábeis de cada segmento de negócios com as melhores práticas das empresas do setor de Petróleo e Gás, e para o aperfeiçoamento da compreensão da administração da Petrobras, a Companhia passou a alocar, a partir do primeiro trimestre de 2006, todos os resultados financeiros e itens de caráter financeiro ao nível empresarial.

(Tradução livre do original em inglês)

## PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS

(Continuação)

Em milhões de dólares norte-americanos

(exceto quando indicado o contrário)

#### 23. Informações sobre Segmentos de Negócios (Continuação)

	Exercício findo em 31 de dezembro de 2004							Total
	Exploração e produção	Abastecimento	Gás e energia	Internacional (ver demonstração em separado)	Distribuição	Corporativo	Eliminações	
Receitas operacionais líquidas com terceiros	2.487	20.981	1.547	3.085	10.328	-	-	38.428
Receitas operacionais líquidas entre segmentos	16.384	7.786	474	519	158	-	(25.321)	-
Receitas operacionais líquidas	18.871	28.767	2.021	3.604	10.486	-	(25.321)	38.428
Custo das vendas	(7.093)	(25.915)	(1.995)	(1.871)	(9.470)	-	25.065	(21.279)
Depreciação, exaustão e amortização	(1.322)	(548)	(100)	(423)	(59)	(29)	-	(2.481)
Exploração, incluindo poços secos	(419)	-	-	(194)	-	-	-	(613)
Perda com ativos ("Impairment")	(51)	-	(14)	-	-	-	-	(65)
Despesas de vendas, gerais e administrativas	(235)	(960)	(178)	(334)	(567)	(627)	-	(2.901)
Despesas com pesquisa e desenvolvimento	(109)	(53)	(9)	(2)	(2)	(73)	-	(248)
Outras despesas operacionais	29	(57)	(188)	(48)	(78)	(138)	-	(480)
Custos e despesas	(9.200)	(27.533)	(2.484)	(2.872)	(10.176)	(867)	25.065	(28.067)
Participação no resultado de empresas não consolidadas	-	12	68	92	-	-	-	172
Receitas (despesas) financeiras, líquidas (1)	-	-	-	-	-	(327)	-	(327)
Despesas de benefícios aos funcionários	-	-	-	-	-	(650)	-	(650)
Outros impostos	(12)	(25)	(30)	(47)	(54)	(272)	-	(440)
Outras despesas, líquidas	(117)	24	(8)	(10)	(2)	(68)	-	(181)
Lucro (prejuízo) antes de IR, CSL, participação minoritária, item extraordinário e mudança de prática contábil	9.542	1.245	(433)	767	254	(2.184)	(256)	8.935
Benefício (despesa) de imposto de renda	(3.244)	(419)	170	(51)	(86)	1.312	87	(2.231)
Participação minoritária	(349)	(1)	(84)	(148)	-	68	-	(514)
Lucro (Prejuízo) líquido do exercício	5.949	825	(347)	568	168	(804)	(169)	6.190

(1) Para a conformidade das demonstrações contábeis de cada segmento de negócios com as melhores práticas das empresas do setor de Petróleo e Gás, e para o aperfeiçoamento da compreensão da administração da Petrobras, a Companhia passou a alocar, a partir do primeiro trimestre de 2006, todos os resultados financeiros e itens de caráter financeiro ao nível empresarial.

(Tradução livre do original em inglês)

## PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS

(Continuação)

Em milhões de dólares norte-americanos

(exceto quando indicado o contrário)

### 23. Informações sobre Segmentos de Negócios (Continuação)

	Exercício findo em 31 de dezembro de 2004						Total
	Exploração e produção	Abastecimento	Gás e energia	Distribuição	Corporativo	Eliminações	
Receitas operacionais líquidas com terceiros	713	1.084	405	865	18	-	3.085
Receitas operacionais líquidas entre segmentos	1.087	1.076	26	15	-	(1.685)	519
Receitas operacionais líquidas	1.800	2.160	431	880	18	(1.685)	3.604
Custo das vendas	(461)	(1.797)	(337)	(940)	(17)	1.681	(1.871)
Depreciação, exaustão e amortização	(326)	(63)	(13)	(10)	(11)	-	(423)
Exploração, incluindo poços secos e perda com ativos ("impairment")	(194)	-	-	-	-	-	(194)
Despesas de vendas, gerais e administrativas	(111)	(53)	(11)	(60)	(99)	-	(334)
Despesas com pesquisa e desenvolvimento	-	-	-	-	(2)	-	(2)
Outras despesas operacionais	(75)	9	12	(2)	8	-	(48)
Custos e despesas	(1.167)	(1.904)	(349)	(1.012)	(121)	1.681	(2.872)
Participação no resultado de empresas não consolidadas	8	21	7	-	56	-	92
Outros impostos	(16)	(7)	-	(7)	(17)	-	(47)
Outras despesas, líquidas	14	-	-	-	(24)	-	(10)
Lucro (prejuízo) antes de IR, CSL, participação minoritária, item extraordinário e mudança de prática contábil	639	270	89	(139)	(88)	(4)	767
Benefício (despesa) de imposto de renda	(140)	(60)	(20)	31	137	1	(51)
Participação minoritária	5	(4)	(2)	(4)	(143)	-	(148)
Lucro (Prejuízo) líquido do exercício	504	206	67	(112)	(94)	(3)	568

(1) Para a conformidade das demonstrações contábeis de cada segmento de negócios com as melhores práticas das empresas do setor de Petróleo e Gás, e para o aperfeiçoamento da compreensão da administração da Petrobras, a Companhia passou a alocar, a partir do primeiro trimestre de 2006, todos os resultados financeiros e itens de caráter financeiro ao nível empresarial.

(Tradução livre do original em inglês)

## PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS

(Continuação)

Em milhões de dólares norte-americanos

(exceto quando indicado o contrário)

#### 23. Informações sobre Segmentos de Negócios (Continuação)

Os gastos de capital realizados pelo segmento nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2006, 2005 e 2004 foram:

	Exercício findo em 31 de dezembro		
	2006	2005	2004
Exploração e produção	7.329	6.127	4.574
Abastecimento	1.936	1.749	1.367
Gás e energia	1.664	694	782
Internacional			
Exploração e produção	2.304	1.067	666
Abastecimento	202	79	43
Distribuição	77	16	12
Gás e energia	54	13	6
Distribuição	351	207	47
Corporativo	726	413	221
	<b>14.643</b>	<b>10.365</b>	<b>7.718</b>

Seguem abaixo as vendas brutas da Companhia, classificadas por destino geográfico:

	Exercício findo em 31 de dezembro		
	2006	2005	2004
Brasil	70.733	57.669	40.905
Internacional	23.160	16.396	11.049
	<b>93.893</b>	<b>74.065</b>	<b>51.954</b>

Os valores totais de venda de produtos e serviços a dois grandes clientes 2006 foram de US\$7.978 e US\$5.689 (US\$6.258 e US\$4.594 em 2005; e de US\$4.269 e US\$3.108 em 2004).

(Tradução livre do original em inglês)

## PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS

(Continuação)

Em milhões de dólares norte-americanos

(exceto quando indicado o contrário)

#### 24. Transações com Partes Relacionadas

A Companhia é controlada pelo Governo Federal e mantém diversas transações com outras empresas estatais no curso normal de suas operações.

As transações com partes relacionadas significativas resultaram nos seguintes saldos:

	Exercício findo em 31 de dezembro			
	2006		2005	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
PETROS (fundo de pensão)	479	71	362	15
Banco do Brasil S.A.	5.014	517	5.944	56
BNDES (Nota 12 (b))	-	1.491	-	589
BNDES (projetos estruturados)	-	1.823	-	1.336
Governo Federal	-	1.190	-	966
Depósitos vinculados para processos judiciais	676	-	637	-
Títulos governamentais	67	-	269	-
Conta Petróleo e Álcool - créditos junto ao Governo Federal (Nota 11)	368	-	329	-
Outros	786	149	1.926	776
	<b>7.390</b>	<b>5.241</b>	9.467	3.738
Circulante	<b>5.382</b>	<b>2.957</b>	7.458	2.400
Longo prazo	<b>2.008</b>	<b>2.284</b>	2.009	1.338

(Tradução livre do original em inglês)

## PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS

(Continuação)

Em milhões de dólares norte-americanos

(exceto quando indicado o contrário)

#### 24. Transações com Partes Relacionadas (Continuação)

Os saldos acima foram incluídos nas seguintes contas patrimoniais:

	Exercício findo em 31 de dezembro			
	2006		2005	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Ativo				
Circulante:				
Caixa e equivalentes de caixa	4.497	-	5.908	-
Contas a receber (Nota 6)	653	-	308	-
Outros ativos circulantes	232	-	1.242	-
Outros				
Contas a receber (Nota 6)	-	-	32	-
Títulos governamentais	67	-	269	-
Conta Petróleo e Álcool - créditos junto ao Governo Federal. (Nota 11)	368	-	329	-
Depósitos vinculados para processos judiciais	676	-	637	-
Plano de pensão	479	-	362	-
Outros ativos	418	-	380	-
Passivo				
Circulante				
Parcela circulante dos empréstimos de longo prazo	-	148	-	70
Passivo circulante	-	68	-	723
Dividendos e juros sobre o capital próprio devidos Ao Governo Federal	-	1.743	-	966
Parcela circulante de projetos estruturados	-	998	-	640
Longo prazo				
Financiamentos de longo prazo	-	1.342	-	545
Projetos estruturados	-	825	-	696
Outros passivos	-	117	-	98
	<b>7.390</b>	<b>5.241</b>	9.467	3.738

(Tradução livre do original em inglês)

## PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS  
(Continuação)

Em milhões de dólares norte-americanos  
(exceto quando indicado o contrário)

### 24. Transações com Partes Relacionadas (Continuação)

O valor das principais operações comerciais e financeiras com partes relacionadas pode ser apresentado como segue:

	Exercício findo em 31 de dezembro					
	2006		2005		2004	
	Receita	Despesa	Receita	Despesa	Receita	Despesa
Venda de produtos e serviços:						
BRASKEM S.A.	1.788	-	1.488	-	1.049	-
COPEL S.A.	1.132	-	373	-	501	-
Manaus Energia S.A.	-	-	-	-	-	-
Petroquímica União S.A.	588	-	885	-	828	(15)
Outras	315	-	954	-	582	-
	-	-	-	-	-	-
Receitas financeiras:						
Conta Petróleo e Álcool - Créditos junto ao Governo Federal (Nota 11)	7	-	9	-	4	-
Títulos governamentais	-	-	-	-	3	-
Outras	71	-	47	-	(113)	-
Despesas financeiras	-	8	-	11	-	13
Outras despesas, líquidas	-	(2)	-	(262)	2	-
	<b>3.905</b>	<b>6</b>	<b>3.756</b>	<b>(251)</b>	<b>2.856</b>	<b>(2)</b>

### 25. Contabilização dos Custos de Abandono de Poços Exploratórios

A Companhia contabiliza seus custos de prospecção de acordo com o Pronunciamento sobre Normas de Contabilidade Financeira N° 19 “Contabilidade Financeira e Relatórios de Companhias Petrolíferas” (SFAS 19). Em 4 de abril de 2005, o Conselho de Normas de Contabilidade Financeira (FASB) adotou o FASB (*FASB Staff Position*) FSP SFAS 19-1, que poderia alterar o SFAS N° 19 quanto ao diferimento dos custos de prospecção. A Companhia adotou a posição técnica proposta pelo FASB (*FASB Staff Position FAS 19-1*), “Contabilização dos custos de abandono de poços exploratórios” em vigor a partir de 1° de janeiro de 2005. Não houve impactos relevantes decorrentes dessa adoção.

(Tradução livre do original em inglês)

## **PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS

(Continuação)

Em milhões de dólares norte-americanos

(exceto quando indicado o contrário)

---

### **25. Contabilização dos Custos de Abandono de Poços Exploratórios (Continuação)**

Os custos incorridos pela Companhia na perfuração de poços exploratórios que resultam na descoberta de quantidades comerciais de petróleo e gás são ativados no balanço patrimonial na rubrica “Imobilizado” como reservas de petróleo e gás não provadas. Anualmente, a Companhia efetua a baixa dos custos referentes a esses poços onde não se encontram suficientes reservas provadas que justifiquem sua exploração comercial, a menos que (1) o poço esteja localizado em uma área que necessite de vultosos investimentos pré-operacionais, e (2) estejam sendo realizadas ou decididamente planejadas atividades de prospecção adicionais que justifiquem os gastos investidos.

Em 31 de dezembro de 2006, o valor total de reservas não comprovadas de petróleo e gás era de US\$2.054, sendo que deste valor US\$321 (US\$195 dos quais relativos a projetos no Brasil) representam custos a custos capitalizados há mais de um ano, em geral decorrentes (1) da prorrogação de atividades exploratórias vinculadas à produção *offshore*, e (2) dos efeitos temporários da desregulamentação do mercado brasileiro de petróleo e gás, como descrito abaixo.

(Tradução livre do original em inglês)

## **PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS

(Continuação)

Em milhões de dólares norte-americanos

(exceto quando indicado o contrário)

---

### **25. Contabilização dos Custos de Abandono de Poços Exploratórios (Continuação)**

Em 1998, o monopólio do setor de petróleo e gás concedido à Companhia pelo governo federal chegou ao fim, levando à assinatura de contratos de concessão com a Agência Nacional de Petróleo (ANP) para todas as áreas exploradas e desenvolvidas pela Companhia anteriormente a 1998, no total de 397 blocos. Desde 1998, a ANP promove rodadas de licitação referentes a direitos exploratórios, permitindo à Companhia a aquisição de blocos adicionais. Uma vez descoberto um poço exploratório em uma concessão, deve-se submeter um “Plano de Avaliação” à aprovação da ANP, incluindo detalhes sobre o planejamento de atividades de prospecção para poços adicionais. Deve-se submeter um Plano de Avaliação apenas para aquelas concessões cujos estudos de viabilidade técnico-econômica evidenciem as justificativas para a conclusão de poços exploratórios existentes no local. As atividades de prospecção para poços exploratórios adicionais não poderão ser iniciadas até que a ANP aprove o Plano de Avaliação. Caso as empresas concessionárias não encontrem quantidades comerciais de petróleo e gás dentro de prazos determinados (geralmente de 4 a 6 anos, dependendo das características de cada área exploratória), o bloco objeto da concessão deverá ser abandonado e devolvido à ANP. Uma vez que a Companhia foi obrigada a avaliar uma grande quantidade de blocos em um prazo restrito, mesmo tendo sido encontradas reservas suficientes em um poço exploratório que justificassem a finalização das atividades e outros poços estejam decididamente planejados, a extinção de recursos e de prazo em outras concessões determinou o cronograma das atividades de prospecção adicionais.

(Tradução livre do original em inglês)

## PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS

(Continuação)

Em milhões de dólares norte-americanos

(exceto quando indicado o contrário)

#### 25. Contabilização dos Custos de Abandono de Poços Exploratórios (Continuação)

O quadro a seguir apresenta a movimentação dos custos de prospecção capitalizados durante 2006 e 2005.

	Reservas de petróleo e gás não provadas (*)	
	Exercício findo em 31 de dezembro	
	2006	2005
Saldo inicial em 1º de janeiro	2.061	1.684
Adições a custos capitalizados de reservas não provadas	2.186	1.247
Custos exploratórios capitalizados debitados ao resultado	(493)	(597)
Vendas de reservas	(199)	-
Transferências ao imobilizado à medida que as reservas são consideradas provadas	(1.614)	(423)
Ajustes acumulados de conversão	113	150
Saldo final em 31 de dezembro	2.054	2.061

(\*) Montantes capitalizados e depois debitados ao resultado no mesmo período não estão incluídos na tabela acima.

O quadro a seguir apresenta os custos de prospecção capitalizados por idade, considerando a data de conclusão das atividades de perfuração, e a quantidade de projetos cujos custos de prospecção foram capitalizados por prazo superior a um ano desde a finalização das atividades de perfuração:

	Reservas de petróleo e gás não provadas	
	Exercício findo em 31 de dezembro	
	2006	2005
Custos de prospecção capitalizados até um ano	1.733	1.155
Custos de prospecção capitalizados acima de um ano	321	906
Saldo final	2.054	2.061
Quantidade de projetos cujos custos de prospecção foram capitalizados por prazo superior a um ano	50	42

(Tradução livre do original em inglês)

## **PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS  
(Continuação)

Em milhões de dólares norte-americanos  
(exceto quando indicado o contrário)

---

### **25. Contabilização dos Custos de Abandono de Poços Exploratórios (Continuação)**

Do total de US\$321 em 50 projetos incluindo poços suspensos por mais de um ano desde a conclusão das atividades de perfuração, aproximadamente US\$103 referem-se a poços localizados em áreas em que há atividades de perfuração já em andamento ou firmemente planejadas para o futuro próximo e cujo “Plano de Avaliação” foi submetido à aprovação da ANP, e aproximadamente US\$54 referem-se a atividades necessárias à avaliação das reservas e seu potencial de desenvolvimento.

Os US\$321 do custo de poços suspensos capitalizados por um prazo superior a um ano em 31 de dezembro de 2006, representam 66 poços exploratórios, sendo que o quadro a seguir demonstra a época das despesas para a quantidade de poços:

Custos capitalizados por idade, considerando a data de conclusão das atividades de perfuração, por poços individuais:

	<u>Em milhões de dólares</u>	<u>Quantidade de poços</u>
2005	160	43
2004	120	11
2003	31	3
2002	-	-
2001	10	9
	<u>321</u>	<u>66</u>

(Tradução livre do original em inglês)

## PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS  
(Continuação)

Em milhões de dólares norte-americanos  
(exceto quando indicado o contrário)

---

### 26. Eventos Subseqüentes

#### (a) Global Notes

Em 4 de janeiro de 2007, a PIFCo, subsidiária integral da Petrobras, anunciou uma oferta para troca de títulos (Exchange) totalizando até US\$500 (valor de face) para as cinco séries de “notes” de sua emissão.

O objetivo da operação é oferecer aos investidores a oportunidade de substituir os títulos antigos pelo “*benchmark*” da PIFCo, emitido em 6 de outubro de 2006, com cupom de 6,125% ao ano e vencimento em 2016.

A liquidação da operação de troca de títulos ocorreu em 7 de fevereiro de 2007 e como resultado a PIFCo recebeu e aceitou ofertas no montante de US\$399 (Valor face). Todos os títulos antigos recebidos na troca foram cancelados na mesma data e como consequência, a PIFCo emitiu Global Notes com vencimento em 2016 e cupom de 6,125% a.a., no valor de US\$399, pagos semestralmente. Esses novos Notes constituem uma emissão única e fungível com os US\$500 lançados em 6 de outubro de 2006, totalizando US\$899 em títulos da emissão com vencimento em 2016. A PIFCo também pagou aos investidores o montante equivalente a US\$56 como resultado da oferta para troca dos títulos. A tabela abaixo resume o resultado da operação.

<u>Títulos antigos</u>	<u>Taxa Juros</u>	<u>Vencimento</u>	<u>US\$Milhões</u> <u>Principal após</u> <u>Liquidação</u>	<u>Total Aceito</u> <u>para Troca</u>
Global Step-Up Notes	12,375%	2008	127	8
Senior Notes	9,875%	2008	224	14
Senior Notes	9,750%	2011	236	51
Global Notes	9,125%	2013	374	124
Global Notes	7,750%	2014	398	202
			<u>1.359</u>	<u>399</u>

(Tradução livre do original em inglês)

## PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS

(Continuação)

Em milhões de dólares norte-americanos

(exceto quando indicado o contrário)

---

#### 26. Eventos Subseqüentes (Continuação)

##### (a) Global Notes (Continuação)

<u>Títulos novos</u>	<u>Taxa Juros</u>	<u>Vencimento</u>	<u>US\$Milhões</u> <u>Principal após</u> <u>Liquidação</u>	<u>Total Aceito</u> <u>para Troca</u>
Global Notes	6,125%	2016	899	399
			<u>899</u>	<u>399</u>

##### (b) Locação da Usina Termelétrica a Gás de Araucária

A Petrobras comunicou em 3 de janeiro de 2007 que foram firmados dois contratos de locação e prestação de serviços com a UEG Araucária e COPEL. O primeiro contrato refere-se à locação da Usina Termelétrica a Gás de Araucária, firmando entre a Petrobras e UEG, com vigor até 31 de dezembro de 2007, podendo ser prorrogado por um período até 12 meses. O segundo contrato trata-se de prestação de serviços de operação e manutenção da UEG Araucária, firmado entre a Petrobras e a COPEL Geração, com vigor até 31 de dezembro de 2008, ou até o término do contrato de locação, o que ocorreu primeiro.

Pelos dois contratos, será devida uma parcela fixa mensal de US\$8,89 por MWh multiplicado pela potência (428,35 MW) e mais uma parcela variável mensal de US\$15,54 por MWh, em função da efetiva energia gerada. Esses recursos são destinados a cobrir todos os custos e tributos devidos pela UEG.

A assinatura desses contratos irá permitir uma melhor alocação do gás produzido para atender aos compromissos de lastro referentes à energia vendida pela Companhia.

(Tradução livre do original em inglês)

## **PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS

(Continuação)

Em milhões de dólares norte-americanos

(exceto quando indicado o contrário)

---

### **26. Eventos Subseqüentes (Continuação)**

#### **(c) Repactuação do plano PETROS**

Durante 2006 apresentamos aos empregados e aposentados participantes uma proposta de trazer equilíbrio para o Plano PETROS atual. Em 28 de fevereiro de 2007, a meta estabelecida de 2/3 (dois terços) dos participantes como o número mínimo de aceitação da repactuação foi atingida (ver Nota 16 (b)).

O processo de renegociação consiste em mudar o regulamento do plano, particularmente os artigos relacionados à maneira pela qual os benefícios são reajustados, desvinculando os reajustes dos benefícios pagos a aposentados e pensionistas, dos aumentos de salário concedidos a funcionários ativos e aposentados do INSS. Os benefícios do Plano PETROS, desvinculados do salário de funcionários ativos e reajustes de aposentadorias do INSS e do plano de pensão, serão ajustados com base no IPCA (Índice de Preços ao Consumidor).

O incentivo financeiro a ser concedido aos participantes, sejam funcionários ou aposentados, conforme negociado pelos representantes do sindicato de trabalhadores como uma contrapartida para a repactuação do Plano, totalizou US\$425 e foi pago em março de 2007.

(Tradução livre do original em inglês)

## **PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS  
(Continuação)

Em milhões de dólares norte-americanos  
(exceto quando indicado o contrário)

---

### **26. Eventos Subseqüentes (Continuação)**

#### **(c) Repactuação do plano PETROS (Continuação)**

A aprovação da proposta também abre caminho para obter acordos com as Representações Sindicais para liquidar e extinguir ações judiciais, particularmente a Ação Civil Pública com relação às questões de aposentadoria complementar do Sistema Petrobras. As solicitações que se referem aos itens a serem removidos das ações judiciais serão atendidas por meio do cálculo de seu valor atuarial e pagas pela Petrobras, em 20 anos, respeitando as condições de liquidez do plano.

#### **(d) Aquisição do Grupo Ipiranga**

Em 19 de março de 2007, Ultrapar Participações S.A. ("Ultrapar") celebrou, com a interveniência da Petróleo Brasileiro S.A. ("Petrobras") e Braskem S.A. ("Braskem"), contrato, irrevogável e irretroatável com os acionistas controladores da Refinaria de Petróleo Ipiranga S.A., Distribuidora de Produtos de Petróleo Ipiranga S.A e Companhia Brasileira de Petróleo Ipiranga, para a aquisição da totalidade das ações nestas empresas, incluindo ativos petroquímicos e de distribuição.

Após a conclusão da aquisição, os negócios do Grupo Ipiranga passarão a ser geridos por Petrobras, Ultrapar e Braskem. A Ultrapar deterá 100% dos ativos de distribuição de combustíveis e lubrificantes localizados nas regiões Sul e Sudeste, a Petrobras deterá 100% dos ativos de distribuição de combustíveis e lubrificantes localizados nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, a Petrobras e a Braskem deterão os ativos petroquímicos na proporção de 60% e 40% respectivamente. Os ativos relacionados às operações de refino de petróleo serão compartilhados igualmente entre Petrobras, Ultrapar e Braskem.

A finalização da operação prevista para o quarto trimestre de 2007, está dividida em diversas etapas de aquisição e incorporação de ações, cancelamento de registro de Companhias abertas na CVM e segregação de ativos.

O valor total estimado da operação foi de aproximadamente US\$4.0 bilhões, e a Petrobras pagará aproximadamente US\$1.3 bilhões pela sua participação na operação, que está sendo apresentada ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE e à Secretaria de Direito Econômico – SDE para apreciação.

(Tradução livre do original em inglês)

## **PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS**

### **INFORMAÇÕES ADICIONAIS SOBRE AS ATIVIDADES DE EXPLORAÇÃO E PRODUÇÃO DE PETRÓLEO E GÁS (NÃO AUDITADAS)**

Em milhões de dólares norte-americanos  
(exceto quando indicado o contrário)

---

Esta seção contém informações adicionais sobre as atividades de exploração e produção de petróleo e gás da Companhia, em conformidade com o SFAS N° 69 - Divulgações Sobre Atividades Relativas à Produção de Petróleo e Gás (“SFAS 69”). Os itens (i) a (iii) contêm informações sobre custos históricos de exploração, aquisição de propriedades e desenvolvimento, custos capitalizados e resultados das operações. Os itens (iv) e (v) contêm informações sobre as reservas provadas estimadas líquidas da Petrobras, valorização padronizada dos fluxos de caixa futuro descontado líquidos relativos às reservas provadas e mutações dos fluxos de caixa futuros descontados líquidos.

O Governo Federal iniciou em 1995 uma ampla reforma do sistema brasileiro de regulamentação do setor de petróleo e gás. Em 9 de novembro de 1995, a Constituição Federal brasileira foi modificada para autorizar a contratação pelo Governo Federal de outras empresas estatais ou mesmo do setor privado para prestar serviços referentes aos segmentos de exploração e produção (*upstream*) e de distribuição e revenda (*downstream*) da indústria brasileira de petróleo e gás, fazendo com que o exercício do monopólio estatal no setor fosse efetivamente retirado da Petrobras. Essa alteração foi introduzida pela Lei do Petróleo, que liberou o mercado de combustíveis no país a partir de 1° de janeiro de 2002.

A Lei do Petróleo prevê o estabelecimento de uma nova estrutura de regulamentação que termina com o monopólio da Petrobras e possibilita a concorrência em todos os aspectos do setor brasileiro de petróleo e gás. Segundo a Lei do Petróleo, a Petrobras é detentora do direito exclusivo de explorar reservas de petróleo pelo período de 27 anos em todos os campos já em produção. Contudo, a Lei do Petróleo estabeleceu uma estrutura de procedimentos para que a Petrobras requeira direitos de exploração exclusivos (e, em caso de sucesso, também de desenvolvimento) durante o período de até três anos em relação às áreas onde a Companhia comprove a existência de campos prospectivos. Para requerer o direito de explorar e desenvolver essas áreas, a Companhia teve que comprovar a capacidade financeira requerida para essas atividades considerando-se apenas recursos próprios ou juntamente com financiamentos ou parcerias.

A denominação “Internacional” inclui as atividades na Angola, Argentina, Bolívia, Colômbia, Equador, México, Nigéria, Peru, Estados Unidos da América, Venezuela, Irã, Líbia e Tanzânia. A Companhia não possui empresas não consolidadas que estejam materialmente envolvidas em atividades de exploração e produção. Os valores relacionados a tais empresas estão incluídos como “participação da Companhia em subsidiárias não consolidadas”.

(Tradução livre do original em inglês)

## **PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS**

### **INFORMAÇÕES ADICIONAIS SOBRE AS ATIVIDADES DE EXPLORAÇÃO E PRODUÇÃO DE PETRÓLEO E GÁS (NÃO AUDITADAS)**

Em milhões de dólares norte-americanos  
(exceto quando indicado o contrário)

---

#### **(i) Custos capitalizados relativos às atividades de produção de petróleo e gás**

A tabela a seguir apresenta o resumo dos custos capitalizados referentes às atividades de exploração e produção de petróleo e gás, juntamente com as correspondentes depreciação, exaustão e amortização acumuladas, e provisões para abandono:

	<b>Em 31 de dezembro de 2006</b>		
	<b>Brasil</b>	<b>Internacional</b>	<b>Total</b>
Reservas de petróleo e gás não provadas	<b>683</b>	<b>1.371</b>	<b>2.054</b>
Reservas de petróleo e gás provadas	<b>23.967</b>	<b>4.240</b>	<b>28.207</b>
Equipamentos de suporte	<b>13.851</b>	<b>454</b>	<b>14.305</b>
Custos capitalizados	<b>38.501</b>	<b>6.065</b>	<b>44.566</b>
Depreciação e exaustão	<b>(14.979)</b>	<b>(1.902)</b>	<b>(16.881)</b>
	<b>23.522</b>	<b>4.163</b>	<b>27.685</b>
Imobilizado em curso	<b>10.457</b>	<b>273</b>	<b>10.730</b>
	<b>33.979</b>	<b>4.436</b>	<b>38.415</b>
Participação proporcional nos custos líquidos capitalizados de companhias controladas em conjunto	<b>-</b>	<b>224</b>	<b>224</b>
Custos capitalizados, líquidos	<b>33.979</b>	<b>4.660</b>	<b>38.639</b>

(Tradução livre do original em inglês)

## PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS

### INFORMAÇÕES ADICIONAIS SOBRE AS ATIVIDADES DE EXPLORAÇÃO E PRODUÇÃO DE PETRÓLEO E GÁS (NÃO AUDITADAS)

Em milhões de dólares norte-americanos  
(exceto quando indicado o contrário)

**(i) Custos capitalizados relativos às atividades de produção de petróleo e gás  
(Continuação)**

	Em 31 de dezembro de 2005		
	Brasil	Internacional	Total
Reservas de petróleo e gás não provadas	1.340	721	2.061
Reservas de petróleo e gás provadas	18.734	4.374	23.108
Equipamentos de suporte	10.755	1.034	11.789
Custos capitalizados	30.829	6.129	36.958
Depreciação e exaustão	(14.378)	(2.463)	(16.841)
	16.451	3.666	20.117
Imobilizado em curso	9.418	135	9.553
Custos capitalizados, líquidos	25.869	3.801	29.670

**(ii) Custos incorridos na aquisição de campos para exploração de petróleo e gás e em atividades de exploração e desenvolvimento**

Os custos incorridos incluem despesas levadas ao resultado e valores capitalizados, conforme demonstrado abaixo:

	Em 31 de dezembro de 2006		
	Brasil	Internacional	Total
Aquisição de campos com reservas não provadas	-	86	86
Custos de exploração	38	630	668
Custos de desenvolvimento	1.752	430	2.182
	6.022	817	6.839
Participação proporcional nos custos líquidos capitalizados de companhias controladas em conjunto	7.812	1.963	9.775
	-	24	24
	7.812	1.987	9.799

(Tradução livre do original em inglês)

## PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS

### INFORMAÇÕES ADICIONAIS SOBRE AS ATIVIDADES DE EXPLORAÇÃO E PRODUÇÃO DE PETRÓLEO E GÁS (NÃO AUDITADAS)

Em milhões de dólares norte-americanos  
(exceto quando indicado o contrário)

#### (ii) Custos incorridos na aquisição de campos para exploração de petróleo e gás e em atividades de exploração e desenvolvimento (Continuação)

	Em 31 de dezembro de 2005		
	Brasil	Internacional	Total
Aquisição de campos com reservas não provadas	220	126	346
Custos de exploração	1.741	420	2.161
Custos de desenvolvimento	4.687	647	5.334
	<u>6.648</u>	<u>1.193</u>	<u>7.841</u>

  

	Em 31 de dezembro de 2004		
	Brasil	Internacional	Total
Aquisição de campos com reservas não provadas	156	17	173
Custos de exploração	1.003	250	1.253
Custos de desenvolvimento	3.591	404	3.995
	<u>4.750</u>	<u>671</u>	<u>5.421</u>

#### (iii) Resultado das atividades de produção de petróleo e gás

O resultado das operações da Companhia referente às atividades de produção de petróleo e gás para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2006, 2005 e 2004 está apresentado na tabela a seguir. A Companhia transfere basicamente toda a sua produção nacional de petróleo bruto e gás para o seu segmento de abastecimento no Brasil. Os preços calculados através da metodologia adotada pela Companhia não são indicativos do preço que a Companhia poderia conseguir pelo produto se o mesmo fosse comercializado em um mercado à vista não regulamentado. Além disso, os preços calculados através dessa metodologia também não são indicativos dos preços a serem obtidos pela Companhia depois de 1º de janeiro de 2002, quando a desregulamentação total dos preços do petróleo começou. Os preços adotados para gás são aqueles passíveis de serem obtidos em contratos com terceiros.

(Tradução livre do original em inglês)

## **PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS**

### **INFORMAÇÕES ADICIONAIS SOBRE AS ATIVIDADES DE EXPLORAÇÃO E PRODUÇÃO DE PETRÓLEO E GÁS (NÃO AUDITADAS)**

Em milhões de dólares norte-americanos  
(exceto quando indicado o contrário)

---

#### **(iii) Resultado das atividades de produção de petróleo e gás (Continuação)**

O resultado das operações da Companhia referente às atividades de produção de petróleo e gás para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2006, 2005 e 2004 está apresentado na tabela a seguir. A Companhia transfere basicamente toda a sua produção nacional de petróleo bruto e gás para o seu segmento de abastecimento no Brasil. Os preços calculados através da metodologia adotada pela Companhia não são indicativos do preço que a Companhia poderia conseguir pelo produto se o mesmo fosse comercializado em um mercado à vista não regulamentado. Além disso, os preços calculados através dessa metodologia também não são indicativos dos preços a serem obtidos pela Companhia depois de 1º de janeiro de 2002, quando a desregulamentação total dos preços do petróleo começou. Os preços adotados para gás são aqueles passíveis de serem obtidos em contratos com terceiros.

Os custos de produção são aqueles incorridos para operar e manter poços em produção e os correspondentes equipamentos e instalações, os quais incluem custos de mão-de-obra, de materiais, suprimentos, combustível consumido nas operações e o custo de operação de unidades de produção de gás natural. Os custos de produção incluem também despesas administrativas e depreciação e amortização de equipamentos relativos às atividades de produção.

As despesas de exploração incluem os custos de atividades geológicas e geofísicas e de poços de exploração não produtivos. As despesas de depreciação e amortização referem-se aos ativos empregados nas atividades de exploração e de desenvolvimento. Segundo o SFAS Nº 69, o imposto de renda e a contribuição social são calculados utilizando-se as alíquotas oficiais, considerando as deduções permitidas. Despesas e receitas financeiras não foram contempladas nos resultados abaixo.



(Tradução livre do original em inglês)

## PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS

### INFORMAÇÕES ADICIONAIS SOBRE AS ATIVIDADES DE EXPLORAÇÃO E PRODUÇÃO DE PETRÓLEO E GÁS (NÃO AUDITADAS)

Em milhões de dólares norte-americanos  
(exceto quando indicado o contrário)

#### (iii) Resultado das atividades de produção de petróleo e gás (Continuação)

	Em 31 de dezembro de 2004		
	Brasil	Internacional	Total
Receita operacional líquida:			
Vendas a terceiros	2.308	713	3.021
Intersegmentos (1)	16.001	1.087	17.088
	<u>18.309</u>	<u>1.800</u>	<u>20.109</u>
Custos de produção (2)	(6.771)	(461)	(7.232)
Despesas de exploração	(418)	(195)	(613)
Depreciação, exaustão e amortização	(1.322)	(327)	(1.649)
Perda de valor na recuperação de ativos de produção de petróleo e gás	(51)	-	(51)
Outras despesas operacionais	<u>(41)</u>	<u>(64)</u>	<u>(105)</u>
Resultado antes do imposto de renda	9.706	753	10.459
Despesa de imposto de renda	<u>(3.396)</u>	<u>(278)</u>	<u>(3.674)</u>
Resultado do exercício (líquido de despesas corporativas e de juros)	<u>6.310</u>	<u>475</u>	<u>6.785</u>

- (1) Não inclui US\$1.216 (US\$953 para 2005) relativos a atividades de prospecção de campos para os quais a Petrobras não é capaz de determinar a quantidade da reserva. Este valor está incluído nas receitas operacionais da Petrobras, no montante de US\$35.738 (US\$28.824 para 2005), referentes ao segmento E&P Brasil (Nota 23).
- (2) Não inclui US\$1.873 (US\$985 para 2005) relativos a atividades de prospecção de campos para os quais a Petrobras não é capaz de determinar a quantidade da reserva. Este valor, relacionado principalmente ao volume de gás, está incluído no custo de vendas da Petrobras, no montante de US\$13.634 (US\$11.327 para 2005), referente ao segmento E&P Brasil (Ver Nota 23).

(Tradução livre do original em inglês)

## **PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS**

### **INFORMAÇÕES ADICIONAIS SOBRE AS ATIVIDADES DE EXPLORAÇÃO E PRODUÇÃO DE PETRÓLEO E GÁS (NÃO AUDITADAS)**

Em milhões de dólares norte-americanos  
(exceto quando indicado o contrário)

---

#### **(iv) Informações sobre reservas**

As reservas de petróleo e gás provadas líquidas estimadas pela Companhia e os correspondentes ajustes para 2006, 2005 e 2004 estão apresentados na tabela a seguir. As reservas provadas foram estimadas por engenheiros especialistas da Companhia, em conformidade com os conceitos de reservas definidos pela “*Securities and Exchange Commission*”.

As reservas de petróleo e gás comprovadas correspondem às quantidades estimadas de petróleo bruto, gás natural e gás liquefeito com base em dados geológicos e de engenharia com razoável certeza de poderem ser extraídas no futuro de reservatórios conhecidos, sob as condições econômicas e operacionais existentes. As reservas provadas não incluem quantidades adicionais que podem ser recuperáveis após o período de concessão ou contrato ou que derivem de extensões das áreas de reservas provadas, ou da aplicação de processos de extração secundários ou terciários que não tenham ainda sido testados e considerados economicamente viáveis.

As reservas provadas desenvolvidas correspondem à quantidade que se espera extrair de poços existentes com os equipamentos e métodos operacionais existentes. As reservas provadas não desenvolvidas correspondem ao volume que se espera extrair em função de investimentos futuros em perfuração, em equipamentos adicionais em poços existentes e na implementação de instalações necessárias à extração dessas reservas.

Em alguns casos, há a necessidade de investimentos substanciais em novos poços e equipamentos para extração dessas reservas provadas. Devido às incertezas inerentes e aos dados limitados sobre as reservas, as estimativas das reservas estão sujeitas a ajustes à medida que se obtém conhecimento de novas informações.

(Tradução livre do original em inglês)

## PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS

### INFORMAÇÕES ADICIONAIS SOBRE AS ATIVIDADES DE EXPLORAÇÃO E PRODUÇÃO DE PETRÓLEO E GÁS (NÃO AUDITADAS)

Em milhões de dólares norte-americanos  
(exceto quando indicado o contrário)

#### (iv) Informações sobre reservas (Continuação)

Um resumo dos ajustes anuais de reservas provadas de petróleo bruto e gás pode ser apresentado como segue:

	Petróleo bruto (milhões de barris)			Gás (bilhões de pés cúbicos)		
	Brasil	Internacional	Total	Brasil	Internacional	Total
Total de reservas provadas desenvolvidas e não desenvolvidas						
<b>Reservas em 31 de dezembro de 2003</b>	<b>9.051,4</b>	<b>720,7</b>	<b>(1) 9.772,1</b>	<b>8.111,4</b>	<b>3.090,9</b>	<b>(1) 11.202,3</b>
Revisões de estimativas anteriores	(414,9)	(18,8)	(433,7)	(262,1)	276,4	14,3
Aprimoramento no processo de extração	50,2	13,2	63,4	13,2	26,8	40,0
Extensões e descobertas	1.079,1	47,4	1.126,5	569,4	89,7	659,1
Aquisição de reservas - PEPSA	-	0,6	0,6	-	18,5	18,5
Produção no ano	(522,4)	(61,1)	(583,5)	(477,6)	(209,5)	(687,1)
<b>Reservas em 31 de dezembro de 2004</b>	<b>9.243,4</b>	<b>702,0</b>	<b>(1) 9.945,4</b>	<b>7.954,3</b>	<b>3.292,8</b>	<b>(1) 11.247,1</b>
Revisões de estimativas anteriores	123,0	0,5	123,5	842,4	(32,6)	809,8
Aprimoramento no processo de extração	1,1	(9,4)	(8,3)	6,9	0,2	7,1
Extensões e descobertas	250,9	47,8	298,7	990,0	38,6	1.028,6
Produção no ano	(584,5)	(58,8)	(643,3)	(529,8)	(210,9)	(740,7)
<b>Reservas em 31 de dezembro de 2005</b>	<b>9.033,9</b>	<b>682,1</b>	<b>(1) 9.716,0</b>	<b>9.263,8</b>	<b>3.088,1</b>	<b>(1) 12.351,9</b>
Perda da participação de reservas de empresas não consolidadas na Venezuela	-	(240,5)	(240,5)	-	(171,2)	(171,2)
Revisões de estimativas anteriores	463,4	(15,3)	448,1	322,1	(459,2)	(137,1)
Aprimoramento no processo de extração	6,9	6,7	13,6	7,6	9,9	17,5
Aquisição de reservas	0,9	8,9	9,8	45,7	16,0	61,7
Venda de reservas	-	(4,5)	(4,5)	-	-	-
Extensões e descobertas	112,8	21,4	134,2	320,6	65,2	385,8
Produção no ano	(616,0)	(42,6)	(658,6)	(532,9)	(209,8)	(742,7)
<b>Reservas em 31 de dezembro de 2006</b>	<b>9.001,9</b>	<b>416,2</b>	<b>(1) 9.418,1</b>	<b>9.426,9</b>	<b>2.339,0</b>	<b>(1) 11.765,9</b>
Participação proporcional em reservas líquidas provadas desenvolvidas e não desenvolvidas de empresas não consolidadas	-	65,7	65,7	-	77,3	77,3
<b>Reservas provadas desenvolvidas líquidas</b>						
Em janeiro de 2003	3.912,9	94,7	4.007,6	3.892,5	2.043,9	5.936,4
Em 31 de dezembro de 2003	3.629,5	404,1	4.033,6	4.398,1	2.548,4	6.946,5
Em 31 de dezembro de 2004	4.129,8	383,1	4.512,9	4.427,6	2.495,2	6.922,8
Em 31 de dezembro de 2005	4.071,7	365,9	4.437,6	4.088,8	2.333,7	6.422,5
Em 31 de dezembro de 2006	3.987,7	232,9	4.220,6	4.115,4	1.758,0	5.873,4
Participação proporcional em reservas líquidas provadas de empresas não consolidadas	-	36,7	36,7	-	43,1	43,1

(1) Inclui reservas de 134,0 milhões de barris de petróleo e 504,8 bilhões de pés cúbicos de gás em 2006 (222,8 milhões de barris de petróleo e 550,6 bilhões de pés cúbicos de gás em 2005; e 228,6 milhões de barris de petróleo e 445,6 bilhões de pés cúbicos de gás em 2004) correspondentes a uma participação minoritária de 41,38% na PEPSA, empresa incluída da consolidação da Petrobras.

(Tradução livre do original em inglês)

## **PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS**

### **INFORMAÇÕES ADICIONAIS SOBRE AS ATIVIDADES DE EXPLORAÇÃO E PRODUÇÃO DE PETRÓLEO E GÁS (NÃO AUDITADAS)**

Em milhões de dólares norte-americanos  
(exceto quando indicado o contrário)

---

#### **(iv) Informações sobre reservas (Continuação)**

A redução em reservas está relacionada às revisões de estimativas anteriores devido às novas nacionalizações ocorridas durante 2006 na Bolívia e na Venezuela. A nova regulamentação na Venezuela reduziu nossas reservas, uma vez que a PDVSA transformou-se na principal controladora dos campos operados por companhias privadas. Na Bolívia, devido às novas regulamentações governamentais, ocorreu um decréscimo das reservas. Na Nigéria, o consórcio responsável pelo campo de Akpo foi constituído pela TOTAL, Petrobras e uma empresa privada nigeriana chamada SAPETRO. O contrato firmado por estas empresas estabeleceu que a TOTAL e a Petrobras carregariam o custo do investimento junto a terceiros e seriam compensadas com a produção/reservas futuras da SAPETRO.

Durante 2006, a SAPETRO vendeu sua participação para uma companhia de petróleo chinesa e, como parte desse acordo, a Petrobras e a TOTAL foram reembolsadas pelo valor investido até o momento.

(Tradução livre do original em inglês)

## **PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS**

### **INFORMAÇÕES ADICIONAIS SOBRE AS ATIVIDADES DE EXPLORAÇÃO E PRODUÇÃO DE PETRÓLEO E GÁS (NÃO AUDITADAS)**

Em milhões de dólares norte-americanos  
(exceto quando indicado o contrário)

---

**(v) Valorização padronizada dos fluxos de caixa futuros descontados líquido referentes a quantidades provadas de petróleo e gás e os correspondentes ajustes**

A valorização padronizada dos fluxos de caixa líquidos futuros descontados referentes às referidas reservas de petróleo e gás provadas é feita em conformidade com o SFAS Nº 69. As entradas de caixa futuras estimadas de atividades de produção no Brasil são apuradas através da aplicação dos preços no final do exercício, apurados segundo a metodologia de determinação de preços de petróleo e gás da Companhia, pelas quantidades estimadas das reservas provadas líquidas no fim do exercício. As entradas de caixa futuras estimadas de atividades de produção relativas ao segmento internacional são apuradas através da aplicação dos preços no final do exercício para petróleo e gás às quantidades das reservas estimadas provadas líquidas, também ao final do exercício. As variações nos preços futuros se limitam às variações previstas em contratos existentes no fim de cada exercício. Os custos de desenvolvimento e produção futuros correspondem aos dispêndios futuros estimados necessários para desenvolver e extrair as reservas provadas estimadas no fim do exercício com base em indicadores de custo no fim do exercício, assumindo continuidade das condições econômicas no fim do exercício. A estimativa de imposto de renda e contribuição social futuros é calculada utilizando as alíquotas oficiais em vigor no fim do exercício. Essas alíquotas refletem deduções permitidas sendo aplicadas aos fluxos de caixa futuros líquidos estimados antes da tributação, menos a base fiscal dos ativos referentes. Os fluxos de caixa futuros descontados líquidos são calculados utilizando fatores de desconto de 10%. Esse desconto requer estimativa ano a ano a partir do momento em que os dispêndios futuros serão incorridos e quando as reservas serão extraídas.

(Tradução livre do original em inglês)

## **PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS**

### **INFORMAÇÕES ADICIONAIS SOBRE AS ATIVIDADES DE EXPLORAÇÃO E PRODUÇÃO DE PETRÓLEO E GÁS (NÃO AUDITADAS)**

Em milhões de dólares norte-americanos  
(exceto quando indicado o contrário)

---

**(v) Valorização padronizada dos fluxos de caixa futuros descontados líquido referentes a quantidades provadas de petróleo e gás e os correspondentes ajustes**  
(Continuação)

As informações apresentadas não representam a estimativa da administração da Petrobras dos fluxos de caixa futuros esperados ou o valor das reservas de petróleo e gás provadas. Estimativas de quantidades de reservas provadas são imprecisas e estão sujeitas a ajustes à medida que se toma conhecimento de novas informações. As reservas prováveis e possíveis, que podem vir a ser provadas no futuro, são excluídas desses cálculos.

A avaliação arbitrária determinada pelo SFAS N° 69 requer a adoção de premissas em relação à época e ao valor dos custos de desenvolvimento e produção futuros. Os cálculos são feitos para 31 de dezembro de cada exercício e não devem ser utilizados como indicativos dos fluxos de caixa futuros da Petrobras ou o valor das suas reservas de petróleo e gás.

(Tradução livre do original em inglês)

## PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS

### INFORMAÇÕES ADICIONAIS SOBRE AS ATIVIDADES DE EXPLORAÇÃO E PRODUÇÃO DE PETRÓLEO E GÁS (NÃO AUDITADAS)

Em milhões de dólares norte-americanos  
(exceto quando indicado o contrário)

#### (v) Valorização padronizada dos fluxos de caixa futuros descontados líquido referentes a quantidades provadas de petróleo e gás e os correspondentes ajustes (Continuação)

	Brasil	Internacional	Total
<b>Em 31 de dezembro de 2006</b>			
Fluxos de caixa futuros	477.051	24.691	501.742
Custos de produção futuros	(175.483)	(5.726)	(181.209)
Custos de desenvolvimento futuros	(30.185)	(2.679)	(32.864)
* Despesa futura de imposto de renda	(93.914)	(7.051)	(100.965)
Fluxos de caixa líquidos futuros não descontados	177.469	9.235	186.704
Desconto anual de 10% dos fluxos de caixa estimados	(83.582)	(3.566)	(87.148)
Cálculo padrão dos fluxos de caixa líquidos futuros descontados	93.887	5.669	99.556
Cálculo padronizado do fluxo de caixa futuro descontado líquido relativo às participações da Companhia em empresas não consolidadas	-	472	472
<b>Em 31 de dezembro de 2005</b>			
Fluxos de caixa futuros	496.355	36.014	532.369
Custos de produção futuros	(170.638)	(7.339)	(177.977)
Custos de desenvolvimento futuros	(25.934)	(2.946)	(28.880)
Despesa futura de imposto de renda	(103.726)	(10.929)	(114.655)
Fluxos de caixa líquidos futuros não descontados	196.057	14.800	210.857
Desconto anual de 10% dos fluxos de caixa estimados	(95.580)	(5.962)	(101.542)
Participação da Companhia através de empresas Não consolidadas	-	61	61
Cálculo padrão dos fluxos de caixa líquidos futuros descontados	100.477	8.899 *	109.376
<b>Em 31 de dezembro de 2004</b>			
Fluxos de caixa futuros	366.045	24.222	390.267
Custos de produção futuros	(131.090)	(4.003)	(135.093)
Custos de desenvolvimento futuros	(19.315)	(2.224)	(21.539)
Despesa futura de imposto de renda	(74.758)	(5.889)	(80.647)
Fluxos de caixa futuros líquidos não descontados	140.882	12.106	152.988
Desconto anual de 10% dos fluxos de caixa estimados	(69.397)	(5.423)	(74.820)
Participação da Companhia através de empresas Não consolidadas	-	121	121
Cálculo padrão dos fluxos de caixa futuros líquidos descontados	71.485	6.804 *	78.289

(\*) Inclui US\$1.338 em 2006 (US\$2.379 em 2005 e US\$1.774 em 2004) correspondentes a uma participação minoritária de 41,38% na PEPSA, empresa incluída da consolidação da Petrobras.

(Tradução livre do original em inglês)

## PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS

### INFORMAÇÕES ADICIONAIS SOBRE AS ATIVIDADES DE EXPLORAÇÃO E PRODUÇÃO DE PETRÓLEO E GÁS (NÃO AUDITADAS)

Em milhões de dólares norte-americanos  
(exceto quando indicado o contrário)

#### (v) Valorização padronizada dos fluxos de caixa líquidos futuros descontados referentes a quantidades provadas de petróleo e gás e os correspondentes ajuste (Continuação)

São as seguintes as principais origens das mudanças no cálculo padrão dos fluxos de caixa líquidos descontados:

	Brasil			Internacional			Total		
	2006	2005	2004	2006	2005	2004	2006	2005	2004
Em 1º de janeiro	100.477	71.485	35.522	8.899	6.804	5.297	109.376	78.289	40.819
Vendas e transferências de petróleo e gás. Líquidas de custos de produção	(22.761)	(17.529)	(11.538)	(1.505)	(1.731)	(1.339)	(24.266)	(19.260)	(12.877)
Custos de desenvolvimento incorridos	6.022	4.686	3.591	817	647	404	6.839	5.333	3.995
Aquisição de reservas	-	-	-	101	-	73	101	-	73
Venda de reservas	-	-	-	(105)	-	-	(105)	-	-
Extensões, descobertas e aprimoramento no processo de extração, menos custos relativos	2.509	6.599	12.881	494	554	1.015	3.003	7.153	13.896
Perda na participação de reservas de empresas não consolidadas na Venezuela	-	-	-	(1.305)	-	-	(1.305)	-	-
Revisões de quantidades anteriormente estimadas	10.373	4.156	(4.892)	(1.825)	92	(58)	8.548	4.248	(4.950)
Variação líquida de preços e custos de produção	(12.698)	48.525	51.115	(976)	4.981	2.042	(13.674)	53.506	53.157
Variação nos custos de desenvolvimento futuros	(5.274)	(9.405)	(292)	(749)	(658)	(504)	(6.023)	(10.063)	(796)
Acréscimo de desconto	10.048	7.148	3.552	1.006	994	739	11.054	8.142	4.291
Variação líquida de imposto de renda e contribuição social	5.191	(15.188)	(18.454)	817	(2.784)	(865)	6.008	(17.972)	(19.319)
Em 31 de dezembro	93.887	100.477	71.485	5.669	8.899	6.804	99.556	109.376	78.289
Cálculo padronizado do fluxo de caixa futuro descontado líquido relativo às participações da Companhia em empresas não consolidadas				472			472		